

GILVÂNIA FERREIRA DA SILVA

O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LUTA
PELA TERRA: A EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO
CIPÓ CORTADO – SENADOR LA ROCQUE (MA)

Presidente Prudente

2014

GILVÂNIA FERREIRA DA SILVA

O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LUTA
PELA TERRA: A EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO
CIPÓ CORTADO – SENADOR LA ROCQUE (MA)

Dissertação apresentada ao Conselho do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Presidente Prudente – SP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Orientação: Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi. Coorientação: Profa. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo.

Presidente Prudente

2014

S586c Silva, Gilvânia Ferreira da
O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LUTA PELA TERRA : A
EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO CIPÓ CORTADO – SENADOR LA
ROCQUE (MA) / Gilvânia Ferreira da Silva. -- Presidente Prudente, 2014
146 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade
de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Eduardo Paulon Girardi
Coorientadora: Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo

1. Luta pela terra. 2. Caráter político-pedagógico. 3. Acampamento Cipó
Cortado. 4. Movimentos socioterritoriais. 5. Pedagogia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e
Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. **EDUARDO PAULON GIRARDI**
ORIENTADOR



PROF. DR. **RICARDO PIRES DE PAULA**
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. **MARIA ORLANDA PINASSI**
(UNESP/FCLA)



GILVÂNIA FERREIRA DA SILVA

Presidente Prudente (SP), 10 de julho de 2014.

RESULTADO: APROVADA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos camponeses sem-terra que enfrentam cotidianamente a violência do latifúndio, que sonham com um país sem exploração da classe trabalhadora e lutam por uma vida digna no campo. Dedico em especial às mulheres, homens e crianças do acampamento Cipó Cortado que, com sua pedagogia do exemplo, ocupam, resistem, marcham e protestam contra as injustiças deste país.

À Maria da Penha (*in memorian*) pelas lições de ousadia e por ter me motivado a ser militante do MST, assumindo o desafio de romper com as cercas do latifúndio.

À militância do MST da região tocantina.

À minha família, meu pai Manoel (*in memorian*), minha mãe Maria de Nazaré, meus irmãos Ricardo, Geuza, Cristino, Maria José, Alberto, Cristiana e José de Nazaré. Aos meus filhos Tainá-Rakan e Kaioã Henrique, pela força e alegria que me fortalecem na luta cotidiana.

AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra do acampamento Cipó Cortado, pelas contribuições a esta pesquisa expondo suas vivências, trajetórias e experiências na luta pela terra.

Aos homens e mulheres do MST que fizeram e fazem parte da minha vida, por terem me proporcionado momentos de reflexões e aprendizagens.

À direção estadual do MST-MA.

À Zaira, pelas contribuições desde a elaboração do projeto de pesquisa.

Ao meu orientador, Eduardo Paulon Girardi, e à minha coorientadora, Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo, pelas orientações.

À Maria Gorete, pela acolhida em sua casa nos momentos de refúgio, pelo apoio, amizade e contribuições na construção deste trabalho com sugestão de textos, leituras e críticas.

Ao camarada Guilherme, obrigada pela solidariedade e companheirismo.

Aos camaradas da Via Campesina, MAB, MMC, MPA, MST, por terem compartilhado comigo esses momentos de apropriação do conhecimento.

Que dizer da festa ilusão do povo?
Quantas vezes buscou na terra,
A esperança de seus sonhos...
Sonhou-a partilhada, no entanto, viu sangue em seu
leito,
Viu cerca, viu latifúndio amordaçando a vida.
Latifúndio que impede a fartura, a vida digna,
desarticula o povo, tornando a terra mãe, símbolo de
ganância e detenção de poder.
Terra que, regada com o suor do camponês, do
peão, do boia-fria é criminosamente usada, grilada,
prostituída e roubada num monopólio genocida.

(Carmelita Zanella)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o caráter político-pedagógico da luta pela terra. Em particular, a ocupação da terra como prática educativa e, sobretudo, a dimensão pedagógica nas ações concretas dos camponeses sem-terra. Neste contexto, destacam-se as aprendizagens dos camponeses em luta de resistência, nos conflitos e nas suas experiências de organização política e ofensiva emancipatória. Os sujeitos desta pesquisa são os camponeses sem-terra do acampamento Cipó Cortado, no município de Senador La Rocque (MA). O estudo está estruturado em três dimensões para que possa contemplar o conhecimento do objeto e a relação com os sujeitos: 1. Luta pela terra; 2. Acampamento Cipó Cortado, expressão de luta emancipatória; 3. Caráter político-pedagógico da luta pela terra. A metodologia adotada foi a observação participante e entrevistas semiestruturadas com sujeitos do acampamento em estudo. O resultado da pesquisa aponta que a luta pela terra significa o momento de rompimento de uma trajetória de subordinação ao latifúndio e de uma vida de subserviência e exploração do trabalho, rompendo com a cerca de arame farpado que separa o camponês da sua terra de recriação da vida. O que lhe possibilita o reaprender a construir a vida no campo e se constituir enquanto sujeito em um processo de aprendizagem na experiência histórica da luta camponesa e do MST, participando coletivamente da libertação da terra, do trabalho e da subjetividade camponesa.

Palavras-chave: luta pela terra, caráter político-pedagógico, acampamento Cipó Cortado

ABSTRACT

This research has as objective to analyse the political-pedagogical character of the struggle for land in Brazil. Particularly is focused on land occupation as an expression of educational praxis and, above all, the pedagogical dimension of the concrete actions taken by landless peasants. In this context, it is underlined the learning by peasant in their struggle for resistance, the conflicts and their experiences, the political organization and the emancipatory offensive. The subjects of this research are the landless peasants of the Cipó Cortado camp, located at the municipality of Senador La Rocque – state of Maranhão. The study is structured in three dimensions that comprehend the knowledge of the object and the relationship with the subjects: 1. Struggle for land; 2. The Cipó Cortado camp, expression of the emancipatory struggle; 3. Political-pedagogical character of the struggle for land. The methodology adopted was the participatory observation, semi-structured interviews with the subjects from the camp on focus. The results points that the struggle for land means the moment of breakout with a trajectory of subordination to the *latifúndio* and of a life of subservience and exploitation of work, breaking the wired fence that prevents the peasants of having access to their land of recreating life, enabling the possibility to relearn to build a life in rural areas, building themselves as subjects of a learning process coming from the historical process of the peasant struggle and MST, participating collectively to see the liberation of the land, work and peasant subjectivity.

Keywords: struggle for land, political-pedagogical character, Cipó Cortado camp.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo hacer una reflexión sobre el carácter político-pedagógico de la lucha por la tierra en Brasil. En particular, sobre las ocupaciones de tierra como práctica educativa, y sobretodo, estudiar la dimensión pedagógica de las acciones concretas de los campesinos sin tierra. En este contexto, se destaca el aprendizaje de los campesinos en lucha de resistencia, los conflictos y sus experiencias en la organización política y la ofensiva emancipadora. Los sujetos de esta investigación son los campesinos sin tierra del campamento Cipó Cortado, en el municipio de Senador La Rocque, estado do Maranhão. El estudio está estructurado en tres dimensiones que contemplan el conocimiento del objeto y la relación con los sujetos: 1. Lucha por la tierra, 2. Campamento Cipó Cortado, expresión de la lucha emancipadora, 3. Carácter político-pedagógico de la lucha por la tierra. La metodología adoptada fue la observación participante, entrevistas semi estructuradas con sujetos del campamento en estudio. El resultado de la investigación apunta que la lucha por la tierra significa el momento de ruptura con una trayectoria de subordinación al latifundio y de una vida de sumisión y explotación del trabajo, rompiendo con las cadenas que separan al campesino de su tierra de multiplicación de la vida, que posibilita el reaprender a construir la vida en el campo, constituyéndose en cuanto sujeto en un proceso de aprendizaje de la experiencia histórica de la lucha campesina y del MST, participando de forma colectiva de la liberación de la tierra, del trabajo y de la subjetividad campesina.

Palabras clave: lucha por la tierra, carácter político-pedagógico, campamento Cipó Cortado.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportação – Maranhão (2012 – 2013).....	31
Gráfico 2: Composição da área plantada das principais culturas do estado do Maranhão nas safras de 2009/2010 e 2010/2011.....	44

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Monocultivo de eucalipto.....	48
Imagem 2: A luta pela terra no Cipó Cortado.....	50
Imagem 3: Os sujeitos do acampamento Cipó Cortado.....	65
Imagem 4: Estrada para o acampamento Cipó Cortado.....	69
Imagem 5: Alunos do acampamento Cipó Cortado estudando.....	72
Imagem 6: Crianças brincando no acampamento Cipó Cortado.....	80
Imagem 7: Manifestações dos sem-terra.....	83
Imagem 8: Cartaz da Campanha da Educação no MST.....	101
Imagem 9: Acampamento Cipó Cortado.....	123
Imagem 10: Trabalhadores pela reforma agrária.....	133
Imagem 11: Reunião de trabalhadores sem terra.....	134
Imagem 12: Sala de aula no acampamento.....	136

LISTA DE MAPA

Mapa 1: Polos e rotas de extração de madeira – Amazônia.....	39
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Acampamentos: ocupações do MST na região tocantina.....	62
Quadro 2: Resumo dos assentamentos conquistados pelas ações do MST na região tocantina no período de 1988-2012.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Maranhão - Estabelecimentos familiares e não familiares - (2006)...	28
Tabela 2: Distribuição de terras por tipo de estabelecimento - Brasil (2006).....	29
Tabela 3: Exportação - Setores industriais por intensidade tecnológica Brasil (2010/12).....	32

LISTA DE SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
Bird	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Centru	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DPE	Defensoria Pública Estadual
FCO	Fundos Constitucionais do Centro Oeste
FNO	Fundo Constitucional do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iterma	Instituto de Terras do Maranhão

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mesc	Instituto Maranhense de Estudo socioeconômico de Cartográficos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
Moquibom	Movimento dos Quilombolas da Baixada Maranhense
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PGU	Procuradoria Geral da União
PIB	Produto Interno Bruto
Pronacampo	Programa Nacional de Educação do Campo
Pronera	Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária.
PTL	Programa Terra Legal
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E A LUTA CAMPONESA NA REGIÃO TOCANTINA-MA.....	20
1.1. A subordinação do estado do Maranhão ao capital Internacional e o agronegócio.....	30
1.2. Camponeses e agronegócio disputam o território no estado do Maranhão: a territorialização da luta pela terra na região tocantina.....	50
1.3. O MST e a luta pela terra no Maranhão.....	55
2. EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA E OFENSIVA EMANCIPATÓRIA.....	65
2.1. A luta pela terra e as políticas públicas para os acampados.....	66
2.2. Exploração e a desalienação do trabalhador: contradições em luta.....	75
3. O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LUTA PELA TERRA.....	101
3.1. Educação do Campo – a construção da consciência de mudanças.....	103
3.2. O caráter dialético da educação.....	111
3.3. A ocupação como elemento pedagógico da luta pela terra.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

A luta pela terra é parte da minha trajetória e este trabalho contém também a experiência de prática militante e de inspirações provocadas pelas leituras realizadas nos espaços de estudo/análise/reflexão. Assim, a minha vida como filha de camponeses sem-terra é marcada por essa relação de conflitualidade, pois essas formas de exploração e opressão vão gerando certos graus de indignação que levam a um processo de resistência, de luta por direitos no enfrentamento direto com os latifundiários.

Esse meu lugar de origem de classe permitiu-me viver sempre em um contexto de luta e resistência, criando as condições para minha participação na construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no final dos anos 1980. Como pesquisadora militante, tenho uma relação histórica com a temática da luta pela terra e seus processos pedagógicos, partindo da minha experiência de vida familiar e comunitária, passando pela formulação teórica e relacionando as leituras das obras dos autores com a realidade concreta dos camponeses sem-terra.

No MST, as experiências de organização dos camponeses sem-terra e de formação política são realizadas por sua militância nas atividades formativas, nas ocupações de terra, na convivência nos acampamentos, nas práticas pedagógicas para além da escola, fazendo da luta uma escola da vida, em um processo formativo e pedagógico. Essas questões sempre estiveram presentes nas minhas pesquisas e na minha vida acadêmica e militante dedicada à educação e formação política dos camponeses e à sua organização social nos acampamentos.

A relação entre a realidade, o cotidiano e a pesquisa me fez pensar e repensar caminhos metodológicos para o trabalho formativo dos camponeses, considerando a práxis no desafiador processo conflitivo que é a formação humana. Entretanto, os desafios colocados pela luta me conduziram a trabalhar a educação como ferramenta da emancipação humana, visando a formação de sujeitos críticos, capazes de transformar a realidade. Sujeitos com consciência do seu papel histórico na luta da classe trabalhadora, capazes de compreender as relações humanas como

fonte produtora do *movimento dialógico na sua forma singular e plural*, possibilitando a construção de novos saberes e de novas formas de ver e lidar com o mundo e, conseqüentemente, transformar a sua realidade.

Dessa maneira, a formação humana se desenvolve no diálogo e nas ações concretas dos sujeitos em luta. É a partir dessa compreensão que refletimos o caráter educativo emancipatório¹ da luta pela terra e dos movimentos sociais que, como sujeitos coletivos, promovem o diálogo com e sobre a realidade na qual estão inseridos, negando ou aceitando tal realidade, contestando ou legitimando-a e assim, estimulando o debate das contradições que sempre afloram no diálogo. Para tanto, o elemento educativo se manifesta e se materializa nas atividades de formação, mobilização, nas ocupações de terra, de órgãos públicos, nas marchas, nos acampamentos e nas cidades.

A pesquisa tem como objeto de análise os processos de luta pela terra como um ato pedagógico-educativo, constituintes da resistência e ofensiva emancipatória na construção de uma nova territorialidade. Aborda as ações de ocupação de terra, organizadas pelo MST, tendo como foco a experiência do acampamento Cipó Cortado – localizado no município de Senador La Rocque – e na ação dos sujeitos da luta pela conquista da terra, seu processo organizativo, sua cultura política e seu espaço social de convivência.

Para tanto, o estudo que realizamos no acampamento Cipó Cortado enfatizou a prática e a vivência dos sem-terra, destacando os elementos do conflito agrário, a resistência e o enfrentamento com as estruturas de dominação no campo. Buscamos compreender as aprendizagens dos camponeses no acampamento, em que medida ocorre o processo educativo desses sujeitos em luta que pleiteiam a garantia de direitos como terra, trabalho, moradia e, principalmente, o direito de continuar a reproduzir-se no seu espaço de construção social, com as condições históricas de seu tempo.

1 Entendendo por educativo emancipatório a interação e a sociabilidade que ocorre entre os seres humanos na construção do conhecimento, ao se reconhecerem, se organizarem com suas próprias forças, como força sociopolítica. Assim se desenvolve a emancipação humana e seu processo educativo.

Analisamos a dimensão dos processos constituintes de resistência e de ofensiva emancipatória na luta pela terra no acampamento Cipó Cortado, percebendo-a como instrumento de fortalecimento da luta dos trabalhadores e constituindo-se como sujeitos de sua experiência histórica de luta pela terra e de sua organização política.

Quais os principais desafios da luta pela terra na atualidade? Qual a especificidade no surgimento do MST no Maranhão em relação ao MST nacional? Existe um conteúdo emancipatório nas ações de luta pela terra? Essas questões nos provocaram a investigar o processo organizativo da luta pela terra na construção da autonomia dos camponeses, como projeto alternativo que possibilite alcançar elementos emancipatórios. Esse é o desafio posto pelo momento histórico produzido pelo movimento da luta no acampamento Cipó Cortado.

De acordo com a temática, dialogamos com autores que pesquisam as lutas da classe trabalhadora e a questão agrária no contexto atual do capitalismo no campo, no âmbito de uma pedagogia da luta política. Partimos de uma base teórica de pensadores que dialogam com os movimentos sociais, que estudam as conflitualidades, dentre os quais Fernandes, que nos ajudou a compreender esses processos de luta e resistência dos camponeses em seus territórios; Sauer, com relação à reforma agrária como desenvolvimento do campo; Caldart, sobre a pedagogia da luta pela terra; Freire, para entender a pedagogia do oprimido e a superação da opressão. Em Raposo buscamos a dimensão pedagógica da luta camponesa; Pinassi fornece elaborações sobre movimentos sociais e emancipação humana; e Mészáros versa sobre a alienação do trabalho e o processo político e educativo da luta dos trabalhadores contra essa alienação.

Refletimos sobre a questão agrária brasileira e maranhense como elementos relevantes da análise da luta pela terra, e a sociabilidade dos camponeses em seu espaço de luta e resistência, tendo a concentração da terra como base da exploração e subordinação deles à lógica imposta pelo capital. A luta e a resistência camponesa vinculadas ao movimento cotidiano de luta pelos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais, de viver no campo, de recriar-se no seu espaço de reprodução da vida.

Construímos a proposta da pesquisa de campo tendo em vista a particularidade da luta pela terra na região tocantina – sudoeste maranhense – e os processos em nível nacional, desenvolvidos pelo MST. Buscamos analisar as singularidades da luta na vivência dos sujeitos sem-terra, no seu território de ação concreta, especificamente no acampamento Cipó Cortado. Observamos esses sujeitos nas suas relações sociais no acampamento, um espaço de organização política na disputa pelo território. Nesse contexto, o MST se constitui como sujeito pedagógico protagonista da luta pela reforma agrária, reconfigurando a territorialidade da região.

Participamos das atividades da comunidade, possibilitando desta forma fazer as relações entre a teoria e a vivência cotidiana dos camponeses nos espaços da sua individualidade e coletividade. Partindo dos aspectos apontados na pesquisa de campo surgiram inquietações, principalmente no aspecto de como envolver os sujeitos nesse processo de análise e reflexão, estabelecendo relações no âmbito da práxis.

Neste trabalho estabelecemos, em princípio, um estudo baseado em perguntas específicas, entrevistas semiestruturadas, visando conhecer a realidade do acampamento. Com esta compreensão, o diálogo estabelecido com as famílias participantes possibilitou metodologicamente a investigação no processo de desvelamento do problema foco da pesquisa, bem como novas questões que surgiram no aprofundamento da temática do caráter político-pedagógico da luta pela terra e suas possibilidades emancipatórias para outros trabalhos futuros.

Dessa forma, os conceitos que estudamos na literatura da luta pela terra e as aprendizagens observadas nas ações desenvolvidas pelos camponeses foram relevantes na sistematização da luta pela terra e na construção da memória camponesa. É no espaço da luta dessa comunidade que a pesquisa apresentou suas indagações, construções e desconstruções do ponto de vista conceitual.

A pesquisa bibliográfica e de campo que realizamos contribuiu para explicar melhor o objeto do estudo, possibilitando, assim, nesse percurso, fazermos escolhas metodológicas, tendo como ponto de partida e de chegada a realidade dos sem-terra acampados e o contexto da luta pela terra na atualidade.

Assim, no acampamento Cipó Cortado realizamos visitas, participamos das atividades reivindicatórias, reuniões, audiências, assembleias; utilizamos entrevistas com questões abertas para as famílias (previamente elaboradas) e estabelecemos um diálogo com o(a)s entrevistado(a)s, no qual cada um(a) contava sua trajetória de vida nas fazendas, nas cidades vizinhas, desde quando foram expulsos do campo até chegar ao acampamento. Abordamos, também, nas entrevistas as motivações para ocupar a terra, o processo de resistência, a organização do acampamento e da produção, as aprendizagens na luta, dentre outras questões. Vale ressaltar que os nomes dos entrevistados foram preservados por motivo de segurança, considerando que no momento atual os conflitos estão bem acirrados pela disputa do território em questão.

Ao longo do trabalho utilizamos imagens que objetivam mostrar ao leitor algumas dimensões da realidade dos sujeitos do campo, possibilitando a compreensão do espaço e das ações realizadas pelos camponeses e promover a denúncia acerca da ação do latifúndio e dos organismos do Estado para reprimir a luta dos camponeses nessa região do país. Sendo assim, as imagens falam por si, para desvelar as ações do capital para apropriação do território e a luta de resistência dos acampados no Cipó Cortado, com trabalho, estudo, mobilização e organização na tentativa de frear a apropriação da terra pelo agronegócio, que destrói os bens da natureza, desagrega culturas e provoca o deslocamento de comunidades inteiras.

Na realização do trabalho, nos apoiamos na experiência vivenciada na luta dos camponeses pela terra e realizamos leituras e estudos para dar sustentação à análise aqui apresentada. Dessa forma, buscamos na bibliografia estudada a compreensão acerca das contradições geradas pelos grandes projetos da mineração, hidrelétricas, cana-de-açúcar, soja, eucalipto. Outro estudo relevante foi a abordagem referente à questão agrária e ao campesinato na Amazônia Oriental, face à política neodesenvolvimentista para a região que inibe a concretização da reforma agrária.

Consideramos que as falas dos entrevistados durante a pesquisa foram de grande importância, pois constituem o momento de relato dos sujeitos que realizam

a luta pela terra em um movimento constante de resistência, rebeldia, contestação aos interesses do latifúndio, do agronegócio. Assim, nos apropriamos de uma visão que dá sentido à luta dos camponeses sem-terra pela terra, em que dizer não aos detentores da terra, objetivando a realização da reforma agrária, é obter uma reparação secular dose direitos negados aos povos do campo.

Organizamos o trabalho em três capítulos, sendo que o primeiro deles contextualiza a luta pela terra na região tocantina, no estado do Maranhão, fazendo recorte histórico da luta pela terra no Brasil, compreendendo a resistência como um movimento constituinte dessa construção que determinará a natureza da questão agrária brasileira, e debatemos o papel do Brasil e do Maranhão na divisão internacional do trabalho.

No segundo capítulo abordamos a experiência do acampamento Cipó Cortado como construção de um modo de vida comunitário, vinculado a uma organização nacional com articulação internacional dos camponeses, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina. Discutimos a resistência como elemento constituinte do processo educativo, na luta pela permanência e reprodução do campesinato, no enfrentamento às formas de concentração da terra na região tocantina.

No terceiro capítulo, analisamos o caráter político-pedagógico da luta pela terra, tendo a prática da ocupação e a formação do acampamento como espaços educativos que formam os sujeitos para a transformação social, vivenciando no cotidiano das relações sociais os processos de resistências, conflitos, enfrentamentos com latifundiários, policiais, jagunços, com o próprio Estado e com os grandes empreendimentos das transnacionais.

1. A CONCENTRAÇÃO DA TERRA E A LUTA CAMPONESA NA REGIÃO TOCANTINA-MA

O estado do Maranhão é caracterizado por desigualdades econômicas e sociais, sendo que uma das mais expressivas desigualdades está na sua estrutura fundiária, com alto grau de concentração de terras. Em 2006 os estabelecimentos não familiares dominavam 65,2% das terras do estado do Maranhão. Os dados apontam como, historicamente, se enraíza a concentração de terras, sustentada por conflitos e violências. A concentração da terra promove relações de poder que remontam desde o latifúndio tradicional aos dias atuais com a modernização conservadora, através do agronegócio.

A expropriação da terra pressupõe a expulsão dos camponeses e o domínio do território por grupos de famílias latifundiárias de empresas capitalistas, gerando, assim, novas relações de poder e subordinação dos camponeses, além da exploração de sua força de trabalho. Essa situação estabelece uma configuração em concentração de terra e poder na região, ao mesmo tempo em que se observa o aumento dos conflitos e da violência em decorrência do incremento dessa centralização da terra nas mãos de poucos e da consequente pobreza dos camponeses.

Nesse sentido a região tocantina², no sudoeste do Maranhão, caracterizada por conflitos agrários, como demonstra os dados do IBGE, aponta para um número elevado de concentração de terras no estado. Essa região tem sido marcada pelas várias configurações da questão agrária, nela foram travadas lutas entre camponeses e fazendeiros, em plena fase das frentes de expansão. Hoje a luta

² Região de transição entre o Nordeste e a Amazônia, que compreende os municípios localizados nas áreas do entorno do Rio Tocantins, sendo eles: Estreito, Porto Franco, São João do paraíso, Carolina, Governador Edson Lobão, Ribamar Fiquene, Imperatriz, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, Senador La Rocque, João Lisboa, Açailândia, São Francisco do Brejão, Itinga Maranhão, Montes Altos, Campestre do Maranhão, Buritirana, Lageado Novo, Amarante do Maranhão, Sítio Novo e Davinópolis.

continua, a concentração de terras e a expansão do desenvolvimento na região têm novos formatos, com velhos dilemas, porém, travando embates e resistências contra a expansão do capital, que se articula diretamente à dinâmica da economia internacional.

Durante a ditadura militar, a região tocantina teve sua situação socioeconômica redesenhada. Nos anos de 1960 e 1970, adotando uma nova política fundiária, que se inscreve no contexto de modernização do Maranhão, esse processo visava apresentar a região para o capital como tendo um grande potencial produtivo para a instalação de projetos empresariais agropecuários e de exploração de madeira e minérios.

Essa política de Estado acelerou a migração dos nordestinos, que chegaram massivamente na Amazônia, assim como atraiu empresários do Sul e Sudeste do país, aumentando a especulação de terras e dando início a um processo violento de expulsão de camponeses das áreas que ocupavam. Invadiram terras indígenas com a pecuária e se apropriaram de territórios de comunidades ribeirinhas e/ou extrativistas que viviam nas terras sem cercas na região.

A ocupação da região tocantina esteve inclusa na estratégia política que regia o projeto de segurança nacional na Amazônia, que, por sua vez, estava de acordo com as necessidades demandadas pelos interesses do capitalismo mundial. A geopolítica traçada nessa região de fronteira agrícola tem como objetivo integrar a economia de mercado em nome do desenvolvimento econômico do país. Esse dito “progresso”, advindo da expansão do capitalismo no campo maranhense, tem suas matrizes na violência, seja ela física, psicológica, social ou econômica.

Na região do Bico do Papagaio, no território maranhense, a violência se instala na década de 1960 e aumenta nas décadas posteriores de 1970 e 1980. Nessa região de conflitos permanece ainda a concentração da terra, a grilagem e a violência como realidade constante na memória e na atualidade.

Esse contexto de concentração da terra no Maranhão foi acelerado no governo de José Sarney com a promulgação da Lei de Terras de n. 2.979 de julho de 1969. Essa lei garante a terra para as empresas agropecuárias/madeireiras se instalarem na Amazônia Oriental em nome do desenvolvimento na rota da

modernidade capitalista. Essa peça jurídica ficou popularmente conhecida como lei Sarney e tem consequência até os dias atuais na estrutura fundiária do estado.

Essa lei foi responsável diretamente pela expulsão de milhares de famílias, que em décadas anteriores haviam ali se estabelecido em busca da terra livre, de trabalho e de moradia e que ocupavam tradicionalmente o território. Os despejos dos camponeses ocorriam com o pretexto de que as terras eram devolutas, e empresários oriundos das regiões Sul e Sudeste, assim como goianos, tinham comprado do governo as terras que já pertenciam aos trabalhadores no Bico do Papagaio, oeste maranhense. Desse modo, vendendo as terras camponesas por valores questionáveis aos grupos empresariais, o governo criou as condições necessárias para a “modernização” do modo capitalista de produção no campo maranhense. A resolução governamental aumentou a concentração fundiária e a violência na região do Bico do Papagaio, bem como em todo o campo maranhense.

No estado do Maranhão, na década de 1980, era constante a presença da polícia militar nas áreas dos posseiros, que lutavam para reivindicar sua posse. Os fazendeiros tinham a cobertura do Estado como também do Poder Judiciário, podendo assassinar e aterrorizar famílias de camponeses (PANINI, 1990, p. 141).

Ocorreu na região do Bico do Papagaio, bem como nas demais regiões do país, o estímulo à concentração da terra, mesmo sem torná-la produtiva, pois isso representava para os proprietários, reconhecidos pelo Estado, o posto de precursores do desenvolvimento na região. Com a titulação, os supostos proprietários de terras recebiam financiamentos para desmatar, realizando a derrubada de árvores, e plantação de capim, dando lugar à produção agropecuária. Os créditos concedidos foram desviados para outros ramos da economia – como, por exemplo, para o comércio, a indústria ou para a aquisição de mais terras – provocando, por sua vez, ainda mais concentração e a expulsão dos camponeses por não terem documentos da sua terra de trabalho e de moradia.

Essa prática violenta inicia-se nos governos militares e consolida-se na Nova República, pois foi nesse período de transição democrática que os conflitos de terra,

as agressões físicas e as mortes de trabalhadores aumentaram, não dando trégua aos camponeses em luta e resistência no campo. Durante a ditadura militar, as manobras criadas pelos governos geraram conflitos intensos em toda a região, desenhando as ações guerrilheiras entre o Tocantins e o Araguaia e influenciando a política de Estado para as áreas de conflitos. O propósito de um movimento armado provocou medo na classe dirigente, que agia de forma violenta contra os que se rebelavam, não aceitando a ordem estabelecida. O que mais temiam os militares era a influência de outros grupos armados e do movimento comunista.

O Estado encarou a guerrilha atribuindo-lhe uma proporção que ela não tinha. O Governo estava informado da presença de pessoas estranhas na área em 1969, ano em que se verifica, coincidentemente, o crescimento das tensões sociais na região (FERRAZ, 2000, p. 63).

Para Ferraz (2000), durante o confronto na guerrilha do Araguaia, 69 jovens guerrilheiros foram combatidos por 20 mil soldados, o que demonstra a desproporção do enfrentamento. Os camponeses ainda não tinham uma organização que possibilitasse um acúmulo maior para os propósitos da guerrilha. Havia por parte dos guerrilheiros uma simpatia para com os camponeses decorrente do modo como eram bem tratados, porém, não havia uma apropriação do conteúdo sobre a causa que defendiam.

Para desativar o foco guerrilheiro, muitos camponeses foram assassinados, torturados, muitos foram para a clandestinidade. Com todo o aparato do Estado, os militares conseguiram desativar os focos da guerrilha e suas bases de apoio no campo, dando continuidade aos propósitos da ocupação “ordeira” da região.

Com o aniquilamento da guerrilha, a partir de 1973, os militares têm como intenção não negociar com os camponeses, considerados, até então, subversivos, se utilizando de todos os meios disponíveis para esvaziar os conflitos pela disputa da terra. Para o Governo, o problema da terra estava na manipulação por grupos políticos, nos infiltrados comunistas. No entanto, a questão central era evitar que o conflito agrário sofresse interferências políticas das organizações “subversivas” e se transformasse em um espaço de enfrentamento ao modelo de “desenvolvimento”.

A presença dos militares na região não era para distribuir a terra, e sim para entregá-la “livre” para empresários, com fartos financiamentos, implantando uma política de expropriação dos camponeses, dando lugar ao capim e ao boi, gerando contradições entre os camponeses e o latifúndio.

Essa política agressiva de ocupação dos espaços vazios, de “integrar para não entregar”, cercados pelos incentivos (restritos à região amazônica), deu início à retomada dos conflitos no campo. Os conflitos cresceram a partir daí e alcançaram uma posição muito significativa na história das lutas sociais no Brasil (FERRAZ, 2000, p. 64).

A situação dos conflitos no Maranhão atingiu um alto nível de violência e crueldade nas décadas de 1970 e 1980. A luta pela conquista da terra levou os camponeses das áreas de conflitos a se mobilizarem e organizarem a resistência buscando as entidades classistas, sindicatos, associações, Comissão Pastoral da Terra, dentre outras formas de organização social, para exigirem seus direitos de posse e de permanência na terra de trabalho e moradia, exigindo dos órgãos governamentais – no caso, Iterma e Incra – a demarcação e a regularização de suas posses.

Esse processo de ocupação das terras no Bico do Papagaio foi motivado pela propaganda na década de 1950 de que as terras neste local eram sem cerca, eram terras livres em uma região com ciclo chuvoso permanente. A circulação dessas informações transformou o Maranhão em uma alternativa para os camponeses sem-terra, já que existiam vastas extensões de terras devolutas; além do mais, esse processo migratório seria como uma válvula de escape para diminuir os conflitos pela posse da terra nos demais estados do Nordeste. Segundo Raposo:

Não resta dúvida de que as secas se constituem em um fator que contribuiu de forma acentuada para a migração. Entretanto, não pode ser descartado como único motivo que levou ao processo, mas ocasionou uma grande liberação em massa de mão de obra excedente pelo latifúndio do Nordeste, em processo de transformação, para empresas, o que implicou o ingresso daquela região em uma nova fase de relação de produção. Nesta, o campesinato foi obrigado a emigrar, o que não ocorrendo passivamente, gerou tensões sociais que, por sua vez, se agravaram com o processo em

massa de mobilização e organização do campesinato em órgão de classe (1990, p. 29).

Esses camponeses sem-terra, certos de que chegando ao Maranhão estariam ocupando terras livres, sem cercas, sem documentos, alimentavam a esperança de viver e plantar nessas áreas de chuva e fartura; mas, infelizmente, as terras devolutas estavam vulneráveis à ação dos grileiros, que com o apoio do Estado e dos cartórios, forjam documentos, facilitando a instalação de fazendas nas áreas dos posseiros, posteriormente, regularizadas pelo Getat (Grupo de Terras do Araguaia Tocantins). Diante desse contexto, os camponeses se viram obrigados a irem à luta, a resistir na terra, apesar de expostos a todo tipo de violência. Mesmo depois de tanto tempo, ocorre ainda a grilagem, como bem expressa o entrevistado do acampamento Cipó Cortado.

Quando nós chegamos aqui pra acampar, pra entrar na terra, todo mundo daqui da região colocava medo em nós. Dizendo que nós ia sair daqui morto, porque aqui lá pelos anos 70, mataram muita gente para ficar com a terra. Expulsaram os trabalhadores e os que ficavam resistindo eles espancavam e depois matavam e enterravam aqui mesmo. Os fazendeiros da região também têm tentado tirar nós daqui, mas nós não sai não. Nós vamos resistir e vamos conseguir a nossa terra mesmo com tantas ameaças, perseguições, tentativas de despejos; a polícia já veio aqui várias vezes pra tirar nós, trouxeram um monte de papel, com nome de fazendeiros que nós nunca nem viu falar no nome dele e o juiz acreditava neles, tudo mentira. A nossa palavra não vale, o que vale é o poder dos fazendeiros, o poder do dinheiro. Nós desisti não, vamos vencer (ENTREVISTADO A, fevereiro, 2013).

Esse contexto agrário gerou consequências para os camponeses sem-terra: a mais cruel violência na região do Bico do Papagaio, o não reconhecimento do seu direito de posse e a desagregação das famílias. Desse modo, só restaram três alternativas para os camponeses: primeiro, resistir na terra, enfrentando a violência da polícia e da pistolagem; segundo, migrar para outras terras, seja para o estado de Goiás, Tocantins ou para os outros estados da Amazônia e, terceiro, migrar para os povoados e cidades, abandonando as terras para os grileiros. Assim, entende-se que a migração está em consonância com o processo e é funcional à reprodução do modelo concentrador e excludente da estrutura fundiária.

No mesmo período, na região oeste do estado, as empresas Varig, Vasp, Samba, Sharp, Cacique, Mesbla e Pão de Açúcar recebiam incentivos financeiros da Sudam para a implantação de projetos de extração de madeira e agropecuários. Com essa política governamental de favorecimento da grilagem, centenas de posseiros migraram para as cidades mais próximas – Imperatriz, João Lisboa, Porto Franco e Açailândia –, concentrando um grande contingente de sem-terra, sem emprego, em moradias precárias e sem condições de sobrevivência. Desse modo, restou-lhes como possibilidade retornar à terra através da ocupação organizada pelo MST e pelo movimento sindical da região nos anos posteriores. Ainda hoje, nessa região, crescem os conflitos fundiários e o Estado protege o latifúndio e os favorece com fartos financiamentos.

[...] os financiamentos da Sudam para a implantação de vários projetos de extração de madeira e projetos agropecuários viabilizaram a territorialização das empresas capitalistas que expulsaram violentamente os posseiros de suas terras. Muitos posseiros migraram para o oeste em busca de novas terras ou foram para os garimpos. Na segunda metade dos anos 1980, em Imperatriz e cidades vizinhas, nas periferias concentrou-se um grande número de famílias sem terra. Sem emprego e com terras cercadas, a ocupação era uma forma de resistência e de sobrevivência. (FERNANDES, 2000. p. 121).

De fato, o processo de formação socioeconômica do estado sempre esteve atrelado à divisão internacional do trabalho, o que faz com que a dinâmica produtiva venha sofrendo sistemáticas reconfigurações, a exemplo dos vários ciclos produtivos que o caracterizam. No início, com a produção de monocultivos, no sistema *plantation*, para atender o mercado externo com a oferta de cana-de-açúcar e algodão, assim como com a produção pecuária para a exportação de couro, posteriormente, para atender às necessidades da urbanização industrial brasileira, a produção estadual passa a se organizar em torno da produção de gêneros básicos para a cesta do operariado em gestação. Atualmente, o Estado atende de forma bem articulada à demanda do mercado externo, com a produção de soja, eucalipto, extração de ouro e gás natural, complexo do alumínio e complexo do ferro, dentre outras produções.

A terra foi sendo ocupada com a formação do campesinato. Para esta formação, por ocasião da Lei Áurea (1888), também se encontravam os negros recém-libertos,

Abandonaram as fazendas e engenhos, embriagados com a liberdade adquirida. Embrenharam-se pelos cocais e pelas florestas retirando facilmente das mesmas o seu sustento. Havia abundância de terras devolutas, desocupadas, de onde o índio já havia sido afastado, mas que o branco ainda não ocupara com suas plantações, podendo viver numa economia fechada, amonetária, de subsistência (ANDRADE, 1998, p. 211).

Tais levas de escravos se somaram aos grupos camponeses que já haviam se fixado em áreas às margens do “caminho das boiadas” (PEDROSA, s/d, p.15). Na perspectiva de novas possibilidades em relação à posse da terra, o estado foi sendo redesenhado com o auxílio dos camponeses expulsos pela seca, pela cerca e pela crise canavieira do Nordeste. Os migrantes nordestinos trilharam e se entrecruzaram seguindo as diversas regiões do Maranhão, chegando também à região tocantina, constituindo vários grupos de produtores camponeses, dentre eles, os posseiros, os pequenos proprietários e os arrendatários.

Nesse contexto de migração forçada, os posseiros estavam em desvantagem em relação à competição das terras livres, ficando vulneráveis às ações de grilagem, assim, se diferenciavam dos pequenos proprietários por não portarem a legalidade jurídica da terra e, dos arrendatários, por se negarem a pagar pelo uso da terra. Em geral, eles ocuparam e ocupam terras devolutas ou terras livres. Outro aspecto que caracteriza os posseiros e que apresenta relevância para a compreensão dos conflitos pela terra diz respeito ao fato de que estes são posseiros também no sentido do uso da terra, pois esta tem passado de geração a geração, porém, sem dispor de documentação. Tal condição de falta de comprovação legal advém, em regra, da relação de uso que o camponês posseiro estabeleceu com a terra, visto que,

Considerando a terra como um instrumento de produção, com valor de uso, os camponeses não tiveram a preocupação com as questões relacionadas

à regularização jurídica das áreas por eles ocupadas. É provável que tampouco essas preocupações tivessem mudado o rumo de suas histórias de vida. O acesso aos trâmites legais para este tipo de regularização, por um simples cidadão comum 'era' intransponível à medida que tornava necessário, entre outros fatores, o conhecimento da legislação vigente sobre o assunto, tempo e recursos financeiros disponíveis e o tão legitimado tráfico de influências (RAPOSO, 1999, p. 31).

Em geral, esta é a condição de milhares de famílias camponesas maranhenses que foram expropriadas de suas terras ao longo dos tempos. Tal expropriação tem se caracterizado, historicamente, por estratégias de violência praticadas por fazendeiros e pelo próprio Estado, demarcando de forma particular os conflitos agrários no Maranhão e implicando na constituição da condição destas famílias em famílias sem-terra. Na sua grande maioria, foram expulsos das terras, expropriados dos meios e condições de trabalho camponês e passaram a oferecer sua força de trabalho nas fazendas, compondo, também, o processo de proletarianização do campesinato no estado.

Conforme já apontado, a concentração fundiária constitui aspecto histórico da questão agrária no Maranhão, o que pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 1: Maranhão - Estabelecimentos familiares e não familiares - (2006)

Tipo	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura familiar	262.089	91,30	4.519.305	34,80
Agricultura não familiar	24.948	8,70	8.472.143	65,20
Total	287.037	100	12.991.448	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Como pode ser observado, a situação se apresenta grave, na medida em que os estabelecimentos camponeses ocupavam em 2006 apenas 34,80% da área, mas representavam 91,3% dos estabelecimentos. Trata-se de um cenário muito próximo daquele visto quando considerado o Brasil como um todo (tabela 2).

Tabela 2: Brasil - Estabelecimentos familiares e não familiares - (2006)

Tipo	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura Familiar	4.367.902	84,4	80.250.453	24,3
Não Familiar	807.587	15,6	249.690.940	75,7
Total	5.175.489	100	329.941.393	100

Fonte: IBGE (2006)

Segundo dados do IBGE em 2006, a maior parte das terras brasileiras estava sob controle dos estabelecimentos do tipo não familiar, em um volume superior ao tamanho da agricultura familiar camponesa. Dos 5.175.489 estabelecimentos recenseados, 84,40% são considerados de agricultura familiar, enquanto apenas 15,60% não são familiares, são patronais, porém, em termos de área, os números se invertem quase que proporcionalmente; assim, do total de 329.941.393 hectares, cabe à agricultura familiar camponesa apenas o percentual de 24,30%, enquanto à agricultura empresarial familiar compete um montante de 75,70% de terras.

A atualização dos conflitos agrários na região acontece através das transformações impostas pela implantação de grandes empreendimentos econômicos, que expandem a exploração das terras no estado. Para analisar as transformações recentes ocorridas no Maranhão, em particular, a partir do contexto dos anos 1980, faz-se necessário compreendê-las como parte inerente da dinâmica atual do capital globalizado.

Contudo, o estado do Maranhão apresenta particularidades na forma como historicamente as elites locais utilizaram o governo para perpetuar-se no poder. Como consequência dessa postura política, o Maranhão é pobre e desigual, disputando o primeiro lugar como o estado mais pobre da federação. Este fato tem implicações dramáticas para sua população no que se refere aos indicadores sociais.

As estratégias adotadas pelo capital para apropriação de terra e de riqueza na região geram um grau de violência que desencadeia um processo de luta das populações atingidas, a exemplo dos camponeses e indígenas, os quais, para não

serem expulsos de suas terras, têm criado formas e estratégias de resistência. Essa realidade conflitiva, gerada pelas contradições de apropriação e expropriação realizadas pelo modo capitalista de concentrar a terra e as riquezas, compõe o dia a dia dos camponeses e indígenas na luta e resistência para permanecerem no campo. Essa violência faz parte da história da concentração da terra e da estrutura fundiária do país, conseqüentemente, da região.

1.1. A subordinação do estado do Maranhão ao capital Internacional e o agronegócio

A realidade econômica e social maranhense aponta que, nas últimas três décadas, a qualidade de vida da população apresenta baixos índices de desenvolvimento, apontando uma crise social generalizada. Conforme os dados apresentados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc),

1- A expectativa de vida ao nascer em anos (2002) era de 65 anos contra 66 do NE e 69,4 do Brasil;

2- O nível de alfabetização (% de pessoas com mais de 15 anos alfabetizadas) era de 64%; no NE, 77% e no Brasil, 89,6%; é o pior do Brasil;

3- A média de estudo da força de trabalho é baixíssima; era de 2,8 anos (1991), passou para 4 anos (2000);

4- O número de pessoas matriculadas em curso superior (duas instituições federais, uma estadual, 18 particulares) é insignificante: 60 mil;

5 - A desigualdade expressa pelo índice de incidência de pobreza extrema ou de indigência (abaixo de 1 dólar por dia) era de 30% em 2000, contra 24% do NE, e 12,9% do Brasil. Em nível de Maranhão, isso representa aproximadamente 1.800.000 pessoas; é o estado de maior indigência do Brasil. Na chamada linha de pobreza, abaixo de um dólar dia/família, há 86 municípios, mais ou menos 4,8 milhões de pessoas. Com os programas sociais, a proporção de pobres tem caído (11%) entre 1991 e 2000;

6 - Quanto à concentração de renda, ela se intensifica entre 1991 e 2000. Em 1991, os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000, se apropriavam de apenas 1,2%; já os mais ricos, que detinham 2/3 da renda (64%), passam a deter 69%;

7 - O índice de Gini, que mede a desigualdade, subiu de 0,60 para 0,70 entre 1991/2000 (CADERNOS IMESC 7, 2008, p. 28-29).

Apesar dos dados mostrarem, nos sete pontos apresentados, a posição do estado no grupo dos que apresentam os piores indicadores sociais e econômicos, o Maranhão apresenta-se em destaque em alguns setores,

[...] um dos maiores exportadores de minério de ferro, gusa, alumínio em lingotes e soja em grãos - 96% das exportações;

É o 1º produtor de carvão vegetal de floresta nativa e de babaçu;

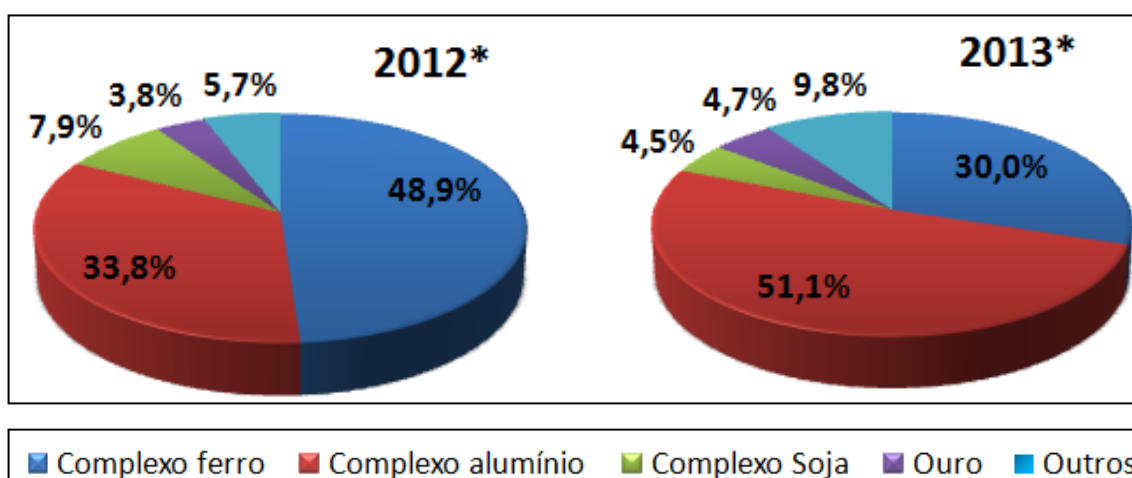
É o 4º na produção de mandioca e de arroz e o 9º de soja;

A taxa de crescimento (PIB real), entre 1970 e 2002 (a preço de 2004) foi de 4,2% a.a., é superior ao do Nordeste e do Brasil; Já a taxa da renda per capita foi de 2%; nos anos 1990, cai a 1.48% ao ano.

Nos últimos anos, a economia do Maranhão cresceu acima de 5% ao ano; isso se pode debitar ao excepcional crescimento das exportações de três produtos – ferro (minério e gusa), alumínio e soja à China, Índia e outros (IMESC, 2009, não paginado).

De acordo com as informações do Imesc, a exportação no Maranhão apresenta-se distribuída conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Exportação – Maranhão (2012 – 2013)



Fonte: MDIC (Citado por Imesc, 2013, p. 33). *Janeiro a Março

Como pode ser observado nos dados apresentados, os produtos maiores responsáveis pela exportação maranhense em 2012 são o complexo ferro e complexo alumínio, com 48,9% e 33,8%, respectivamente, somando 82,7% das exportações no estado. Nos primeiros meses de 2013, as posições se invertem e o complexo alumínio passa a ser responsável por 51,1% e o complexo ferro por 30,0%, o que significa 81,1% do total exportado.

Os números apresentados demonstram que tem sido aplicado um padrão de desenvolvimento baseado em grandes projetos, os quais se apresentam desvinculados das questões locais, como demonstra Mesquita (2006). Quando este pesquisador analisa a história recente do estado, constata que até a década de 1980 a economia maranhense era basicamente voltada para agropecuária e extrativismo, sendo que nas décadas seguintes, em função do Projeto Grande Carajás, da mineração e do agronegócio, essas práticas produtivas tornam-se a base da economia estadual.

Tabela 3: Exportação - Setores industriais por intensidade tecnológica – Brasil (2010/12)

Intensidade tecnológica	2010	2011	2012³
Alta	7,3	5,7	6,4
Média-alta	28,2	27,5	28,0
Média-baixa	23,5	28,5	28,8
Baixa	41,0	38,3	36,8
Total	100	100	100

Fonte: SECEX/MDIC (citado em MDICM, 2012, p. 16).

Com a adoção da produção citada, a qual objetiva atender ao mercado externo, em detrimento da produção agrícola voltada para o atendimento da demanda interna, o estado afirma seu papel na divisão nacional e internacional do

³ Os dados apresentados no ano 2012 fazem referência ao período de janeiro a junho.

trabalho, na condição de exportador de *commodities* tanto minerais quanto agrícolas. Essa questão é intrínseca ao modelo produtivo adotado pelo estado de não fomentar a agricultura camponesa, não diversificar a produção agrícola e não possibilitar à população o acesso a produtos oriundos do produtor, favorecendo a relação entre produtor de alimentos e consumidores.

É importante ressaltar que, uma parcela significativa das receitas do estado é oriunda de transferências governamentais, da Previdência Social e do ICMS. Neste contexto, das 1,6 milhão famílias que compõem a população estadual abaixo da linha de pobreza, cerca de 735 mil, são beneficiárias do Programa Bolsa Família e 716 mil recebem benefícios da Previdência. Os indicadores governamentais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) constata o crescimento das desigualdades, em que pese as taxas de crescimento ocorrido em função dos grandes projetos econômicos do capital na região, nas últimas quatro décadas.

Nos municípios de São Luís, Imperatriz, Açailândia, Caxias, Bacabal e Timon há presença de indústria. Na agropecuária o destaque fica com a produção nas microrregiões de Imperatriz, Balsas, Chapadinha, Pindaré, Baixada Maranhense e Médio Mearim⁴.

Com o avanço do agronegócio na região tocantina ocorre a retomada e a intensificação da violência no campo maranhense. Esta região, que nas décadas de 1970 e 1980 foi palco de muitos conflitos agrários com um processo violento praticado pelo latifúndio pela propriedade, agora, sob formas modernas, com emprego de altas tecnologias, passa por um processo de reconcentração da terra e avanço da produtividade do agronegócio que produz, em sua maioria, para a exportação, tendo como objetivo garantir os interesses privados do grande capital.

Os investimentos econômicos na região tornaram-se diversificados, porém como parte da cadeia produtiva da mineração e da produção da soja, ferro gusa, papel e celulose e com o objetivo, essencialmente, voltado para exportação, o que

4 Distribuição geográfica segundo o Imesc – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.

pode ser observado pela organização da produção de eucalipto, para celulose e carvão vegetal pelas empresas Suzano Papel Celulose, Siderúrgica Viena, Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré. A plantação de eucalipto é voltada, especificamente, ao fornecimento de carvão para siderúrgicas de Açailândia e Marabá. Articulada a estas produções, a soja avança no sul da região tocantina, com o polo de grãos instalado em Balsas, cujos produtores são fazendeiros oriundos principalmente da Região Sul do país, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Compondo este setor produtivo, a produção de cana-de-açúcar, localizada em Porto Franco e em São Raimundo das Mangabeiras, assume grande importância no projeto agropecuário e industrial do estado.

Invariavelmente, tais projetos produtivos demandam e se apossam de grandes extensões territoriais. Um exemplo é a instalação na região, em 2009, da empresa Suzano, que comprou 88 mil hectares de terras plantadas de eucalipto da empresa Celmar, de capital japonês, que na década de 1990, estabeleceu-se na região, com uma dinâmica e estratégia de compra de terras nos municípios de Porto Franco, São João do Paraíso, São Pedro dos Crentes, Estreito e Campestre do Maranhão.

A luta pela terra apresenta-se, historicamente, na centralidade da questão agrária brasileira, assim como no Maranhão, um dos estados de maior índice de violência no campo devido à estrutura fundiária concentradora e desigual. Estudos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstram um crescimento quase sistemático dos conflitos. Em 2006 foram registrados 66 casos, atingindo 3.941 famílias, totalizando 229.338 hectares de terra (CPT, 2007, p. 29), números que subiram no ano de 2007, quando ocorreram 76 registros de conflitos, com 5.818 famílias, envolvendo 649.723 hectares (CPT, 2008, p. 25). Em 2008, foram registrados 72 conflitos, envolvendo 4.412 famílias (CPT, 2009, p. 35), em 2009, os registros apontam 112 conflitos no campo, envolvendo 8.627 pessoas (CPT, 2010, p. 38). Em, 2010, 199 conflitos, com 7.896 pessoas envolvidas (CPT, 2011, p. 34), 2011, a CPT registrou 251 conflitos envolvendo 64.394 pessoas. (CPT, 2012, p. 37), em 2012, 157 conflitos envolvendo 9.037 pessoas (CPT, 2013, p. 37) e 2013, ocorreu 150 conflitos com 7.669 pessoas envolvidas, (CPT, 2013, p. 37) e, vale salientar, que nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011, 2012 e 2013 a CPT não registrou

o tamanho das áreas envolvidas nos conflitos, assim, impossibilitando a análise desses dados. A violência no campo está relacionada à concentração da terra e aos interesses empresariais representados pelo agronegócio. Azar entende que:

Mais recentemente o aspecto da violência no campo vem sendo engendrado de forma articulada entre setores empresariais que representam o agronegócio e setores sociais conservadores da sociedade, como a grande mídia nacional, parte do judiciário brasileiro e grupos parlamentares representantes dos interesses do setor patronal do campo nas esferas municipais, estaduais e nacional. Por conta da mais recente articulação entre estes sujeitos, foi deflagrada uma campanha de criminalização dos movimentos nacionais (2013, p. 207).

A solução do crônico problema da concentração da terra e da violência no campo é apontada pelos movimentos sociais camponeses dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como um dos resultados positivos da reforma agrária, constituindo-se numa política pública para o campo brasileiro e favorecendo, assim, a garantia de acesso à terra aos camponeses. Ao mesmo tempo, negando essa estrutura agrária concentradora que tem intensificado os conflitos agrários ao longo da história e que cada vez mais tem se agravado por causa das atividades agropecuárias empresariais e dos grandes projetos econômicos implementados no estado.

Todo este contexto explica a mudança na paisagem da região, como demonstra o caso dos babaçuais, substituídos por pastagens ou pelo plantio de eucalipto, cana e soja e que ocupam as melhores áreas agricultáveis no estado, gerando um novo momento de conflitualidade da luta pela terra no Maranhão.

Cabe destacar que tais empreendimentos econômicos que têm expropriado as famílias camponesas de suas condições de reprodução de vida não se limitam à dinâmica econômica estadual. Na verdade, compõem a dinâmica da nova divisão internacional do trabalho, na qual o Maranhão tem cumprido importante papel de fornecedor de matéria-prima como os minérios e os grãos, os quais são exportados *in natura*, sem qualquer beneficiamento.

A subordinação do Maranhão ao capital internacional é parte da formação da história econômica brasileira, sempre submissa e inserida na lógica da acumulação internacional de riquezas, sendo que não há um projeto de desenvolvimento voltado para o conjunto da sociedade brasileira. A ideia de desenvolvimento assume os interesses particulares específicos de um grupo elitizado, como afirma Florestan Fernandes, quando analisa a sociedade de classes brasileira:

[...] as escolhas dos alvos básicos do desenvolvimento econômico, político e social são feitas por pequenas minorias, mais empenhadas em atender seus próprios interesses sociais, que a levar em conta interesses sociais das coletividades como um todo (FERNANDES, 1968, p. 217).

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro encontra-se associado ao grande nível de concentração da terra, o que indica que a questão agrária brasileira constitui fato historicamente não resolvido, portanto, há uma abertura histórica possível para realização da reforma agrária na forma da luta pela terra radicalizada pelos sujeitos do campo. Nesse sentido, a análise de Florestan Fernandes é fundamental para compreendermos o sentido profundo da concentração histórica da terra no Brasil. De acordo com o autor,

[...] a “propriedade”, o “direito de propriedade”, a “empresa privada” e a “ordem social competitiva” acabam ganhando precedência sobre o uso capitalista da “propriedade”, do “direito de propriedade” e da “empresa privada” e preponderância sobre o crescimento econômico em bases capitalistas (1968, p. 93).

Seguindo a análise anterior, é possível afirmar que os ciclos do desenvolvimento econômico do Maranhão comprovam que, mesmo em momentos considerados de crescimento econômico, a política do estado e as perspectivas das elites sempre fortaleceram os interesses dos latifundiários da região, que historicamente veem se apropriando das terras e dos bens da natureza dos povos indígenas, extrativistas, camponeses e das comunidades tradicionais, utilizando diversas formas de violência para neutralizar e destruir as possibilidades de um

projeto alternativo, construído pelos sujeitos do campo. Tal análise encontra eco no estudo desses ciclos, conforme Mesquita:

Baseado nos autores tradicionais, mas com instrumental analítico do materialismo histórico, estabelece grandes marcos, onde é possível, grosso modo, se ter uma ideia das transformações que vão-se processando ao longo dos séculos na formação social do Maranhão. Ele relaciona cinco fases: a) conquista e povoamento inicial; b) inserção na divisão internacional do trabalho; c) involução econômica; d) inserção na divisão nacional do trabalho; e, e) o período da década de 1980. A fase inicial abrangia desde a ocupação precária da província até a segunda metade do século XVIII; a fase seguinte deste período até a libertação dos escravos; a terceira, desta fase até a II Guerra Mundial; a quarta dos anos 1950 até 1985; finalmente a última, para captar a fase de implantação do projeto Grande Carajás (1985/1989) (2011, p. 24).

Assim, na perspectiva de garantir a dinâmica de crescimento econômico no estado do Maranhão, são necessários as terras e os bens da natureza, com isso as grandes empresas nacionais e transnacionais, com o apoio do Estado, acumulam poder e controle do território. Necessário lembrar que o Estado assume papel importante no processo de acumulação do capital, com destaque para o fato de constituir-se imprescindível para tal acumulação.

A prática produtiva hegemônica pelo agronegócio no Maranhão tem se caracterizado por provocar uma sucessão de impactos sociais, econômicos e ambientais, que irão incidir de forma negativa nas comunidades e, em geral, as áreas e terras que são territórios camponeses, indígenas e quilombolas são colocadas em segundo plano, inclusive por parte do Estado, que deveria promover políticas de valorização e proteção destas populações. Tal negligência gera contradições, conflitos e, conseqüentemente, resistência e luta.

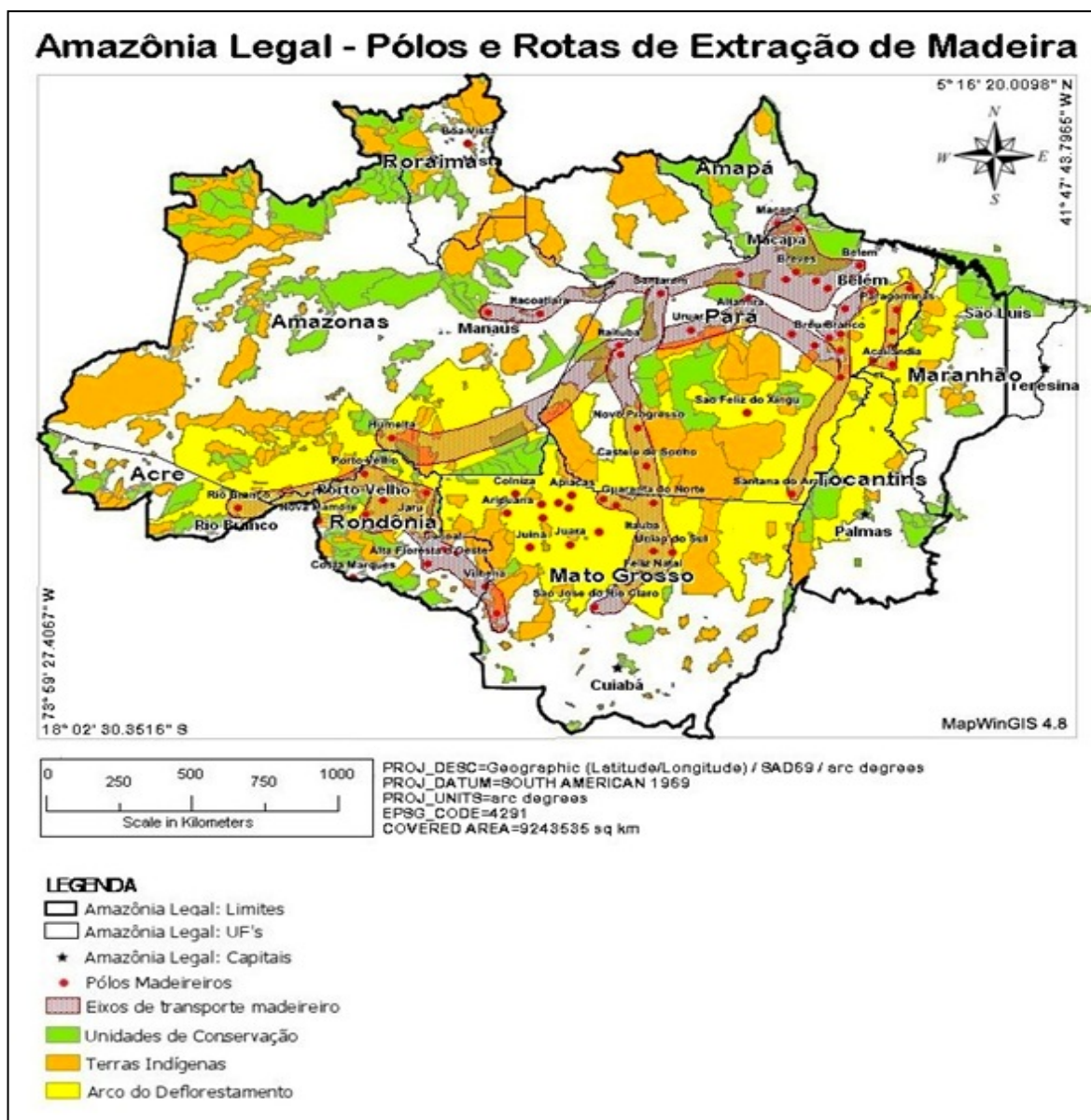
Dessa forma, a resistência camponesa desencadeou um processo de enfrentamento direto com os interesses dominantes, de expansão e consolidação dos ciclos de apropriação da terra e dos bens da natureza, como a extração da madeira, produção de arroz, a pecuária extensiva e, atualmente, o monocultivo de eucalipto e outras espécies exóticas. Vale ressaltar que todo esse processo é realizado com investimentos e incentivos governamentais, que têm como objetivo

principal a expansão da soja, do monocultivo de eucalipto e da pecuária, a extração de madeira e de minérios no cerrado e na região amazônica.

Os investimentos públicos estão basicamente voltados para a construção de infraestrutura, principalmente para a produção e seu escoamento. Porém, o apoio estatal não se restringe a este aspecto, apresentando-se de forma ampla e intensa através, por exemplo, da qualificação da força de trabalho para atender as necessidades da produção empresarial, com incentivos fiscais e financiamentos e gerenciamento de conflitos.

Um dos setores que melhor expressa a relação da produção desenvolvida no estado com a dinâmica econômica do capital internacional é a extração de recursos naturais, como a de madeira que acontece na região amazônica de forma intensa, o que pode ser observado no mapa a seguir:

Mapa 1: Polos e rotas de extração de madeira – Amazônia



Fonte: Imesc, 2012.

No contexto da produção no campo prevalece a lógica latifundista da posse especulativa da terra. Explicando a exploração da região amazônica, Loris (2009, p. 14) argumenta que: “a incorporação da região ao modelo econômico hegemônico foi um processo ideológico, formulado pelo governo brasileiro e estimulado pelas organizações financeiras internacionais”. E, como consequência dessa lógica imposta pelo capital na região, ocorre o acirramento das disputas territoriais, os

conflitos agrários, a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas, extrativistas e a violação dos direitos territoriais das populações do campo.

O acirramento dos conflitos agrários na região amazônica, tem se dado pela expropriação e acumulação de terras e pela exploração das riquezas da floresta, do solo e do subsolo. Para Sauer (1989) essas são as características da expansão do capitalismo no campo. Essa prática expropriatória e acumuladora sempre esteve na base do exercício do poder político e no modelo econômico implantado pelos processos de desenvolvimento brasileiro, tendo como exemplo a revolução verde da década de 1960 que resultou na concentração da terra e no aumento dos conflitos agrários, aspectos de uma política de desenvolvimento nacional, de prática predatória, concentradora e excludente.

Podemos assim afirmar, que o avanço do agronegócio na Amazônia Oriental, os conflitos provocados pelos monocultivos da soja, eucalipto, cana de açúcar, extração da madeira e minerais estão associados a um projeto que tem disputado a hegemonia do território nessa região. De um lado estão os grandes empreendimentos do agronegócio com os monocultivos, e do outro lado estão os camponeses com pouca terra e escassos recursos para investir na produção, diversificação e melhoramento dos seus produtos. Essas condições geradas pelo capital suscitam a conflitualidade.

O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa *condição*, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. (FERNANDES, p. 9, 2004).

Na dinâmica instituída pelo capital, chegam as empresas do agronegócio que se apropriam das terras dos camponeses, desestruturam as comunidades e desorganizam a sua produção, que, em geral, nunca tiveram incentivos do governo, com produção sempre voltada para subsistência familiar. Em outras palavras, as comunidades antigas e tradicionais são agora invadidas pelas ações de expansão

do capital que concentram a terra e exploram a força de trabalho das populações locais, como o caso da empresa Vale.

Os impactos causados às comunidades camponesas dos assentamentos de reforma agrária, quilombolas e indígenas pelo projeto de desenvolvimento da Vale resultam do projeto de acumulação do capital na sua forma neoliberal que se intensificou nos últimos dez anos, como verificado com os dados fornecidos pelo Incra. Observe-se que, quando o índice que mede a concentração da propriedade da terra cresceu de forma acelerada, entre 2003 e 2010, as grandes propriedades tiveram um salto de 95 mil unidades para 127 mil unidades aumentando o seu controle de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares, em apenas oito anos. Outro agravante desse quadro é a constatação de um aumento acelerado de desnacionalização da propriedade da terra, através da entrada do capital internacional com suas empresas transnacionais, e na compra de ações de empresas brasileiras, que já têm a posse das terras. Com isso, há uma estimativa de que as empresas estrangeiras controlam aproximadamente 30 milhões de hectares de terras brasileiras (SOUSA, p. 60. 2013).

Exemplo emblemático deste processo, o projeto de mineração da Vale, instalado na Serra dos Carajás, no município Parauapebas (PA), no início dos anos de 1970, é parte da estratégia de apropriação do subsolo brasileiro para extração dos recursos minerais como ouro, bauxita, manganês, ferro, dentre outros. Esse momento inicial da mineração na região ficou conhecido como a “febre do ouro”, que foi responsável pelo processo migratório de milhares de camponeses, principalmente dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins.

As décadas seguintes se caracterizaram por uma intensa disputa pela posse dos minérios pelo capital internacional. Esse movimento de disputa territorial gerou conflitos na medida em que os grandes projetos se instalaram na região com o propósito de ampliar seus lucros e expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities*, comprando, arrendando a terra e explorando a força de trabalho local e regional. Como exemplo, citamos o caso da Vale, que tem provocado na região uma acelerada destruição dos bens da natureza, com sua ação predatória da grande mineração, além da desestruturação das comunidades tradicionais.

As hidrelétricas construídas, e as em vias de construção, às margens dos rios Tocantins, Araguaia e Xingu se apropriam dos territórios indígenas, quilombolas,

camponeses, ribeirinhos e extrativistas para alimentar o modelo de acumulação de capital, provocando graves problemas socioambientais e culturais. Nesse processo de expansão do capital, a Amazônia brasileira passa por um processo de “ocupação e reocupação” (IANNI, 1979). A região passa a ser um território em disputa pelos interesses do capital internacional, provocando conflitos de terras, como o conhecido caso ocorrido na região do Bico do Papagaio – considerada, nos anos de 1950, como de fronteira agrícola – explorada em seu primeiro ciclo produtivo pelo extrativismo, pela pecuária e pela produção de arroz, criando as condições para, em seu segundo ciclo, a entrada da mineração.

Esse é o interesse globalizado do capital: buscar riquezas em todos os continentes se apropriando da terra, dos recursos naturais e minerais, controlando e explorando o solo e o subsolo. Desta forma, os grupos econômicos que definem essa dinâmica em escala internacional utilizam o Estado como instrumento para executar a sua estratégia de controle dos territórios, anteriormente pertencentes aos camponeses, como seu território de trabalho e de moradia, e passam a ser espaço da pecuária, da mineração e da concentração da riqueza (MARQUES, 2008, p. 54).

A terra, dado o seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade.

O mesmo processo expropriatório ocorre com a implantação dos monocultivos da soja para exportação e do eucalipto para a produção de papel e celulose, visando o abastecimento do mercado externo e interno. Esses movimentos realizados pelo capital favoreceram a inserção do estado do Maranhão no caminho do desenvolvimento capitalista, instalando uma base econômica no setor industrial, implementando grandes projetos, como os polos siderúrgicos no corredor Carajás vinculados à mineração.

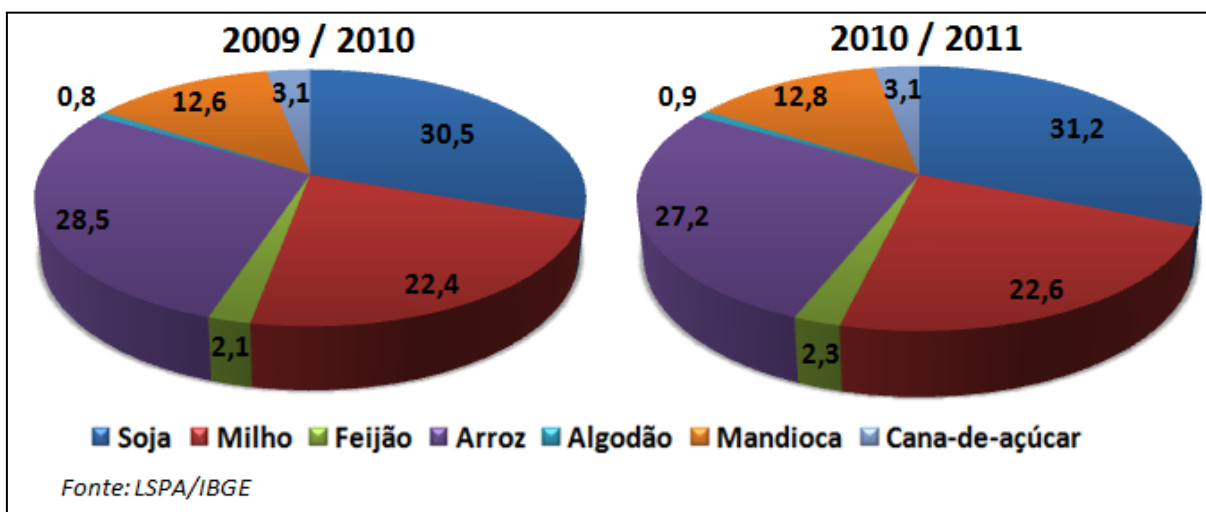
Essa prática de espoliação provocou o deslocamento das populações maranhenses que viviam no campo disputando a terra com os grileiros, que foram sendo empurradas para fora pelo “desenvolvimento”. Nesse sentido, Sousa (2013, p. 67) afirma que:

No caso do Maranhão, nas últimas décadas, ocorreu uma violenta expulsão dos camponeses de suas terras, intensificando os conflitos pela posse da terra, práticas de ameaças e assassinatos dos trabalhadores que resistiam a esse processo de expulsão. O que antes eram terras devolutas e livres, foram sendo cercadas, expropriadas pelo projeto de desenvolvimento implementado pelo Estado. Portanto, as formas criminosas da grilagem se deram em conivência com o poder local, provocando um inchamento das cidades e o aumento da miséria. Esse foi o desenvolvimento que coube ao povo maranhense.

No Maranhão, o capital na agricultura avançou com a expansão do agronegócio, significando aumento na área de produção agrícola com produtos que atendem à demanda do mercado externo, com investimentos do capital, por meio das empresas transnacionais. Um exemplo da presença de corporações multinacionais em território maranhense é a Cargill, de origem norte-americana, instalada no município de Porto Franco, na região tocantina. A mesma lidera a comercialização da soja no mercado internacional, sendo que parte dessa soja é plantada em território amazônico.

A soja, assim como outros cultivos agrícolas empresariais, tem sofrido significativo crescimento, assumindo papel de destaque no que se refere ao tamanho da área plantada, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Composição da área plantada das principais culturas do estado do Maranhão nas safras de 2009/2010 e 2010/2011



Fonte: Imesc, 2012.

Com o avanço dessas empresas, ocorre um controle da produção agrícola na região pelas empresas transnacionais voltadas para o mercado externo, ampliando cada vez mais os investimentos na área de produtos para exportação. Nessa lógica do agronegócio, todos os setores produtivos do campo são estimulados a se inserirem na dinâmica produtiva dos monocultivos, seja cana-de-açúcar, soja ou eucalipto. Os pequenos agricultores, camponeses, assentados, fazendeiros, grandes e pequenos empresários rurais, todos devem operar no sentido de fortalecer o agronegócio. Essa política para o campo tem elevado o valor da terra nas regiões de modo geral, mas em particular na região amazônica, diminuindo assim as pequenas e médias propriedades e aumentando a concentração da terra.

Essas questões apresentam um novo desafio na luta pela terra, que é de enfrentamento ao capital, pois, em decorrência do modelo hegemônico do capital, há um processo de disputa entre o capital e o trabalho, passando a terra a ter outro significado, assumindo a conotação de terra do negócio, da especulação, da acumulação de riqueza. Essa concepção de desenvolvimento agrário provoca um fluxo intenso de migrações do campo para a cidade, um aumento da grilagem pelos pecuaristas, plantadores de soja e pelas empresas plantadoras de eucalipto, dentre outros. Tal fato tem feito com que

Os impactos da entrada do Maranhão na rota do capital mundial incidiram sobremaneira no campo, complexificando a questão agrária. Nesse movimento, foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo, visando, sobretudo a exportação. Logo no início da referida fase, esses investimentos foram realizados, prioritariamente, na modernização da lavoura, na dinamização industrial e na pecuária (DELGADO, 2010, p. 52).

O aumento das áreas plantadas com monocultivos, que são valorizadas pelo agronegócio para abastecer o mercado externo, afeta diretamente a produção de alimentos para o consumo interno, ameaçando a soberania alimentar da população brasileira. Para a Via Campesina, soberania alimentar é “o direito de cada nação a manter e desenvolver os seus alimentos, tendo em conta a diversidade cultural e produtiva”.

Ester Vivas defende a soberania alimentar como o exercício do pleno direito das populações camponesas de decidirem o que plantar e o que comer. Para tanto, a autora entende que os camponeses necessitam:

[...] ter soberania plena para decidir o que se cultiva e o que se come. As políticas agrícolas e alimentares atuais, no entanto, não o permitem. Quanto à produção, muitos países viram-se obrigados a abandonar a sua diversidade agrícola a favor de monoculturas, que só beneficiam um punhado de empresas. (VIVAS, 20 de Janeiro de 2014, Site pessoal: <http://esthervivas.com/>; <http://blogs.publico.es/esther-vivas>).

Estudos realizados pela CPT mostram o importante papel da agricultura camponesa no atendimento do consumo da população maranhense, sendo que:

Quem produz o que o maranhense come: Daquilo que vai para a mesa dos maranhenses, 74% é produzido pelos pequenos agricultores, pelos camponeses. Só 26% do que vai para a mesa dos maranhenses vem das grandes propriedades, que priorizam apenas as exportações, ou seja, não produzem comida, querem produzir lucro (CPT, 2010).

O mesmo estudo mostra que a importância da agricultura camponesa maranhense não se limita à produção de alimentos, mas assume, também, papel relevante na ocupação da força de trabalho, pois:

As pequenas propriedades dão trabalho para 86,54% de toda mão de obra no campo maranhense. As médias e grandes, o agronegócio, mesmo com muito mais terra, só empregam 13,46% das pessoas que trabalham no campo (CPT, 2010).

No Brasil, um aspecto importante é o resultado econômico da produção desenvolvida pelo agronegócio no que se refere à ocupação da força de trabalho, da mão de obra nos pequenos estabelecimentos, que, segundo o IBGE, representam,

[...] apenas 30,31% do total, neles encontram-se 84,36% das pessoas ocupadas na agropecuária. As unidades produtivas com área inferior a 200 ha oferecem 12,6 vezes mais postos de trabalho por hectare que os estabelecimentos considerados mais importantes (área entre 200 e menor que 2.000 ha) e 45,6 vezes mais que as grandes propriedades, cuja área é superior a 2.000 ha (IBGE, 2006).

No caso maranhense, a partir dos anos de 1990, o estado se insere no processo de expansão do agronegócio, acirrando os conflitos na disputa de controle de território, movimento realizado pelo capital nas regiões com a apropriação da terra e dos bens da natureza e com a exploração e a espoliação dos trabalhadores. Essa não é uma particularidade apenas do Maranhão, essa prática ocorre em todas as regiões do país, onde há interesse da expansão do capital e, em particular, nos estados periféricos dos centros econômicos, onde possibilite uma maior apropriação e exploração dos camponeses. Assim,

A luta por terra, trabalho e preservação ambiental e a resistência dos distintos povos que vivem no meio rural, contra o desenvolvimento do capitalismo globalizado no campo tem convergido para a proposição de novas formas de organização da produção, ou seja, para a busca de alternativas de produção e reprodução que foge do modelo imposto (DELGADO, 2010, p. 93).

A estratégia adotada pelo capital, para a dominação do território, é se apropriar dos recursos naturais e controlar os indivíduos por meio de cooptação e conciliação dos interesses, mesmo em condições contraditórias e assimétricas. Essa ação do capital condiciona como força política a vida cotidiana dos sujeitos, no seu lugar de construção objetiva e subjetiva. Esse território contém elementos contraditórios, referentes aos interesses do capital e do campesinato, expressados na sua territorialidade, com a força que domina e condiciona a vida da comunidade no âmbito das suas relações internas, entre os participantes. As divergências existentes, geralmente, são geradas pelas interferências dos agentes representantes dos interesses das empresas que disputam o território, resultando em interesses e conflitos entre as classes sociais, nas suas relações de poder. Isto é, a territorialização do capital ocorre em um movimento histórico, definido pela expansão do capitalismo, envolvendo aspectos econômicos, políticos e culturais em relações permeadas de conflitualidades, o que para Fernandes (2005. p. 6):

[...] é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural.

Os monocultivos de eucalipto, soja e cana-de-açúcar concentram imensas áreas de terras que poderiam ser direcionadas para a produção de alimentos. Tal questão promove o desequilíbrio na produção de alimentos e a perda das sementes, patrimônio dos camponeses, das comunidades tradicionais, dos povos originários, movimento que é produzido pelo capital e conduz à perda da soberania alimentar.

Figura 1: Monocultivo de eucalipto



Fonte: acervo da autora

O processo dinâmico da expansão do capital no território e de sua territorialidade é entendido por Fernandes (2012, p. 284) como “a representação das formas de usos dos territórios”. Assim, é necessário investigar as relações econômicas, políticas e culturais determinadas pelas forças hegemônicas que neles atuam. O capital, representado pelas empresas de mineração, do agronegócio e do hidronegócio, invade os territórios, destrói a biodiversidade, desarticula os sistemas agrícolas e as formas de reprodução do espaço. Para garantir a hegemonia, as classes dominantes precisam dispor da força, sendo que:

[...] no caso do projeto hoje dominante, falta a esses sujeitos capacidade hegemônica propriamente dita a qual é compensada, neste caso, pelo recurso frequente à força e pela absoluta assimetria nas relações de poder entre agentes dessa ação predatória da região e aqueles que a ela resistem – a população rural e da floresta: povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos), colonos e pequenos produtores rurais (DURÃO, 2009, p. 37).

Desta forma, a dinâmica da defesa dos territórios em disputa se materializa na luta em defesa da terra camponesa, da floresta, da biodiversidade, dos rios, da

agricultura camponesa, dos recursos minerais e dos direitos étnicos e culturais. Compreendendo que a defesa do território camponês se constrói na luta cotidiana, de enfrentamento às ações impostas pelo capital na região, a construção desses espaços de resistência se dá a partir da organização dos trabalhadores enquanto potencialidades de classe, para superação da exploração. Construindo, assim, novas formas de esculpir o sujeito coletivo, consciente do seu papel enquanto sujeito histórico na luta de classes.

O que se estabelece são relações de poder, de dominação condicionada pelas relações de exploração que o capital define, controlando os bens da natureza e as riquezas produzidas pelo trabalho. De acordo com o cenário que se apresenta na região da Amazônia Oriental, os conflitos sociais ocorrem em um processo de resistência dos camponeses à ação destruturadora do capital nas suas comunidades. Nesse processo, contraditório e conflitivo, ocorre a organização dos grupos atingidos que resistem à expropriação de seus territórios, determinando assim a intensidade dos conflitos e recolocando o território como produto das relações sociais e de classe.

1.2. Camponeses e agronegócio disputam o território no estado do Maranhão: a territorialização da luta pela terra na região tocantina

Figura 2: A luta pela terra no acampamento Cipó Cortado



Fonte: acervo da autora

No estado do Maranhão a disputa pelo território é determinada pelos grupos econômicos internacionais em consonância com o poder local dos latifundistas. Suas ações se caracterizam entre o moderno e o arcaico, convivendo de forma articulada com a violência e o discurso moderno. Tornando o Estado cada vez mais presente no conflito do campo, em especial na região tocantina, por ser uma região de fronteira agrícola, espaço de expansão do capital. Sobre as consequências da aliança entre os grandes grupos empresariais e os latifundiários, Sauer (1998, p. 42) afirma que:

A aliança entre latifúndio e capital não resultou em benefício para os pobres do campo nem em reformas sociais modernas, ao contrário, a expansão do

capital para o meio rural provocou a expulsão de milhares de trabalhadores rurais e aniquilou violentamente tribos indígenas.

Por meio da política expansionista do capital, que visa o aumento da produção dos monocultivos no território em disputa, são incorporadas pelas vias legais e ilegais, grandes extensões de terra para implantação de grandes projetos. Os embates mais recentes têm se dado em terras de reservas de minérios, de recursos hídricos, áreas de florestas e em terras dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, tendo como objetivo central dessa disputa a expansão do capital na região, seja com o plantio de soja, de eucalipto, cana-de-açúcar ou pela exploração agropecuária.

Estão ocorrendo investimentos diretos no setor do agronegócio na região, patrocinando a compra de terras demandadas pelas *commodities* agrícolas no setor de grãos, de matéria-prima, do agrocombustível, da pecuária e no setor não agrícola, como: celulose, madeireiro e de minérios. Dessa forma, como já dito anteriormente, o campo amazônico está passando por um novo ciclo econômico, de expansão e exploração do capital na fronteira agrícola, com isso, elevando o preço das terras e acirrando os conflitos territoriais e de resistência pela posse, uso e propriedade da terra.

A atual e intensa produção de *commodities* em curso no país e, em especial, na região amazônica tem proporcionado a submissão do país ao capital financeiro, conforme esclarece Durão (2009, p. 38)

[...] ao submeter o país aos ditames do capital financeiro, o fez regredir e a uma situação neocolonial de país exportador de *commodities*, com um lugar destacado para a Amazônia, sobretudo no tocante às mineradoras, à expansão dos monocultivos e à pilhagem dos recursos da biodiversidade.

É recorrente que, no Brasil, uma parte significativa da produção agrícola encontra-se voltada para atender a demanda mundial, para o mercado exportador de grãos. Esse modelo agroexportador se apresenta como opção de crescimento econômico do país. Desta forma, a expansão das atividades do agronegócio vai

desenvolver uma lógica de expropriação dos territórios dos camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, extrativistas, reproduzindo práticas colonialistas, ampliando a acumulação por meio da apropriação da terra e do saque das riquezas do solo e do subsolo pelo Estado.

De acordo com Harvey (2004) os investimentos estrangeiros e a compra de terras no Brasil, em sua maioria são financiados com recursos públicos, especialmente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do FCO (Fundos Constitucionais do Centro-Oeste), do FNO (Fundo Constitucional do Norte) e do Bird (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Esses financiamentos estão voltados para garantir e viabilizar os interesses do capital na região.

Esse modelo concentrador de renda e de riqueza possibilitou a manutenção e a expansão de um padrão produtivo agroexportador, voltado para abastecer o mercado internacional de *commodities* sustentada pela união capital e latifúndio, promovendo a exploração dos camponeses, a expropriação da terra indígena, quilombola, extrativista e do trabalho precarizado no campo, por meio do trabalho análogo a escravidão que ocorrem nas fazendas e carvoarias, que segundo dados do Governo, “os suspeitos do crime” pertencem predominantemente ao agronegócio (FIGUEIRA, 2006, p. 62).

Por outro lado, a questão agrária no estado poderia ser resolvida, se houvesse interesse em solucionar essa questão. Predomina a aliança entre o capital e o latifúndio, garantindo, assim, a não realização da reforma agrária e a migração do campo para a cidade, o que tem resultado em um processo de inchaço das cidades e falta de perspectivas de trabalho. Para a CPT,

A concentração da terra no Maranhão nos deixa perplexos. Mas veja que ainda há um elemento importante a considerar que o estado do Maranhão possui uma superfície de mais de 33 milhões de hectares. Mesmo se somarmos aos quase 13 milhões de hectares - ocupados pelos estabelecimentos -, as terras indígenas que ocupam aproximadamente 2 milhões de hectares, mais os parques ecológicos, as reservas extrativistas, biológicas e áreas de preservação ambiental que compreendem mais de 7 milhões de hectares, mais os aproximadamente 400 mil hectares das áreas urbanizadas, a conta não vai fechar. Estaria faltando ainda

aproximadamente 10,6 milhões de hectares. Serão as ditas terras devolutas da União e do Estado? (CPT, 2010).

Em meio a essas contradições surgem as lutas e resistências das comunidades, grupos sociais que são violados em seus direitos territoriais pela ação do capital, por isso se organizam em movimentos socioterritoriais para garantirem seus direitos. Reivindicam direitos, identidades e a garantia de viver e reproduzir o seu modo de vida e as formas diversas de apropriação da terra, que por sua vez as diferencia do modo hegemônico exercido no campo brasileiro.

A política de implementação dos grandes projetos é uma constante na região Amazônica, por causa da política desenvolvimentista do Estado brasileiro, com o incentivo e financiamento de megaprojetos nos estados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a exemplo das construções de hidrelétricas nos rios Tocantins, Xingu e Madeira. Esses empreendimentos têm gerado um movimento de luta e resistência das comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e entre os trabalhadores das obras.

A expropriação causada pelos megaprojetos tem provocado um processo de luta e resistência dos atingidos que têm buscado recriar e ressignificar a história de luta por terra e pelo território, como uma forma de confrontar e resistir ao modelo fundiário formado pela elite latifundista que, ao longo da nossa história, se apropriou da terra. Neste sentido,

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho (MARTINS, 1980, *apud* OLIVEIRA, 1996, p. 14).

A apropriação da terra pelo capital está, essencialmente, fundada na prática do exercício do poder econômico, político e ideológico. Contudo, os movimentos sociais organizados no campo a enfrentam com ações, vistas pela mídia conservadora como atraso, contrárias ao desenvolvimento regional, em suma, uma ameaça ao poder público, à democracia. Entretanto, essas ações que expressam os

conflitos desnudam a violência velada do latifúndio, explicitam a disputa por terra e território e dificultam a expansão dos monocultivos de soja, eucalipto, cana e dos projetos de mineração.

Atualmente, no Maranhão, o governo estadual, em parceria com o governo federal, tem investido em infraestrutura (energia, estradas, ferrovias). Porém, esses investimentos estão todos voltados para garantir o bom funcionamento dos grandes projetos. É perceptível a mudança na paisagem regional, sendo rapidamente alterada e desestruturando o modo de vida da região, em nome de um desenvolvimento que concentra terra, renda e distribui miséria. Estudioso da questão amazônica, Franklin (2008, p. 179) argumenta a este respeito que:

Esses grandes investimentos foram concebidos a partir da lógica do capital internacional – e que o Brasil é situado como fornecedor de matéria-prima, produtos semiacabados e mão de obra barata, favorecendo maiores lucros às empresas estrangeiras, embora sempre propagandeados como empreendimentos de promoção de desenvolvimento nacional e regional, através de seus hipotéticos benefícios sociais e econômicos.

Os territórios das comunidades tradicionais estão sendo invadidos por madeireiros, grandes fazendas e empresas rurais, substituindo a rica biodiversidade e a agrobiodiversidade pelos monocultivos de eucalipto, capim, soja e cana-de-açúcar. Temos vários exemplos na região, como as comunidades de São Feliz e Coquelândia, localizadas na chamada Estrada do Arroz, município de Imperatriz, que são impactadas pela empresa Suzano. Também é de conhecimento público o caso peculiar do assentamento Califórnia, município de Açailândia, que vem sendo duramente impactado com os grandes projetos, da produção de carvão e pelo plantio do eucalipto, por exemplo. A resistência dessas comunidades é acompanhada por um processo violento de perseguição das lideranças, assim como ameaças de morte, assassinatos, cooptação, expulsão das terras por meio da pistolagem, despejos e por ordem judicial.

1.3. O MST e a luta pela terra no Maranhão

As lutas das comunidades que têm seus direitos violados não são somente reação ao processo de expropriação provocada pelo capital. Em regra, lutam em contextos muito adversos, em meio a uma realidade de violação de direitos, de negação dos seus territórios, de desagregação de sua cultura, da perda de sua terra, do seu lugar de reprodução e recriação humana.

As práticas e as estratégias de violação dos direitos objetivam intimidar as ações de luta pela terra praticada pelas famílias sem-terra. O direito à terra tem se instituído como a principal bandeira dos movimentos que atuam no campo maranhense, em especial, o MST. O processo de luta tem provocado reações diversas por parte do latifúndio que cercam as melhores terras, concretizando a violência e a grilagem.

Não há dúvida de que a grilagem tinha o propósito de apropriação de todas as terras ainda não incorporadas ao sistema capitalista de propriedade privada e que, até aquele momento, eram terras de trabalho e não terras de negócio. Assim sendo, o grilo teve um ponto de partida e se estenderá até conseguir a realização do propósito inicial (ASSELIM, 2009, p. 56).

A luta e resistência camponesa, indígena, quilombola e extrativista está relacionada, em sua maioria, com a forma como o capital se apropria de seu território, concentrando a terra, dominando ideologicamente e explorando a natureza, sendo essas as principais causas dos conflitos agrários no estado. Os movimentos sociais realizam ações de enfrentamento a essa prática desestruturadora das comunidades impostas pelo capital na região.

A luta pela terra e pela reforma agrária implica compreender a especificidade e heterogeneidade da realidade do campo maranhense, levando em consideração as mudanças sociais no espaço agrário brasileiro, tanto pelo Estado que financia o agronegócio, bem como pela luta dos movimentos sociais e pela conquista dos assentamentos de reforma agrária. Esse processo conflitivo e contraditório tem

gerado ações coletivas e práticas inovadoras de contestação ao modelo hegemônico no campo, como as experiências agroecológicas que têm sido implantadas em áreas de assentamentos e nas comunidades tradicionais.

Os conflitos ocorridos nessa região foram marcados por uma história de violência e assassinatos de camponeses, lideranças religiosas e sindicais, pois este território está caracterizado por conflitos agrários desde a década de 1970 e 1980, desencadeada pelos posseiros e, nos anos 1990, pelas ocupações de terra articuladas pelo MST, pela organização sindical e pelas ocupações espontâneas do território. Em meados dos anos de 1980, se organiza o MST que se inscreve em um momento de ocupação das terras improdutivas e griladas no estado do Maranhão, passando por um processo de gestação, que durou 3 anos (1985-1988), iniciando-se as articulações para a sua construção no estado. Em 1985, no primeiro congresso nacional do MST, participaram lideranças camponesas que tinham uma trajetória de luta pela terra, especificamente na dos posseiros na década de 1970.

A luta pela terra desenvolvida pelo MST no estado vem contestar essa realidade que coloca os camponeses em situação degradante, de extrema pobreza. A luta pela reforma agrária é um passo fundamental para mudar essa realidade no campo maranhense de concentração da terra e subordinação dos camponeses ao trabalho precarizado nas fazendas, nas carvoarias, ou sair para outras regiões do país para o corte de cana-de-açúcar, para a construção civil ou para a mineração em outros países. Frente a esse contexto, o enfrentamento ao latifúndio cumpre um papel importante para democratizar o acesso à terra, em um processo reivindicativo das famílias sem-terra por meio das ocupações de terra. É nessa conjuntura que se inscreve a luta dos sem-terra no acampamento Cipó Cortado, pela desconcentração da terra e resistindo para não ter que sair de seu estado ou até mesmo do país. Isso pode ser constatado no discurso dos entrevistados nesse acampamento, apresentado logo a seguir.

A luta pela terra utilizando a ocupação como seu principal instrumento e organizada por um movimento social, com símbolos, objetivos e de caráter nacional, surge como uma possibilidade para a massificação das lutas pela terra no estado, pois o conflito existia, mas não havia a prática da ocupação da terra. Um momento

importante para a realização das ocupações nas regiões de Imperatriz e Santa Luzia foi a articulação das oposições sindicais que debatiam a questão da terra e do sindicato de luta nos municípios. Podemos citar, como exemplo, a ocupação da fazenda Capoema (1986) e Terra Bela (1987), no município de Santa Luzia, como expressão e referência que se inicia em um processo que envolveu muitas famílias.

Posteriormente, o movimento de oposições sindicais expandiu a sua atuação para Imperatriz, região de muitos conflitos agrários, que ficaram conhecidos nacionalmente e internacionalmente, a exemplo do assassinato do Padre Josimo Tavares (membro da pastoral da Terra – CPT) pela União Democrática Ruralista – UDR, em 1986 (MIRANDA, 2003, p. 122).

Mesmo expostos à violência por parte da UDR e do sindicato dos fazendeiros da região tocantina, a luta avança e o MST demarca espaço no campo maranhense realizando as ocupações. A consolidação do MST no Maranhão deu-se no antigo Bico do Papagaio, atualmente região tocantina, oeste maranhense, em 1987, com a ocupação das fazendas Itacira I e II, de propriedade do grupo Sharp, com 5 mil hectares, conhecida na região por “fazenda criminosa”, envolvendo 250 famílias, articuladas conjuntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz e com o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru).

Na perspectiva de construção da autonomia política, territorialização e fortalecimento da luta do MST no estado, a militância do movimento organiza o trabalho de base, resultando na ocupação da fazenda Gameleira, em 25 de Julho de 1988, com 144 famílias, no município de Imperatriz, ocupação que demarca um momento novo na construção do MST, rompendo com a dependência das entidades de apoio como o Centru e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Assim, se constitui como um movimento autônomo organizando suas próprias ações de luta pela terra. Essa desvinculação do Centru e do movimento sindical ocorre tanto por questões de método, referente à ocupação da terra, como, também, por concepções divergentes de cunho teórico.

Essa ocupação foi decisiva para que o MST conquistasse sua autonomia e espaço na luta pela terra, iniciando um processo de formação da sua base, forjando

novas lideranças no desafio de territorializar o movimento no estado. A partir de 1987/1988 ocorre a divisão entre o MST e o Centru. Foi a partir desse momento que o MST passou a construir a sua autonomia político-organizativa, enquanto movimento de luta pela reforma agrária.

Miranda (2003. p. 125) classifica esse período em três momentos na história do MST-Maranhão:

Há três momentos distintos na história do MST/MA: o primeiro em 1985, logo após o primeiro congresso do Movimento, que se constituiu através das oposições sindicais e do Centru; Segundo em 1987/88, quando o movimento passa a reivindicar sua autonomia na organização dos sem terra e o terceiro nos anos 90, quando de forma autônoma, passa a se consolidar através de sua territorialização no estado, fruto dos acampamentos que foram feitos na Vila Diamante (30 de junho de 1989), Serafim (11 de julho de 1989) e Juçara (27 de agosto de 1989).

Esse período divergente foi mediado pelo movimento nacional que enviou lideranças com maior experiência para mediar o conflito interno, formando um grupo para averiguar as questões divergentes e construir alternativas para garantir a organização e territorialização do MST no estado.

As intervenções eram muito mais no sentido de análise, diagnóstico das dificuldades e das limitações, para a partir disso, fazer uma reflexão e redimensionar as tarefas práticas do movimento nos estados. A intervenção, que ocorria através de uma comissão provisória, se fazia presente até a consolidação da coordenação estadual (MIRANDA, 2003. p. 126).

Os anos de 1990 são fundamentais para a territorialização e construção da autonomia do MST no Maranhão. Foi um período de ocupações e de conquistas concretas para os trabalhadores decorrentes das ações desenvolvidas na luta pela terra.

Os acampamentos ganham uma particularidade, a palha dos babaçuais sobrepõe na paisagem nas beiras das estradas e nos latifúndios, junto à bandeira vermelha com o símbolo do MST, demarcando de forma substantiva o lugar da luta

pela terra, por meios da ocupação, e o papel do MST nesse contexto de enfrentamento ao latifúndio. Os barracos de palha e lona preta se misturam reivindicando a terra concentrada e grilada em décadas anteriores, conforme já citado.

Desse modo, se configura, nesse momento, uma conjuntura de violência institucional e dos órgãos de representação dos fazendeiros, perseguindo e executando prisões de militantes, despejos violentos e assassinatos de trabalhadores. A repressão objetivava destruir o MST enquanto organização e expansão nacional, porém, seu fortalecimento e reconhecimento na sociedade retomam o debate da importância da reforma agrária no Brasil.

A partir das questões expostas, o MST passou por sua prova de fogo, tendo o reconhecimento político da sociedade. O Movimento cresceu, conquistando novas áreas e construindo sua organicidade, fazendo formação nos acampamentos e assentamentos, com a juventude, mulheres, coordenação dos grupos de famílias, aumentando o número de militantes em sua base social, para compor os setores de frente de massas, formação, educação e produção. Esse momento de construção da organicidade interna é de significativas aprendizagens, de amadurecimento e crescimento político-organizativo do MST-Maranhão.

É nesse contexto anteriormente citado que se fortalece a organização e participação das mulheres nas instâncias de decisão e nas definições políticas nas relações de gênero, recriando o papel político das mulheres na vida orgânica do MST. Elas intensificam sua efetiva participação não só nas instâncias de base, mas, também, nos espaços de decisão em nível nacional, enfrentando muitos desafios, dentre eles, o machismo, os preconceitos e tabus referentes ao seu potencial de liderança e representação da organização no espaço público.

Todo esse processo político-organizativo construiu um movimento pedagógico, como atesta o depoimento do acampado do Cipó Cortado que retrata esse movimento educativo de luta:

O MST é muito importante pra nós, é com essa luta que nós consegue a terra. Foi na luta, entrando na terra, unido com os companheiros que eu me

dei conta da importância do nosso movimento, da nossa força, do poder que a gente tem e não sabe. A luta nos dá a certeza da vitória da gente e reaviva a esperança da gente. Eu tenho a esperança que nós vamos aqui na Cipó conseguir vencer e produzir na terra e conseguir concretizar a reforma agrária e organizar a vida da gente e de nossos companheiros na terra. Precisamos organizar o projeto da gente aqui na terra, como que vamos produzir e se organizar. O movimento discute com a gente a organização toda dos lotes, dos projetos coletivos, individuais. Na luta pela terra todo mundo se envolve a mulher, o menino o velho, todo mundo que mora aqui participa (EP, Acampado, 2013).

Neste sentido, as lutas que aconteceram nos anos 1990 e 2000 serviram como experiências construídas de acordo com a conjuntura política, econômica e social, que se apresentava, a partir da especificidade do campo maranhense, de concentração da terra, de pobreza extrema, de luta dos camponeses sem-terra. Portanto, cada terra conquistada representava para o MST o avanço da luta pela reforma agrária.

Com a territorialização do MST, foi incorporada, além da luta pela terra, também a luta pelas políticas públicas como: crédito agrícola, educação, habitação, saúde, espaços de lazer, assistência técnica, estradas para escoamento da produção, por melhores condições de vida no campo e por uma vida digna. Alguns exemplos da luta:

1. As ocupações das superintendências e unidades avançadas, como uma prática constante de pressão política para desapropriações das terras ocupadas;
2. A primeira marcha realizada pelo MST em 1993, com um percurso de 200 km, de Vitória do Mearim até São Luís, batizada de “Marcha da esperança”, por terra, trabalho, justiça e produção;
3. Em 1996 foi realizada a segunda marcha do MST, com a participação de 500 trabalhadores com o lema: “Marcha pela reforma agrária, pelo emprego”;
4. A marcha pela reforma agrária, pelo emprego, de 1997 foi a mais longa, tendo saído no dia 7 de setembro de Imperatriz e dirigindo-se a São Luís, percorrendo 640 km, envolvendo 600 trabalhadores dos acampamentos e assentamentos organizados pelo MST.

5. Em 1998 foi realizada a “marcha popular para o Brasil” em quatro colunas, discutindo com a população nas cidades, escolas, comunidades localizadas as margens das rodovias:

Coluna 1 – Estreito - Imperatriz, com participação de 600 trabalhadores;

Coluna 2 – Trecho Seco - Açailândia, com participação de 400 trabalhadores;

Coluna 3 – Buriti de Inácia Vaz - Coelho Neto, com participação de 200 trabalhadores;

Coluna 4 – Chapadinha - São Luís, com a participação de 200 trabalhadores.

Essas ações de luta foram fundamentais para o avanço da luta pela terra, no enfrentamento com os latifundiários, grileiros e o Estado. São espaços de socialização, troca de experiência, diversificação das formas de lutas que fortaleceram o MST no Maranhão.

Existem outros movimentos que lutam pela terra, a exemplo do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) que tem um acampamento no estado, denominado de Ouro Preto, movimento sindical rural que tem atuação em 217 municípios. A Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e agricultoras Familiares do Estado do Maranhão – FETAEMA, aderiu ao crédito fundiário e as ocupações de terra não são prioridades. Contudo, na região tocantina os sindicatos de trabalhadores rurais assumem uma efetiva combatividade, enfrentando o latifúndio, diferenciando-se de outras regiões que mantêm atrelamentos com os fazendeiros e o poder político local. Estão também em luta os movimentos dos quilombolas Moquibom, recém-formado, articulando os remanescentes de quilombos na baixada, no vale do Itapecuru em defesa de seus territórios e os povos indígenas que tem realizado uma luta de enfrentamento e resistência, a exemplo os povos Guajajara, Canelas, Gaviões, Krikati

Atualmente, no Maranhão, o MST está organizado em cinco regionais (Tocantina, Pindaré, Baixada, Médio Mearim, Itapecuru), totalizando 76 áreas, 65 assentamentos e 11 acampamentos, que compõem a sua base organizativa. Em todos os acampamentos e assentamentos, as famílias em sua maioria estão organizadas nas agrovilas e trabalham nos lotes individuais ou nas áreas coletivas,

buscando consolidar os assentamentos de reforma agrária e construir uma proposta de produção e de organização e recriação da vida.

Quadro 1: Acampamentos: ocupações do MST na região tocantina

Acampamento	Município	Hectares	Famílias
Lote 7	Lageado Novo	2.814	70
Irmã Dorothy	Porto Franco	1.200	38
Salete moreno	Ribamar Fiquene	1.150	45
Cipó Cortado	Senador La Rocque	4.880	154
Roseli Nunes	Amarante	1.200	40
São Manuel	Carolina	1.100	70
Batata da terra	Senador La Rocque	1.200	54
Mata verde	Senador La Rocque	900	40

Fonte: MST-MA, 2013.

A luta de resistência nessa região conquistou muita terra para os camponeses, criando muitos projetos de assentamentos com a atuação dos movimentos sociais. Entretanto, a autonomia camponesa no território só será conquistada com o protagonismo dos sujeitos do campo, sua organização, sua participação, sua luta e com a construção do projeto contra-hegemônico ao capital. Neste sentido,

A luta pela posse da terra como um dos principais problemas criados pela expansão do capitalismo na Amazônia ocorre sob duas concepções opostas, duas lógicas inconciliáveis de pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse é gerado pelo trabalho, e o capitalista, baseado na propriedade privada (FERRAZ, 2000, p. 46).

Os camponeses resistem a esse modelo de vida capitalista que pretende de forma perversa integrar os camponeses à indústria siderúrgica, expulsando-os para as periferias das cidades. Esse modelo já é conhecido em outras regiões do país, privilegia a produção de energia, de combustível e concentra terra, renda, riqueza e poder. Dessa forma, é negado o direito dos camponeses à terra e à soberania alimentar.

Quadro 2: Resumo dos assentamentos conquistados pelas ações do MST na região tocantina no período de 1988-2012

Assentamento:	Município:	Área total em hectares	Nº de famílias assentadas:
Alegria	Davinópolis	1.498,76	72
Primeiro de Maio	Davinópolis	1.347,00	62
Jussara	Davinópolis	1.322,00	49
Gameleira/Matões	Edson Lobão	2.048,00	69
Palmares	Edson Lobão	2.680,00	96
Itacira I e II	Imperatriz	5.732,00	124
Novo Horizonte	Montes Altos	1.256,78	42
Maravilha	Porto Franco	1.748,27	50
Oziel Alves Pereira	Porto Franco	728,81	29
Minador Grande	São João do Paraíso	1.453,06	46
Oziel Pereira	Sítio Novo	1.956,00	59
17 de Abril	São Pedro dos Crentes	1.278,62	20
Paulo Freire	São Pedro dos Crentes	1.136,67	31
Curitiba	Amarante	1.547,84	52
Flresta I	Amarante	1.381,82	60
Olga Benária	Amarante	2.618,85	56
Padre Josimo I	Buritirana	1.258,40	44

Fonte: MST- MA

Os camponeses sem-terra, quando ocupam o latifúndio, rompem com a estrutura concentradora da terra, rompem com o imaginário construído na sociedade de que a propriedade privada é intocável, a qual não se admite ocupar, redistribuir. Entendem que ocupar não é invadir, mas sim, transformar o espaço que antes não estava ocupado, produzir alimentos, diversificar a produção, fazer com que a terra cumpra sua função social.

As contradições de classe se acirram na luta pela terra, os interesses dos latifundiários se confrontam com os dos camponeses que para enfrentar o latifúndio, se organizam e entram na terra, enfrentam a pistolagem e as milícias organizadas pelos fazendeiros e pelas empresas capitalistas, transformando a luta pela terra numa luta pela reforma agrária, numa luta anticapitalista.

2. EXPRESSÃO DE RESISTÊNCIA E OFENSIVA EMANCIPATÓRIA

Figura 3: Os sujeitos do acampamento Cipó Cortado



Fonte: Acervo da autora (dezembro de 2012).

O acampamento Cipó Cortado localiza-se no município de Senador La Rocque, na região tocantina, no sudoeste maranhense, e faz parte da lista de acampamentos com mais de 7 anos que o Incra ainda não atendeu. É o retrato da questão agrária brasileira, que tem favorecido a concentração da terra. Neste contexto, os camponeses sem-terra ficam à mercê das políticas precárias de distribuição da terra, seja por meio das desapropriações, seja pela arrecadação das terras públicas nas mãos de grileiros⁵.

⁵ Utilização de títulos falsificados nos cartórios e envelhecidos, colocados em gavetas com grilo ou de outra forma. Atualmente o grilo se modernizou utilizando tecnologias como o GPS. É a apropriação indevida de terras públicas, promovendo desmatamento, especulação imobiliária, violência e lavagem de dinheiro.

2.1. A luta pela terra e as políticas públicas para os acampados

Para entender o processo organizativo do acampamento Cipó Cortado pela conquista da terra, é imprescindível contextualizar as ações de resistência no âmbito do conflito agrário, da luta pela posse e uso da terra, inserida em uma disputa de território entre grileiros e sem-terra. A principal questão é que a área está dentro do território de interesse do agronegócio e dos grandes projetos na região, provocando assim um intenso conflito de apropriação da terra pelos capitalistas e pela resistência do campesinato para permanecer e, neste caso específico, conquistar a terra.

A economia maranhense tem como base a atividade agroextrativista, ou seja, mantém sua base agrária sustentada por um modelo de agricultura “moderna” com uso de alta tecnologia para a produção de soja, eucalipto, cana de açúcar, algodão, extração mercantil de babaçu para a produção do carvão e pecuária extensiva de corte. Esse modelo é concentrador da terra e provocou quedas na produção camponesa decorrente do domínio dos territórios nas regiões tocantina e sul do Maranhão. Para confirmar o domínio do agronegócio na região, Mesquita (2011, p. 62), afirma que: “as maiores quedas da produção de alimentos ocorreram nas regiões de Imperatriz e Gerais de Balsas, território dominado pelo grande capital (eucalipto, boi gordo, soja e carvão)”. Como exemplo dos 365 milhões de litros de leite/ano produzidos no estado, 68% dessa produção está concentrada nas regiões tocantina e pré-amazônica.

As empresas do agronegócio instaladas no Maranhão têm por interesse a garantia da hegemonia no campo do modelo agrário excludente e concentrador. Para Mesquita, no estado, o acesso à terra para os camponeses é precário, assim:

Essa concentração, sozinha, é parte respeitável dos problemas, dentre eles o “atraso” da agricultura familiar e o estágio crônico da pobreza em que se condenam milhões de quase cidadãos há muitas gerações no Maranhão. O acesso formal à propriedade, limita-se a um terço de produtores; a outra parte (68% do total) não tem acesso à terra e /ou é precário, já que paga renda na realização do processo de reprodução. Aí reside o principal obstáculo à alteração do quadro de estagnação e de exclusão social/

econômica/ política que perdura há gerações nesse segmento da produção agrícola. Em outras palavras, a distribuição e o acesso à terra ao longo dos últimos 50 anos não se alteraram significativamente a favor dos excluídos; se caracterizando pela rigidez estrutural. Um dos principais aspectos deste perfil do uso, acesso e concentração da terra é sua associação com a pecuária e o agronegócio, como se pode aferir dos dados do IBGE (1996) deste perfil. No estado, em 1995, havia um total de 368 mil estabelecimentos ocupando uma área de 12,5 milhões de hectares, dos quais 6% em mãos de pequenos estabelecimentos (<10 ha) e 43% daqueles com mais de 1.000 hectares (MESQUITA, 2011, p. 96-97).

Na luta pela desconcentração da terra, famílias sem-terra da região tocantina, movidas pela necessidade do trabalho e da moradia, decidiram no dia 30 de novembro de 2006 ocupar a fazenda Cipó Cortado e montar um acampamento. Demarcaram assim, o espaço de disputa do território, anteriormente grilado e estabeleceram um movimento de enfrentamento com o judiciário e a grilagem na região. Asselim (2009, p. 149) expõe como foi a trajetória do ocorrido desde os anos 1970 na região onde está localizado atualmente o acampamento.

A 23 de maio de 1975 foram feitas seis vítimas na Fazenda Alvorada, área grilada pelo advogado Itamar Lourenço Ribeiro, de Goiânia. O massacre foi por vingança. Em abril do mesmo ano haviam sido assassinados, naquela fazenda, o administrador Marco Antônio e o motorista Júlio de tal. Então, um bando de jagunços que contava, ao que se diz, 11 integrantes, foi até o lugar Cipó Cortado, na fazenda Alvorada, e matou a tiros cinco posseiros e feriu uma mulher na perna. O próprio Itamar contou esses fatos a amigos seus de Goiânia. Os criminosos apoderaram-se dos cadáveres das vítimas para que não fossem sepultados, servindo de exemplo àqueles que fossem contrários aos seus 'direitos'.

Descobriram-se 29 mortes acometidas por Zé Cândido, de uma só vez foram 16. Ele era gerente de uma fazenda e empreitou uma derrubada com gente do Mearim. Vieram 30 homens. Tocaram o serviço direto para receber o saldo final, tirando como adiantamento apenas o necessário para as despesas. Dezesseis trabalhadores ficaram até o final, fizeram as contas e estavam findando o serviço num pedaço perto do acampamento. Zé Cândido cercou os peões com sua turma e botou fogo. Morreram todos queimados na mata.

Este é o retrato da violência vivida pelos camponeses nesses anos, conforme o relato. Contexto de despejos, assassinatos dos posseiros, em sua maioria nordestinos fugindo da seca e da cerca, achando que tinham encontrado seu lugar na terra, para a produção e moradia. Muitos perderam sua terra, sua vida, sua

família. O acampamento recoloca o debate da grilagem da área Cipó Cortado e em toda a gleba Boca da Mata Barreirão⁶.

Quando nós chegamos aqui, outras pessoas da região falaram pra gente do que já tinha acontecido aqui, muita gente já morreu, gente que era dono e os fazendeiros tomaram. A gente tinha até medo né, de entrar aqui, pela história que os mais velhos conta, essas terras do rio Pindaré até longe, teve muita violência. Mais nós tomemos coragem e entramos e estamos na briga e nós vai conseguir. Já nos ameaçaram muito e nós num desiste. Nós não quer mais trabalhar nas terra dos outros, dos fazendeiros. A gente mudando todo ano, já tamos cansado de ficar dum lado pro outro, a gente agora quer é ficar aqui e trabalhar (ENTREVISTADO ED, fevereiro, 2013).

O fato de não se submeterem às condições de subordinação impostas pela realidade de exploração do campesinato na região, por meio do trabalho na fazenda, nas roças – sendo que o pagamento pode ser realizado através de dinheiro, produtos e serviços relacionados com a cessão de terreno para plantio, dentre as formas mais frequentes –, bem como na pecuária extensiva trabalhando de forma semiassalariada, ou no trabalho análogo a escravidão, torna o ato de ocupar a terra a representação de mudanças em seu cotidiano, fazendo-os sujeitos da luta pela terra que constroem sua própria história.

Essa organização vem ocorrendo em um longo processo de luta que já dura sete anos de resistência, sendo uma ocupação organizada pelo MST onde as famílias enfrentam adversários latifundiários, expressando divergências acirradas em um jogo de interesses em que, de um lado, estão os sem-terra, produzindo alimentos de primeira necessidade (arroz, feijão, milho, fava, animais, carnes e verduras) e, do outro lado, os grileiros que não moram na terra e que têm interesse

⁶ A gleba Boca da Mata Barreirão, na qual está situada a área Cipó Cortado, e outras áreas que ainda são da União não foram tituladas pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), órgão criado em 1977 pela ditadura para regularizar a grilagem. Subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, composto por representantes do Incra, Procuradoria da República e representantes dos estados, indicados por seus governadores, tinha a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão.

de regularizar sua grilagem, beneficiando-se do programa Terra Legal, lei emitida pelo Governo Federal em 2011⁷.

O acampamento está localizado a 60km da cidade de Senador La Rocque, na região tocantina, oeste maranhense. A via de acesso é uma estrada cheia de buracos, sem conservação pelo poder público municipal. No período chuvoso aumenta a dificuldade de deslocamento das pessoas e da produção para a sede do município. O transporte de passageiros é realizado em ônibus velhos que quebram semanalmente devido às condições precárias da estrada. Como reflete a figura:

Figura 4: Estrada para o acampamento Cipó Cortado



Fonte: Acervo da autora (dezembro de 2012).

A área Cipó Cortado encontra-se em poder do Sr. Ambrósio Fidelis, conhecido por Mineiro; para garantir sua posse/grilagem, dividiu o terreno em quatro propriedades, com objetivo de “legalizar o grilo”. As fazendas são: Rolete, com 2.092,66 ha, Itaipava, com 3.093,40 ha, Cipó Cortado, com 2.052,71 ha e Beira Rio, com 1.030,54 ha, e abrangem territorialmente os municípios de Senador La Rocque,

⁷ O Programa Terra Legal (PTL) foi criado em 2009, pela Lei 11.952. É uma iniciativa coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que se propõe regularizar 15 módulos fiscais na Região Amazônica, chegando a um limite de 1.500 ha.

João Lisboa e Amarante do Maranhão. Encontra-se distante 640 km da capital São Luís e 95 km da cidade de Imperatriz, a segunda maior cidade em contingente populacional do Estado, que é também um grande centro comercial de referência para o norte do Tocantins, sudeste paraense e sul do Maranhão. Esta localização favorece o acesso às instituições públicas, bem como para a realização de ações massivas para fortalecer a luta pela conquista da terra.

A área em conflito está localizada em três municípios, porém as relações políticas e econômicas se dão de forma direta e sistemática com a cidade de Senador La Rocque, pois o acesso é por este município, que tem uma população de 17.998 habitantes e área de 1.236,868 km² (IBGE/2010), possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,588 (médio), de acordo com dados do PNUD 2000. Localizado na mesorregião oeste maranhense, microrregião de Imperatriz, foi emancipado em 10 de novembro de 1994, desmembrado do município de João Lisboa. Antes da emancipação era denominado de Mucuíba⁸.

Os municípios com os quais Cipó Cortado se limita são: Imperatriz, João Lisboa, Davinópolis e Amarante do Maranhão; nesse contexto a Cipó Cortado se coloca no eixo de disputa de poder político territorial, já que o município de João Lisboa reivindica judicialmente a área como de seu domínio territorial.

Aspecto relevante para compreender a importância desse território é a sua economia, sendo que a mesma está vinculada às atividades da pecuária, em função dessa predominância produtiva no município de Senador La Rocque. Precisamente, a pecuária de corte vincula-se diretamente com o visível desmatamento da região pela necessidade de plantio de capim, ocupando grande extensão de terra. Mesquita (2011, p. 95-96) analisa que “a pecuária continua hegemônica e ainda mais concentrada no antigo local, o Oeste, e as microrregiões são as mesmas, Pindaré e Imperatriz; a diferença é que a concentração aumentou para 44% (antes 29%)”. Isso implica no aumento da atividade pecuária na região em estudo.

Os autores Leite e Medeiros (2012) analisam também essas transformações do latifúndio e o avanço do agronegócio nas regiões:

⁸ Árvore da região que predominava no início do povoamento.

Esse deslocamento traz consigo novas vertentes: à crítica à concentração fundiária soma-se a denúncia do próprio cerne do agronegócio, por sua matriz tecnológica. Assim, surgem críticas ao uso de sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxico, à monocultura. Ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes (2012, p. 85).

O acampamento, por outro lado, comparece como um potencial produtivo da pequena agricultura camponesa com a produção de arroz, milho, feijão e mandioca, do seu próprio banco de sementes, bem como a criação de animais: galinhas, porcos e uma pequena quantidade de gado leiteiro para o consumo interno, além da produção de hortaliças para comercializar no mercado municipal de Senador La Rocque e Imperatriz. Isso significa produzir alimentos sem uso de agrotóxicos para abastecer o mercado local.

Vale ressaltar que não há no município assistência técnica de incentivo financeiro por parte das instituições públicas para pequena produção agrícola, embora parte significativa da população esteja ainda no campo ou mantém como sua principal atividade econômica a produção agrícola.

No tocante à política de saúde preventiva e curativa oferecida no município, o que existe é o Programa Saúde da Família, que não chega até as famílias dos assentamentos e comunidades rurais. Nos casos de doenças, os camponeses se deslocam até a sede do município para qualquer tipo de atendimento. Os casos mais graves são encaminhados para a cidade de Imperatriz. Nos povoados maiores e assentamentos o sistema de saúde funciona em uma casa que é utilizada como posto, e uma pessoa com algumas técnicas para realizar o atendimento, como curativos e distribuição de remédios que chegam até o município. Vale ressaltar que apenas um hospital de administração municipal funciona, de forma precária, realizando alguns atendimentos de clínica geral e a mulheres em trabalho de parto.

A educação oferecida no acampamento atende apenas a educação infantil e o ensino fundamental, sendo que os educandos se deslocam em caminhonetes “pau

de arara”⁹ para estudarem no Povoado Batedor, município de Amarante, ou no Povoado Centro do Toinho, para estudarem o ensino médio e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Os jovens, adolescentes e crianças são deslocados por mais de 30 km, tendo que enfrentar a situação precária das estradas vicinais que dão acesso a essas comunidades e à sede do município.

Após um processo intenso de lutas, no ano de 2012, teve início a primeira turma de ensino médio integrado à formação profissional no acampamento, como parte dos programas de educação do campo. Em 2013, a partir da proposta pedagógica do MST, foram implementadas turmas de alfabetização de jovens e adultos, ensino fundamental e educação infantil. Antes, as crianças se deslocavam para estudar em escola do município vizinho, pois o prefeito de Senador La Rocque da gestão anterior não dialogava com o acampamento, mesmo com muita mobilização das famílias pelos seus direitos.

Figura 5: Alunos do acampamento Cipó Cortado estudando



Fonte: Acervo da autora.

⁹ Transporte adaptado com bancos de madeira e cobertos com lona para transportar passageiros nas estradas que dão acesso aos assentamentos, acampamentos e comunidades rurais. Esse tipo de transporte é também utilizado para transportar alunos para as escolas.

Verifica-se, nesta sucinta abordagem, a precariedade das políticas públicas para o campo, seja referente à educação, à saúde, ao transporte, à habitação, ao financiamento da produção, à assistência técnica, ao trabalho, seja à terra. Enfim, a garantia do direito de acessar políticas públicas só é possível com luta e mobilização e, desta forma, o acampamento Cipó se caracteriza por estar sempre em permanente movimento de luta. Nesse sentido, podemos nos perguntar o que motiva um acampamento, depois de sete anos, a continuar mobilizado e em luta. O depoimento do acampado esclarece:

Nós estamos na luta pra ganhar, né, já perdemos muito na nossa vida, muito mesmo, nós queremos muitas coisas. Muitas das vezes a gente plantava e tinha que logo sair correndo pegando tudo pro boi do fazendeiro não comer a roça. Era um sofrimento danado, nós todos já fomos prejudicados, muito prejuízo nessa vida. Agora nós estamos trabalhando na Cipó e nós num quer sair não, deus me livre, agora nós vamos conseguir a terra e os homem do poder quer tomar a terra de nós. Não vai não, a gente vai lutar até o fim, será que o pobre não tem direito a nada? É só quem tem dinheiro? Nós quer terra, casa, escola, projeto, saúde, comida (ACAMPADO EC, depoimento colhido na audiência com representante do Programa Terra Legal e Incra, 4 de Abril, 2013).

Nesta perspectiva, a ocupação de latifúndios representa para famílias sem-terra a possibilidade da garantia do exercício do direito democrático de ter acesso à terra e à políticas públicas. A área na qual está localizado o acampamento é reconhecida como uma região de conflitos na disputa pela terra e de grandes latifúndios em terras da União.

Na área Cipó Cortado existem 248 famílias acampadas, trabalhando e residindo na terra. A sua infraestrutura é de quinze açudes, um poço artesiano, uma casa de farinha artesanal, uma associação, um grupo de mulheres, duas escolas improvisadas – a antiga sede da fazenda foi adaptada e transformada em sala de aulas, onde funciona uma turma de ensino médio integrado a formação profissional –, um campo de futebol e eletrificação com distribuição em todas as casas, instalada pela própria comunidade. Além de três igrejas evangélicas e uma católica que compõem o acervo de sociabilidade construído pelos acampados.

Em perspectiva organizativa, os acampados se aglutinam em grupos de dez famílias, têm coordenação com representação igualitária de gênero, um homem e uma mulher que coordenam as reuniões, distribuem as tarefas coletivamente, discutem nos grupos os conflitos existentes entre os participantes, bem como questões externas, como mobilizações, audiências, reuniões e questões relacionadas aos aspectos produtivos. A associação tem o papel de encaminhar soluções referentes aos aspectos jurídicos administrativos da comunidade, sempre a partir dos encaminhamentos da assembleia geral, sendo a assembleia o espaço mais importante das instâncias do acampamento.

A assembleia se constitui como instância do exercício do poder; é também um indicador de alienação em termos de poder, assim, necessitando de alguns cuidados para que esse jeito organizativo não se transforme apenas em um ritual burocratizado para garantir os interesses econômicos e políticos do grupo dirigente. Essa prática ocorre em muitos assentamentos estruturados em anos anteriores na região e é uma das principais preocupações do MST no que se refere à vida orgânica dos assentamentos, primando pela participação dos camponeses em suas instâncias de decisão, seja no âmbito econômico, político, social ou cultural.

A abordagem da alienação tendo como referência o acampamento Cipó Cortado no aspecto concreto da socialização é fundamental para o sucesso ou insucesso organizativo do acampamento, levando em consideração os processos de continuidade e descontinuidade peculiar ao universo da vida coletiva e familiar no acampamento, seja na perspectiva da lógica da sobrevivência econômica, organizativa, política, cultural, educacional, em um processo de desenvolvimento da comunidade acampada, seja dos sujeitos envolvidos no processo de luta.

Percebemos durante a pesquisa que a participação dos sujeitos na vida organizativa do acampamento possibilita novas aprendizagens. Por outro lado, também verificamos que há uma reprodução de valores contraditórios que representam as formas anteriores à vida no acampamento. Assim, quando tratamos alienação temos que considerar que o processo de desalienação não se realizará somente num contexto particular; será necessária uma mudança na estrutura da sociedade, portanto, o processo do acampamento reflete um momento de

construção de possibilidades de assumir atitudes e comportamentos que os tornam capazes de se posicionarem criticamente em momentos decisivos para o acampamento descortinando novos horizontes de construção social.

2.2. Exploração e a desalienação do trabalhador: contradições em luta

O processo de alienação ocorre em vários momentos da vida humana, nos espaços do trabalho, da escola, da religião, da vida cotidiana, e principalmente na reificação do trabalhador, quando o trabalho e a vida são mercantilizados. Iasi (2006, p. 21) afirma que é: “Alienando-se de si próprio como ser humano, tornando-se coisa. Ao invés do trabalho torna-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseiam-se num meio individual de garantir a sobrevivência particular”.

É nessa contradição gerada pelo modo de produção capitalista que a luta de classes desvela o funcionamento sistêmico do capital e o estranhamento gerado pela sua “alienação”, possibilitando assim, a “desalienação” do trabalhador. Esse desvelamento acontece quando o trabalhador seja ele do campo ou da cidade percebe que toda a riqueza gerada na sociedade é fruto do seu trabalho. Assim, ao estudar o trabalho alienado Mauro Iasi afirma que:

As relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene ao invés de humanizar. Ao viver o trabalho alienado o ser humano se aliena da sua própria relação com a natureza, pois é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, a humaniza e assim pode compreendê-la. Vivendo relações onde ele próprio se coisifica, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza (2001, p. 20-21).

A luta, a organização e a formação política dos trabalhadores poderão construir possibilidades de superação da ideologia que mascara e oculta a realidade

de exploração capitalista pelo trabalho realizado pelos seres humanos e sua alienação. Assim, Iasi entende que é no contexto das relações de trabalho que o ser humano se aliena, ou seja, é “alienando-se da atividade que o humaniza o ser humano aliena-se de si próprio (autoalienação)” (2001, p. 21). Iasi afirma ainda que: “o trabalho se transforma, deixa de ser a ação própria da vida para converter-se num ‘meio de vida’. Ele trabalha para o outro, contrafeito, o trabalho não gera prazer, é a atividade imposta que gera sofrimento e aflição” (2006, p. 21).

As contradições geradas na luta concreta possibilitam desmascarar esse contexto cotidiano de exploração e a desalienação do trabalhador. E no contexto dos camponeses no qual se realizou a pesquisa, essa relação de estranhamento advém do enfrentamento direto com a propriedade privada, com a política de concentração fundiária do Estado e com o capital.

A temática da alienação acentua o entendimento de que a sociedade capitalista se desenvolve ocultando dos seres humanos as várias formas de dominação e exploração dos trabalhadores nas diversas atividades produtivas e setores da sociedade, através dos instrumentos de controle ideológico. E para realizar esse enfrentamento de classes, os trabalhadores necessitam desenvolver a sua consciência de classe, ou seja, tornar-se uma “classe para si” e não mais uma “classe em si”, construindo um novo projeto, um novo modo de produção, no qual, os trabalhadores sejam donos da sua produção, do produto fruto do seu trabalho. Mézáros (2007, p. 91) afirma que: “para o trabalho, como antagonista do capital, a ‘livre escolha econômica’ no emprego só pode significar submissão às ordens emanadas dos imperativos expansionistas do sistema”.

Assim, em uma sociedade de classes, uma delas é dona dos meios de produção, e além de controlar a força de trabalho, também tenta por todos os meios hegemonizar suas ideias de mundo. A classe dominante busca justificar ideologicamente as formas de exploração do trabalhador como necessárias e justas, configurando desse modo, a aceitabilidade da dominação de classe. Nas relações sociais de produção, as relações afetivas e familiares já criam previamente as condições propícias para a aceitação desse estado de controle e subordinação da

classe trabalhadora, se constituindo como um entrave para a conquista da emancipação humana. No tocante à emancipação, Marlene Ribeiro entende que:

A emancipação da sociedade deduz-se da possibilidade de se romper a relação contraditória entre o trabalho alienado e a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência - nos quais está incluída a terra, como bem não produzido pelo trabalho (RIBEIRO, 2012, p. 302).

Desse modo, a propriedade privada da terra nega aos camponeses sem-terra o acesso e ela e o direito ao trabalho com o exercício do cultivo e do cuidar da terra. Rompendo com o latifúndio e a servidão do camponês: “da relação do trabalho alienado à propriedade privada deduz-se, ainda, que a emancipação da sociedade, quanto à propriedade privada e à servidão, toma a forma política de emancipação dos trabalhadores” (MARX, 1993, p. 170).

Para pensar o processo de luta emancipatória dos trabalhadores, podemos analisá-lo como projeto de ação, que vai além da liberdade e da autonomia individualizada, tendo como construção maior o projeto coletivo dos sujeitos envolvidos na luta e depositada no horizonte da transformação social a emancipação da humanidade. A emancipação humana é uma necessidade real. O educador Paulo Freire (1978), “entende que a libertação do ser humano não ocorre apenas como uma tomada de consciência, como um ato isolado dos contextos sociais e políticos”.

A emancipação humana é projeto de ação coletiva dos trabalhadores que são explorados pela ação do capital que perpassa todas as dimensões da sua vida, no âmbito individual e coletivo, cultural, político, educacional, econômico e social. Ribeiro analisa ainda que:

[...] a emancipação de todos os trabalhadores e trabalhadoras inclui a emancipação da totalidade da humanidade. Essa emancipação consiste em romper com a alienação do trabalho e devolver a autoria do mundo e da produção para aqueles que efetivamente produzem, com suas mãos e suas mentes, os bens, os conhecimentos, as artes e os serviços dos quais todos e todas necessitam para uma vida digna. O esgotamento dos recursos naturais, devorados pela ambição insaciável característica dos processos relacionados ao movimento do capital na busca cega de lucro, colocam hoje a emancipação como imprescindível, não somente para se superar a

desumanização que daí decorre, mas também para garantir as condições essenciais à manutenção da vida no Planeta (2012, p. 304).

É nesse contexto complexo da luta pela emancipação humana que a história de luta e resistência do sujeito em luta no acampamento Cipó Cortado se inscreve, para contestar a lógica latifundiária dominante imposta pelo capital na região, reivindicar e construir seu espaço, seu lugar de sujeito nesse processo e no enfrentamento às adversidades do cotidiano. Cotidiano este permeado concomitantemente por relações sociais humanizadoras e alienantes.

Todo ser humano participa da vida cotidiana de maneira social e histórica determinada, tanto no seu espaço e no seu tempo de realização das suas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais.

O cotidiano dos camponeses sem-terra no acampamento Cipó Cortado se constitui a partir das experiências no acampamento e das vivências organizadas pelos trabalhadores no seu dia a dia, envolvidos por um jeito diferente do anterior de organizar o espaço, de produzir sua sobrevivência e de se relacionar na família e na comunidade.

[...] Nesta o indivíduo cria para si relações baseadas na própria experiência, nas próprias possibilidades, na própria atividade e daí considerar esta realidade como seu próprio mundo. Além das fronteiras deste mundo da intimidade, da familiaridade, da experiência imediata, da repetição, do cálculo e do domínio individual começa um outro mundo que é o exato contrário da cotidianidade (KOSIK, 1986, p. 70).

Levando em consideração a afirmação de Karel Kosik, podemos analisar que são esses sentidos que interessa perceber no cotidiano do acampamento para entender as dimensões da realidade social, das relações sociais, das ações coletivas e dar um novo conteúdo às relações humanas e suas potencialidades na perspectiva de transformação do espaço e das estruturas de exploração dos sujeitos nos aspectos materiais e subjetivos. Para tanto, uma das dimensões fundamentais para essa mudança é o conhecimento, podendo orientar a vida cotidiana,

valorizando os saberes já construídos na comunidade. É esse saber compartilhado que dá sentido à realidade, articulado com o conhecimento científico.

A articulação desses dois elementos possibilitará a construção de alternativas na vivência cotidiana de forma que se possa construir espaços de sociabilidade e produção da existência material e espiritual da vida, construindo a igualdade substantiva no exercício cotidiano, em suas dimensões e contradições. Mészáros argumenta que:

[...] por certo, a realização plena da igualdade substantiva é uma tarefa histórica de imensa dificuldade. Com efeito, talvez seja a mais difícil, uma vez que envolve a transformação de toda a ordem social. Pois a criação de uma sociedade verdadeiramente equitativa exige a superação radical das hierarquias estruturais de exploração estabelecidas há milhares de anos e não de sua variedade capitalista. [...] A igualdade substantiva é nesse caso, um traço necessário da definição positiva da ordem socioreprodutiva alternativa. Pois é impossível eliminar a determinação conflitual/adversa interna das células constitutivas de nosso macrocosmo social existente sem reestruturá-las sobre a base da igualdade substantiva (2007, p. 234, 235).

A plena realização da igualdade substantiva compreende todo um processo de transformação da ordem social e a criação de alternativa verdadeiramente equitativa, superando radicalmente as hierarquias da estrutura de exploração na sociedade que provoca a desigualdade estrutural em uma sociedade de classe. A experiência dos camponeses na luta pela terra, na conflitualidade da disputa pelo território, objetiva construir um espaço de igualdade real que acenda a importância da construção de espaço de sociabilidade, respeito e igualdade.

Figura 6: Crianças brincando no acampamento Cipó Cortado



Fonte: cedida por Vanusa Babaçu.

A luta pela terra e a resistência camponesa, desencadeada no acampamento Cipó Cortado no seu cotidiano, têm provocado reações violentas dos latifundiários grileiros da região, acostumados até então, com a prática de grilagem, expulsando os camponeses das terras, utilizando documentos forjados nos cartórios e, não bastando as trapaças cartoriais, recorrendo sempre à violência. Os grileiros têm utilizando métodos que incluem perseguições às lideranças e contratação de pistoleiros para invadir o acampamento, gerando uma situação permanente de conflito.

A luta coletiva é muito boa porque se não estiver um coletivo nada vai pra frente, é na convivência que eu aprendi uma lição de vida. A respeitar os companheiros, e conviver com as pessoas diferentes, pessoas que eu não conhecia e hoje somos um coletivo, cada um do seu jeito, né... aprendi que nós mulher, não pode ficar parada, temos que participar nos organizar, ir à luta, aqui... nós já enfrentamos tudo, a polícia, os pistoleiros, nós aqui não tem muito medo não (ENTREVISTADA ET, fevereiro, 2013).

O Poder Judiciário tem assumido uma postura de proteção aos grileiros, mesmo reconhecendo que a terra pertence à União e que ocorreu a apropriação ilegal da área. Mesmo assim, a Comarca de Senador La Rocque tem concedido reintegrações de posse e tentado todas as formas judiciais para retirar as famílias da terra. Por sua vez, a Polícia Militar não tem executado nenhuma ordem de reintegração de posse, pelo fato de que as famílias têm resistido por meio de sua organização, o MST, e articulado o apoio à luta junto às entidades de direitos humanos como: Centro de Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo Tavares, de Imperatriz; Centro de Defesa da Vida, de Açailândia; Rede de Advogados Populares; estudantes da Universidade Estadual do Maranhão; Defensoria Pública e, utilizando redes sociais, para denunciar as atrocidades dos grileiros, da pistolagem, da polícia e do judiciário. Essas articulações têm evitado as reintegrações de posse, os violentos despejos e prisões de lideranças.

As comunidades vizinhas ao acampamento têm apoiado a luta, sendo que a maioria são assentamentos criados na década de 1990 por meio das ocupações de terra, organizadas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de João Lisboa, antes da criação do município de Senador La Rocque. Essas ações foram realizadas principalmente com as famílias filiadas ao sindicato. Os delegados sindicais realizaram o trabalho de base nas comunidades rurais fazendo um levantamento das famílias sem-terra no município. Alguns desses acampamentos foram frutos de entendimentos com o Incra, após vários momentos de negociações.

Nesse período, a pistolagem contratada pelos grileiros agia invadindo os acampamentos, ameaçando os trabalhadores, queimando barracos, destruindo roças. A maioria das áreas conquistadas foram frutos de um processo de luta e resistência dos trabalhadores com o enfrentamento à pistolagem e à violência dos policiais. Essas conquistas nesse território foram fundamentais para avançar a luta pela terra na região.

Com a ocupação da área Cipó Cortado ocorreram mobilizações de apoio e solidariedade, não havendo manifestações de preconceito e discriminação por parte de comunidades vizinhas, no que se refere à ocupação. A maior parte dos assentamentos tem uma compreensão e conhecimento do processo de luta,

resistência das famílias sem-terra, além de conhecer as ações desenvolvidas pelo MST.

As mobilizações realizadas pelos trabalhadores promoveram uma aproximação das organizações na cidade de senador La Rocque, a exemplo das audiências na câmara de vereadores, ocupação do fórum de justiça e da prefeitura, trancamento da estrada do Centro do Toinho para reivindicar melhorias para as comunidades. Todas essas ações aproximaram as pessoas da cidade com o acampamento.

Assim, a luta pela terra tem traços definidos pelos pobres do campo, pelos processos migratórios provocados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Esse ir e vir na região em busca de um lugar de moradia e trabalho está presente na memória da população que está na cidade e ainda mantém relações com o trabalho no campo. As lembranças do passado são reavivadas e estão guardadas em um lugar na memória.

Na realidade a luta pela terra ela é uma professora, porque a gente passa a ter assim um sentido mais positivo ao lado da terra, até por que a luta pela terra ela vem de uma geração talvez até do bisavô da gente, né. É uma luta muito antiga, a gente sabe que muita gente já tombou nessa luta. A história dos posseiros e dos sem terra é de muita resistência (ENTREVISTADO ED, fevereiro, 2013).

A organização das famílias acampadas tem sido determinante para motivar outras lutas nesse território, ainda de terras devolutas. Os acampados têm protagonizado um processo intenso de luta e resistência, através das ocupações na unidade avançada de Imperatriz, participação em audiências, atos públicos, caminhadas. Também foram realizadas ocupações do Fórum de Justiça Estadual e Federal e da Prefeitura do Município.

Figura 7: Manifestações dos sem-terra



Fonte: Acervo da autora.

A luta dos acampados tem provocado uma movimentação política e organizativa do acampamento, favorecendo a participação efetiva das pessoas nos processos de mobilização para a garantia do acesso à terra. Todo movimento de luta é constituído em ações autônomas dos camponeses, reconhecidos como sujeitos de direitos, conscientes e responsáveis pelo seu destino. Essa postura tem sido uma característica marcante no acampamento Cipó Cortado. Para Sauer,

[...] As mobilizações, articulações e lutas dão protagonismo social e político às organizações agrárias. Este protagonismo representa também um processo pedagógico que transforma as pessoas em atores e sujeitos de suas próprias biografias (2010, p. 43).

A organização que representa os sem-terra do acampamento Cipó Cortado tem provocado debates nos meios de comunicação, na Câmara de Vereadores do Município de Senador La Rocque, na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, no Tribunal de Justiça, nas instituições do Governo Federal, bem como no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Ouvidoria Agrária e no

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em todos esses momentos formativos e de luta os acampados têm se posicionado frente a cada circunstância como sujeitos sociais, históricos capazes de se representarem como uma coletividade.

Neste contexto, a luta pela terra assume uma dimensão política fundamental porque constitui sujeitos políticos. Historicamente, essa luta é a materialização da resistência dos camponeses à exploração econômica e à dominação política e cultural. O acesso à terra, conseqüentemente, representa a conquista da autonomia política e a construção de uma nova identidade social (SAUER, 2010, p. 51).

Esses momentos demonstram a organização dos espaços como resultados político-pedagógicos da luta, evidenciando o aprendizado na luta pelo direito à terra, ao trabalho e à moradia, às políticas públicas de saúde, educação e produção. Esse é um momento primordial para o processo de enraizamento social, é a disputa pelo território, é a conquista do lugar de viver e morar. É nesse espaço que se constrói a vida e a esperança. De acordo com Sergio Sauer,

A terra representa como algo mais do que um instrumento de produção, pois é a possibilidade ou a perspectiva de futuro. Futuro esse que se materializa na sobrevivência da família e na construção de uma vida digna, ou seja, no direito ao trabalho e no domínio de seus frutos (fatura). A terra – como um lugar de produção e reprodução – é a garantia da continuidade da vida, da própria existência, num espaço qualitativamente distinto, identitário e libertário (2010, p. 67).

Construir esse espaço de esperança é também construir o lugar da formulação de um projeto de vida no campo para os pobres, com uma carga de significados, como o lugar sem violência, sem fome, sem drogas, sem desigualdades, conforme o depoimento a seguir o demonstra.

O meu sonho é nós viver na terra, em comunidade, sem ganância, sem violência, sem ganância, viver bem com minha família, trabalhar na terra, produzir nossa comida, criar animais para a nossa alimentação. Nós todos quer uma casa boa para morar, uma escola boa, saúde pra todo mundo. Quando penso que aqui pode vim um despejo fico desesperada, porque é aqui que quero construir meu projeto de vida. Quando nós tá lá na cidade e

gosta da roça igual nós a gente só pensa em sair e arrumar um lugar pra gente ficar, mas eu não queria ir trabalhar nas fazendas não. Queria um cantinho só pra nós, pra nós ter liberdade de plantar o que nós mais quer é não ficar sujeitado a ninguém. Quero olhar pra nossa produção e dizer com orgulho tudo isso é nosso. É nosso suor, é nosso trabalho (ENTREVISTADO EB, fevereiro, 2013)

De forma paulatina um novo modo de vida vai se configurando no acampamento, alguns já vão se organizando economicamente e trabalhando na terra com a família e aos poucos melhorando as condições de vida. Sentem a alegria de ver o seu projeto de vida se realizando, parte significativa do seu sonho se concretizando nos aspectos da vida material, mesmo que este projeto não seja uniforme, homogêneo, e essa construção se dê na diversidade da luta e do espaço conquistado.

Na fase de acampamento há uma sociabilidade que na sua maioria não ocorre na fase de assentamento, quando ela frequentemente se apresenta em menor intensidade, por acreditarem que a luta chegou à concretude de seu objetivo e que cada um tem que construir seu projeto de vida individualizado e não mais compartilhar o projeto da terra socializada, do trabalho cooperado e de que o resultado seja também socializado. Esses aspectos são marcantes no tempo/espaço do acampamento.

A lógica de mercado impõe aos camponeses a concepção de que a terra é uma mercadoria, assim, a terra do trabalho passa a ser a terra de negócio. Tudo isso, representado pelos interesses do Estado que objetiva favorecer o monopólio da produção agrícola em sua cadeia produtiva. De forma muito brusca o jeito de cuidar da terra e recriar a vida passa por mudanças radicais principalmente nas regiões Sul e Sudeste do País.

Para permanecer na terra e garantir essa conquista, os camponeses precisam construir uma estratégia econômica e política. A pesquisa tem revelado que no referente aos aspectos econômicos, o trabalho tem se dado em pequenos grupos de mútua ajuda e preferencialmente familiar, envolvendo o trabalho na terra em suas diversas atividades (roças, horto, criação de animais). Em relação ao aspecto

político, a organização social e a formação política se constituem como elo central e complementar à organização econômica.

O acampamento é o momento embrionário da formulação de um projeto de vida dos camponeses que seja capaz de produzir as condições materiais e sociais necessárias para homens, mulheres, jovens e crianças. Para dar continuidade a essa formulação, necessita estar vinculado às experiências de vida dos sujeitos envolvidos na luta. A sua participação efetiva é fundamental em todos os momentos de desenvolvimento do acampamento e posteriormente no assentamento. As experiências dos camponeses não podem estar reduzidas apenas ao trabalho, mas, devem perpassar o já incorporado em suas trajetórias, na dimensão cultural, pedagógica, religiosa, social. Estes elementos simbólicos são constituintes para conferir solidez à sociabilidade e à construção do elo entre o passado e o presente, o velho e o novo momento da vida material e subjetiva das famílias acampadas.

A vivência e as representações do espaço permitem a construção, real e simbólica, de lugares qualitativamente diferentes. São espaços e lugares, simultaneamente reais e ilusórios, construídos e representados como contralugares, contestatórios e singulares. Essas concepções e representações estão presentes nas formas com que as pessoas se localizam nos acampamentos e assentamentos (SAUER, 2010, p. 66).

A leitura desse espaço nos remete à análise dos contrastes ao redor do acampamento onde predomina a pecuária extensiva. Na realidade os dois territórios se confrontam no seu formato de organização da produção. O contraste não é somente pela diversidade no aspecto produtivo, mas também na organização do trabalho na terra. O depoimento abaixo demonstra esse contraste.

Antes aqui tudo estava sem gente, só os boi pastando na fazenda, não tinha esse montão de casa, só o vaqueiro e a família dele. Agora tudo tá mudado, foi tudo muito ligeiro, nós organizamos a agrovila, as roças. Antes não se produzia nada de comida, hoje nós tem de tudo, arroz, feijão, milho, mandioca, batata doce, mamão e montão de outras coisas que pobre come. Nós tem muita fartura, ninguém passa fome. Mesmo sem apoio, nós produz muito, tudo que nós temos é fruto do nosso trabalho, dos nossos braços, não temos apoio de ninguém, me sinto orgulhosa de estar vivendo aqui com os meus companheiros e lutando firme e trabalhando (ENTREVISTADA MO, fevereiro, 2013).

São espaços de sociabilidade construídos no acampamento em seu espaço/tempo, as reuniões, palestras, festas de aniversários, brincadeiras de crianças, gincanas, atividades religiosas, cursos de formação, aulas teóricas e práticas dos cursos formais, mobilizações, seminários, encontros, trabalho da roça, os mutirões de embelezamento e limpeza do acampamento.

No que tange ao acampamento, esses espaços de sociabilidade já citados, são elementos importantes para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e construção da identidade coletiva e social de sem-terra. Vale ressaltar que esses momentos ficam marcados na memória individual e coletiva, não são apagados com o tempo, ao contrário, permanecem no imaginário dos camponeses.

O processo imaginativo da luta pela terra guarda uma carga simbólica de elementos referente à política de Estado relacionada com a apropriação da terra pelo capital e à postura assumida pelos meios de comunicação que refletem, em sua imensa maioria, o discurso ideológico da classe dominante. Muitas instituições, a exemplo das universidades, silenciam em momentos cruciais na luta dos camponeses, principalmente em momento de confronto com os pistoleiros, com a polícia, com o Poder Judiciário.

Essas representações são geradoras de contradições e demarcam no imaginário um lugar de classe, a necessidade de um posicionamento de classe e de criar as formas de sobrevivência e recriação do espaço político, cultural e econômico para a realização do projeto de vida, construindo assim, um novo lugar no campo e na sociedade em contraponto ao modelo hegemônico.

Na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos de pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas. Porém também temos de continuar de alguma maneira a viver nesse mundo. [...] A pura imensidade desse mundo e a sua inacreditável complexidade proporcionam abundantes oportunidades para o juízo crítico e da liberdade limitada da vontade individual e coletiva (HARVEY, 2012, p. 305).

A ocupação da fazenda Cipó Cortado em 2006, devolveu às famílias sem-terra envolvidas no processo de luta a possibilidade de mudar verdadeiramente suas condições de vida. No acampamento Cipó Cortado tem ocorrido diversas atividades pedagógicas desenvolvidas pela comunidade, articuladas pela coordenação, pelos núcleos de família. Palestras sobre violência doméstica, tribunal da terra, seminário da grilagem, organização política, o papel da juventude na luta pela terra, a participação das mulheres na resistência e organização do acampamento, o direito a terra e a moradia. Essas atividades são realizadas com a colaboração de estudantes da Universidade Estadual do Maranhão, militância do MST, e apoiadores da luta pela terra desenvolvida pelo movimento.

Essas atividades são fundamentais para o processo de formação da base. A coordenação dos grupos de famílias exerce a tarefa de militantes do MST na região, compreendendo o trabalho militante como um engajamento constante e contínuo na vida orgânica do acampamento e das atividades externas da organização do movimento no território em disputa. Esse entendimento possibilita a participação de acampados nas instâncias de decisão tanto do acampamento como da região. Desse modo, a reflexão-ação, teoria-prática são elementos fundantes na formação dos sujeitos em luta elevando seu nível de consciência e de organização político-organizativa. Ação fundamental para o processo de luta das famílias acampadas que estão vivendo em barracos de palha ou de lona, socializando experiências de vida, buscando informações que contribuam com seu processo organizativo.

Na construção desse espaço homens e mulheres sem-terra, de diferentes lugares, cor, idade, costumes, comportamentos, hábitos, experiências se encontram em 2006 e iniciam uma convivência coletiva, negando a sua condição anterior de agregado na fazenda ou na cidade, agora vivendo outra realidade, experimentando desafios de se organizar na terra, de resistir, de enfrentar a violência, de conviver com a diferença.

A organização política do acampamento talvez seja o maior desafio para todos os envolvidos na luta pela terra, principalmente para a coordenação dos núcleos de família.

A coisa que eu acho difícil de se organizar no acampamento e depois nos acampamentos quando consegue a terra é as coisas coletivas. Nós vem de uma realidade onde ninguém discute nada, a vida da gente é individual, cada um por si. Aqui nós discutimos tudo e tem companheiros que não gosta muito de tudo ser discutido na coordenação, nos grupos de famílias. Aqui nós somos todos iguais, um ajuda o outro. É muito difícil viver assim junto, mais é muito melhor pra melhor pra nós. Nós fica mais forte, mais consciente dos nosso direitos e nós aprende a si organizar melhor (ENTREVISTADO EA, fevereiro, 2013).

Para o MST, a formação acontece por meio da ação dos sujeitos em luta, em defesa dos seus interesses e de sua classe. Lutando por uma sociedade justa, igualitária e de solidariedade humana. Materializando e incorporando ao cotidiano da militância a importância do estudo e da luta. Para tanto, Caldart, (2003, p. 54) defende que:

O MST forma os sem terra colocando-os em movimento, o que quer dizer, em ação permanente; ações da dinâmica de uma luta social: ocupações, acampamentos, marchas, manifestações de solidariedade, construção de uma nova forma de vida nos assentamentos, conquista de escolas, atividades de formação [...] é pela ação que vão aprendendo que nada é impossível mudar, nem mesmo as pessoas, seu jeito, sua postura, seu modo de vida, seus valores.

Dessa forma, a pesquisa coincide com uma fase de mobilidade constante dos trabalhadores, no enfrentamento direto com o latifúndio. Situa-se o acampamento em contexto acirrado da luta, que envolve terras griladas pelos latifundiários que tentam a todo custo, pelas vias judiciais e pela violência armada, retirar os trabalhadores da área até então ocupada.

A luta pela terra no acampamento Cipó Cortado tem sido objeto de discussão da Superintendência do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), Procuradoria Geral da União (PGU), Advocacia Geral da União (AGU), Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) os quais, desde 2006, debatem o processo de arrecadação de terra para assentamento de reforma agrária.

Durante todo esse tempo de luta as famílias, de forma coletiva, estiveram presentes, colocando suas reivindicações, contestando, negociando. Não tiveram interlocutores externos, estavam participando das audiências, reuniões, não como

expectadores passivos, mas como sujeitos ativos capazes de fazer história, donos de seu destino, aptos a transformar sua realidade.

A partir das discussões e reflexões do processo de luta cada pessoa membro do acampamento compõe um setor, uma equipe de trabalho, aqui percebido como uma prática pedagógica educativa, proporcionando momentos de aprendizagens coletivas e individuais. Essa prática de divisão de tarefas contribui na formação do sem-terra e está vinculada à proposta geral de formação política defendida pelo Movimento.

Para o MST essas práticas desenvolvidas pelos sem-terra do acampamento Cipó Cortado nas mobilizações, nas marchas, nos acampamentos, se materializam como ações pedagógicas, as quais, permitindo um envolvimento dos camponeses, promovem o seu crescimento, abrindo clareiras na sua formação política. Entendendo que para a eficácia da organização é necessário formar mais militantes na base da organização do movimento,

A formação deve estar profundamente vinculada e ser parte da organicidade do movimento. Deve contribuir na formulação de métodos de trabalho, de direção, de planejamento, na implementação de princípios que sejam participativos. Os cursos podem ser exercícios práticos de como deve funcionar a organização nas brigadas e núcleos de base. Deve contribuir para elevar o nível dos militantes, tornando-os por intermédio da práxis, em sujeitos coletivos com capacidade para ir implementando as mudanças que a realidade e a organização exigem (DOCUMENTO DO MST, Setor de Formação, 2006).

Na própria formação em processo no acampamento, constatou-se a necessidade de alfabetização e escolarização das famílias e de elaborar uma proposta pedagógica e um plano de ação na perspectiva de elevar o nível de escolarização e formação política dos militantes das instâncias de base, que fosse algo permanente, com os princípios metodológicos e filosóficos da proposta da educação/formação do movimento.

A ação pedagógica de educação/formação do acampamento busca qualificar politicamente a base, na perspectiva de fortalecer a luta pela terra e da organização política, a convivência social, sua identidade de pertencer ao MST. Essa decisão do

acampamento de, na luta, desenvolver fundamentalmente ações formativas, trabalhando a conscientização, mobilização e organização na base, conduz a uma contínua reflexão crítica dos sem-terra sobre sua própria realidade.

Nesse contexto, o trabalho formativo contribui com a atuação e elaboração de planos de ação para uma melhor e maior atuação do MST na região tocantina, colaborando no trabalho de base para as ocupações e organização de outros acampamentos. Com isso, a formação de base, o movimento da luta, produz reflexões construídas por esse processo, formando camponeses para atuar na sua realidade concreta, no seu espaço de vivência, no seu acampamento.

Buscando elaborar uma análise da realidade de outros acampamentos, nos deparamos situações que se assemelham e que se diferenciam. No caso da comunidade Cipó Cortado, há uma especificidade no desenvolver da luta e da organização coletiva, que é o espírito de coletividade e resistência que contribui com o desenvolvimento de suas atividades políticas de formação e mobilização interna, bem como, na luta pela reforma agrária.

Dentro dessa perspectiva, a atuação dessa militância acampada, em processo de formação, forjada na luta pela terra, com consciência política, contribui fortemente para o processo de territorialização do MST na região. Ainda nesse aspecto, uma característica primordial das famílias é a sua rebeldia, a não submissão, buscando desenvolver ações pedagógicas vinculadas à sua realidade, ao seu contexto do campo, assumindo uma postura autônoma como sujeitos sem-terra em luta por reforma agrária.

Nós aprende na luta junto com outros companheiros aqui que nós não precisa viver mais no cativoiro. Nós não precisa mais viver debaixo do pé do boi, escravo dos ricos. Eu digo escravo porque nós sujeito aos fazendeiros daqui da região nós não tem liberdade não. Quando viemos pra cá pra conseguir essa terra, nós deixamos pra traz essa escravidão, essa sujeição (ENTREVISTADO EB, fevereiro, 2013).

Aprendi aqui no acampamento que tudo que nós quer nós temos que tá junto, sem luta nós não vence. Aprendi também que nossos amigos são os que vem ajudar nós, são da mesma classe que nós. O acampamento é uma grande escola, aqui nós aprender a lidar com as coisas boas e ruim, a gente aprende que é só confiando nos companheiros que nós faz a luta, é só na união que nós vence essa batalha. É junto com a força do MST do Maranhão que a gente fica forte (ENTREVISTADA ET, fevereiro, 2013).

Este fato nos permite perceber como o processo educativo desenvolve a formação de um *sujeito coletivo* inserido em um contexto de luta pela terra, pela reforma agrária, fazendo uma leitura de mundo, percebendo seu lugar na luta, seu lugar de classe. Desde os primeiros passos dados no processo de formação do acampamento, as famílias são protagonistas de sua ação política, ainda em conjunto com outros sujeitos políticos que fazem parte da militância e que atuam em seus assentamentos, essa relação se constitui como intercâmbio e colaboração. Conforme depoimento: “a gente aprendeu muitas coisas, primeiramente um passo pra liberdade não só da gente, como de vários outros companheiros” (ENTREVISTADO EF, fevereiro, 2013).

Para os sem-terra, a formação no acampamento e nas mobilizações, tem contribuído de forma substancial no entendimento de como a luta vai preparando pessoas com visão crítica, com posicionamento político de sua própria organização e da luta por reforma agrária. Conforme depoimento a seguir, de um acampado.

Na luta eu tenho que dizer muitas coisas, por que eu aprendi muita coisa lutando, eu aprendi muito com as mobilizações. A gente aprende a lidar mais com as pessoas nessas mobilizações, a gente encontra muitas pessoas diferentes que a gente não tinha conhecimento, a gente passa a conhecer mais do movimento que a gente também não tinha aquele conhecimento. Vixi, o conhecimento é bom pra gente poder mudar as coisas, saber mudar a vida da gente, saber mudar a política, os políticos, a gente precisa participar, ajudar o outro que tá precisando de terra. Organizar o nosso acampamento mais e mais (ENTREVISTADO EB, fevereiro, 2013).

Todo processo de formação política no acampamento tem se caracterizado por uma tentativa de valorizar o espaço da luta em que se desenvolve um processo pedagógico construindo um *pensar/refletir criticamente* sobre a realidade, conhecer mais sobre a organização do movimento, sobre a luta dos trabalhadores em outros lugares na luta pela terra. Possibilitar uma maior contribuição com reflexões e proposições na elaboração de política que oriente a luta pela terra no seu território em disputa.

O MST defende a construção de uma metodologia diversificada, respeitando a criatividade e a diversidade de pensamento, expressada nas ações de formação permanente da base, construída e executada pelos próprios militantes. Esse envolvimento possibilita a realização de práticas pedagógicas que reforçam e constroem o *pertencimento ao MST* visando a formação política dos camponeses sem-terra. A coletividade vivenciada nos acampamentos e assentamentos é entendida por Caldart (2001, p. 218) como “elemento de grande importância na luta pela terra. [...] a coletividade sem-terra é um acampamento, um assentamento ou uma escola”.

A potencialidade pedagógica da coletividade, ou mesmo das práticas organizativas e das relações sociais, não é uma novidade proposta pelo movimento. Podemos dizer que há mesmo uma tradição pedagógica desta reflexão, em grande parte vinculada às reflexões sobre a dimensão educativa do conjunto das práticas sociais (CALDART, 2001, p. 219).

Convivendo com a comunidade percebemos nas rodas de conversas de grupos diferenciados, uns mais tímidos, outros falantes, questionadores, sérios ou extrovertidos, sempre contando uma história, uma piada no início das reuniões e assembleias, momentos que expressam uma rica diversidade cultural. Essa diversidade permitida no convívio coletivo, na troca de experiência, desenvolvendo em si um processo educativo, mantendo a mística de permanecerem persistindo na organização interna é uma característica marcante deste acampamento que tem fortalecido a luta e resistência na terra. “Lutar pela terra é lutar pela vida em sentido direto literal, sem mediação. A terra que se quer conquistar é ao mesmo tempo o lugar de trabalhar, de produzir, de morar, de viver” (CALDART, 2001, p. 223).

Considerando que a resistência construída na luta pela terra pode significar a construção da autonomia organizativa dos trabalhadores no acampamento Cipó Cortado, o movimento se fortalece nas ações locais, nas suas instâncias de poder. Enfim, nas possibilidades de vivências coletivas, de aprendizagens no fazer cotidiano das famílias, nas reuniões, nos debates no seu lugar de luta, de resistência, de recriação da vida. Analisando a fala dos trabalhadores acampados

percebemos o esforço coletivo dos coordenadores em garantir as ações com seus próprios recursos, atividades de mobilização e formativa.

A gente aprende, na luta, se organizando, porque no coletivo as coisas é mais simples pra si fazer por que desde quando a luta seja coletiva é mais fácil, né, quando vamos fazer uma atividade todos se juntam, reunião, curso, uma mobilização. A gente vai por acaso tampar uma casa dessa aqui hoje e se vamos fazer um coletivo de 10 ou 15 pessoas nós faz ele num dia tudo fica sempre mais fácil. [...] Acho que a importância é porque sempre a gente se comunica uns com os outros se a gente ver se algo que não está certo a gente vai tentar corrigir pra ver se as coisa se encaixam direitinho, penso que a coordenação é o primeiro passo a coordenação do acampamento é sempre quem dá o primeiro passo, a partir da coordenação que vai passar pros grupos e pro restante numa assembleia e nas reuniões (ENTREVISTADO EB, fevereiro, 2013).

Entre os membros da coordenação do acampamento, 14 são mulheres e 14 são homens, todos com idade entre 25 a 60 anos; quanto à escolaridade, dois são analfabetos, 20 são alfabetizados e cursaram de um a seis anos o ensino fundamental, quatro estão cursando o ensino médio, dois tem nível médio concluído. A não escolarização se constitui como um limite na formação da base, dificultando a leitura dos textos, sistematizar os encaminhamentos das reuniões, das assembleias, e elaborar atas, documentos que registrem, que permitam construir uma memória da luta e da organização em seus momentos formativos/organizativos da comunidade.

No que se refere à questão de gênero no acampamento, as mulheres têm assumido uma postura ativa em todos os momentos, principalmente nas 11 tentativas de despejo da comunidade. As mulheres rodearam o comandante da Polícia Militar de Senador La Rocque e Imperatriz, e falaram que não iam sair, que não adiantava buscar mais policiais. Em seguida, quando a polícia saia, chegavam os fazendeiros com os seguranças particulares armados, que na região são denominados de pistoleiros, “agenciados” com fardas, símbolos idênticos aos grupos especiais da Polícia Militar.

Medo! Medo deles colocar fogo e ficava sempre aquela suspensão, a gente não sabia se ia acontecer ou não, durante as ameaças ao acampamento eu senti medo e coragem ao mesmo tempo por que eu nunca tinha passado e eu passei, e graças a deus deu certo até agora. E nós as mulheres é que

enfrentava tudo junto com os companheiros. Nós não corria não, aqui tem mulher mais corajosa do que homem (ENTREVISTADA, ET, fevereiro, 2013).

Mesmo com todas essas ameaças as mulheres têm atuação firme nos momentos mais acirrados da luta, mas há muito preconceito e tabus que ainda não foram rompidos, principalmente nas instâncias deliberativas do acampamento. O número de homens e mulheres participando das instâncias é o mesmo, porém os “cargos” considerados de maior importância são ocupados pelos homens.

Eu acho que se não estiver essa organização dos grupos era muito mais complicado, mais complicado mexer com as pessoas, penso que com a coordenação ficou um jeito melhor do dia a dia de conviver com as pessoas e conduzir as situações que tem pra resolver fica melhor. A participação das mulheres é muito importante, mesmo os marido brigando, a gente na frente das coisas, na organização do acampamento, às vezes as mulheres querem desistir e as outra anima, desiste não mulher, fica firme e é assim as coisas. Só vai ser importante a participação da mulher, quando a gente fala e enfrenta os problema, nós não pode ficá calada (ENTREVISTADA ET, fevereiro, 2013).

Além disso, a participação das mulheres tem sido um elemento enriquecedor da organização do acampamento, pois, permite um processo de formação e envolvimento qualificado delas na luta por direitos na luta pela terra. Participando das mobilizações ocorre uma troca de experiência com outras dos demais acampamentos, para conhecerem como as mulheres se organizam em outros lugares, como constroem seus coletivos, como fazem e participam da formação política nos demais espaços na comunidade.

Para as mulheres, segundo depoimentos, apesar de o nível de discriminação e preconceito que os homens têm em relação à sua participação na luta, não falta força de vontade de transformar sua realidade. Algumas demonstraram nas reuniões, em suas falas, a vontade de serem militantes, com tarefas externas ao acampamento, força de vontade que se verifica não só nas mulheres jovens que querem contribuir com a luta e fortalecimento do MST na região, mas de muitas que querem colaborar para além do seu acampamento, do seu lugar de acampadas. A entrevistada MO, reflete sobre sua organização e seu processo de aprendizagens.

Aprendemos muitas coisas, aprendemos a organização, aprendemos gostar uns dos outros, aprendemos ajudar as pessoas, então isso pra mim foi umas das coisas que mim ajudou muito em termo de organização, ajudar os amigos quando um precisar ajudar, sobre as marchas ainda não participou de nenhuma mobilizações, negociações que eles fazem, mais já foram conseguidos muitos objetivos bons pra cá pra dentro (fevereiro, 2013).

É no cotidiano vivido pelos sem-terra, do acampamento Cipó Cortado, no enfrentamento direto com os grileiros que se expressam as relações de classe, é nesse espaço que se materializam as contradições de classe, onde os sem-terra passam a perceber a disputa ideológica, a disputa de projeto. O cotidiano do acampamento é fundamental no seu processo educativo e particularmente na formação da consciência crítica organizativa. Entendemos como processual a formação dos sujeitos sem-terra que na luta vão desenvolvendo uma consciência questionadora das estruturas de poder do capital, bem como do seu processo organizativo.

Nas circunstâncias em que ocorrem essas relações humanas, a apropriação de uma concepção diferente de sociedade é possível que não seja a dominante, entendendo que é no cotidiano dos camponeses o lugar onde se dá a luta de classes, no campo, na disputa do território.

Por meio da ação coletiva dos sujeitos sociais envolvidos na luta é que se dá a intervenção na construção da história do país, e principalmente na reflexão de suas práticas cotidianas, repensando-as, buscando novas formas de recriar seus espaços de vivências coletivas e de enfrentamento com a ideologia da classe dominante.

No acampamento todo o aprendizado contribui para a construção de uma consciência social que respeite o ser humano, seus direitos, valores, religiões, crenças, superstições etc. Partimos do princípio de que devem ser respeitadas todas as manifestações culturais, o que Paulo Freire caracterizou como unidade na diversidade. E, a partir deste pressuposto, a consciência política vem se forjando no decorrer da luta, em processo vivido pelos sujeitos, nos erros e acertos, respeitando

a história de vida de cada um, aprendendo com as lições da luta, com os conflitos, contradições, avanços e limitações.

A luta pela terra exige mudanças no processo educativo em que as próprias contradições fazem parte do fazer, como contraponto ao modelo realizado e idealizado pela classe dominante. No entanto, esse novo “fazer educativo” não é invenção de uma nova teoria pedagógica, mas sim uma prática concreta que pretende gerar circunstâncias favoráveis ao realinhamento da identidade de cada sujeito. Em favor disso, Freire (2003) aponta que:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (2003, p. 52).

O objeto dessa pesquisa parte da necessidade e interesse de compreender o papel político-pedagógico da ocupação enquanto mecanismo de fortalecimento da luta camponesa e, em que aspectos da vida cotidiana e da vida política, as famílias acampadas superam sua consciência ingênua e avançam na formação da sua consciência crítica e organizativa.

Considerando esses momentos como processo educativo emancipatório para os camponeses, quando na convivência da luta pela terra é garantido seu direito de ser e de fazer sua construção histórica, encontrado na luta coletiva do acampamento, nesse percurso da história, a apropriação da terra pelos camponeses, é acima de tudo uma ação realizada coletivamente, expressada de forma incisiva na formação do acampamento.

Na luta coletiva aprendi muita coisa, oh, porque tudo que a gente fosse organizar dentro do acampamento ou assentamento fosse coletivo tudo na organização ia ser mais bem organizado, melhor né a gente ia conseguir um propósito muito melhor, na convivência coletivo o aprendizado é aprender uns com os outros os que a gente não sabia, a gente foi aprendendo com

os outros acampados, os outro assentados é isso (ENTREVISTADA MO, fevereiro, 2013).

A coletividade vivenciada no acampamento é determinante para as ações individuais e coletivas pensadas no âmbito da organização sociopolítica do acampamento. Essa vivência é determinante na formação humana de todos os envolvidos no processo de luta, influenciando na vida social, nas relações familiares, na forma de perceber o mundo e suas relações políticas, econômicas, sociais e ideológicas. Esse movimento dialógico de grande aprendizagem incorporada nas ações educativas que se faz no dia a dia do acampamento tem por objetivo mudar suas condições materiais e subjetivas.

Na sociedade capitalista a ocupação da terra é uma forma de questionar a propriedade latifundiária, é um ato de romper com as velhas estruturas oligárquicas, fazendo um rasgo na estrutura fundiária do país. É um ato de subverter a ordem dominante, é transgressão das leis, das normas estabelecidas nas relações de trabalho no campo, na forma de produzir alimentos. É romper com os interesses do capital no campo – o lucro. “Aqueles que lutam são chamados de rebeldes porque ao procurar tomar conta de seus destinos, são colocados pela ordem estabelecida fora da normalidade intitulada pelo estado burguês” (OLIVEIRA, 1999, p. 43).

O grande desafio da formação no acampamento é conciliar um processo que articule atividades na roça e formativas, trabalho e estudo; mesmo com o limite da baixa escolaridade combinar esses aspectos do processo formativo oportunizando às famílias uma dimensão teórica educativa da aprendizagem apropriada na luta e na experiência pedagógica vivida no acampamento. Conforme relata a acampada, que explicita suas aprendizagens.

Muitas coisas boas aprendi no acampamento, nas reuniões, nas palestras, nos cursos, no companheirismo, na união. Se não tiver união, viu, não tem organização, o acampamento não tem vida, não tem nada, a união é tudo. Aprendi que nas mobilizações tem que ser todo mundo unido, com responsabilidade e respeito, né, por que se cada um do grupo não se reunir e for um pra cada lado, nada dar certo né, porque todos unidos, a gente tem força, e a força faz a união. A luta ensina a gente, educada no companheirismo no dia a dia sempre botando eles pelo caminho mais fácil de viver uns com os outros (ENTREVISTADA ET, fevereiro, 2013).

A partir dessa experiência no acampamento, buscamos compreender como é possível aos camponeses apreender elementos da sua realidade, da luta, com a conjuntura política e econômica do país. A cultura de ouvir o rádio durante o cultivo da roça sendo rotineiro colocá-lo em cima de uma pedra ou pendurado em uma árvore e ouvir os noticiários da política local e regional permite que essas informações na maioria das vezes sirvam como ponto de debate nas reuniões de núcleos, segundo os relatos dos trabalhadores. Os temas que chamam mais a atenção são: violência, corrupção, eleições, drogas, recursos para a reforma agrária, ocupações de terra e preços dos produtos.

É participando da luta que a gente aprende, se ficar parado aprende pouco, é indo pro Incra nas reuniões, nós não vai de pouco não, nós vai é com mais de 200, nós não vamos com pouca gente não. A gente vai com informação do rádio, da televisão, dos documentos do MST, das informações que nós recebe das pessoas que conquistou a terra, e nós fala lá, fala tudo. Se nós for besta eles enrola nós. Fala mentira e fica tudo do jeito que tá, sem resolver nada (ENTREVISTADO EA, fevereiro, 2013).

Durante as rodas de conversa com a coordenação do acampamento, nos debates intermináveis sobre a organização da vila e a forma de organizar os trabalhos produtivos, os coordenadores fizeram referências às cartilhas do MST sobre agroecologia, falaram da sua interpretação do conteúdo e como tinha sido esclarecedora a leitura. Essa fala nos conduz a pensar em uma práxis que vá além do cultivar, do ler o texto, de apreender, que consiga abrir, no sentido figurado, uma janela de possibilidades de aprendizagens para pensar a realidade social em escala nacional, para além do seu lugar, da sua realidade.

Na verdade, é no acampamento que a gente convive, aprendi uma forma de trabalhar em companheirismos, uma forma de trabalhar e acreditar no companheiro de uma certa forma uma união de um cidadão para o outro, é estudando lendo os livro, cartilhas do movimento, jornal, tudo isso. Aprendendo com as coisas e com as pessoas. Nas mobilizações aprendemos uma forma de lutar unido até por que o poder dos governos não acredita mais na classe pobre, eles não acreditam que os pobres pode mudar tudo, mudar o país. Se tiver unido, é a única forma que tem de um pobre conseguir alguma coisa hoje é se mobilizando. A luta tem sido uma

grande professora pra mim. Na luta pela, a reforma agrária, só sai na marra mesmo (ENTREVISTADO EA, fevereiro, 2013).

A organização política do MST trabalha as dimensões da formação humana, demarcando uma concepção político-pedagógica de base. Deve ser entendida como um processo que vai para além do espaço do acampamento, assentamento, da escola. Estão intimamente entrelaçadas a teoria e a realidade concreta da base, mesmo com todas as adversidades e limites que há no movimento na tentativa de deixar compreensível o objetivo do MST de lutar por terra, reforma agrária e transformações sociais. Nesse sentido, os sujeitos do acampamento Cipó Cortado constituem uma expressão de resistência e ofensiva emancipatória, construída nas contradições da luta de classes.

3 – O CARÁTER POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA LUTA PELA TERRA

Figura 8: Cartaz da Campanha da Educação no MST



Fonte: Arquivo do MST.

O MST torna-se um movimento político-pedagógico quando adota a transformação da sociedade como parte dos seus princípios constitutivos. O papel da luta pela terra e a emancipação humana, construída na práxis dos sujeitos históricos, são expressão do seu caráter político-pedagógico. Um dos lemas do movimento: “por escola, terra e dignidade”, como pode ser observado no cartaz acima, revela a sua natureza educativa na criação de uma nova cultura que represente uma igualdade substantiva para os sujeitos em luta.

Para analisar essa perspectiva do MST em sua luta pela terra, buscaremos nas elaborações de István Mészáros e Paulo Freire elementos teóricos no intuito de fundamentar a práxis desse movimento socioterritorial¹⁰, que se constrói na relação de conflito da luta pela terra para garantir as condições de produzir a existência das

¹⁰Fernandes (2005) trabalha esse conceito quando analisa o MST, trazendo uma contribuição significativa para compreensão dos movimentos sociais e sua luta pela territorialização e reterritorialização de seus territórios.

famílias sem-terra. Nesse sentido, esse movimento é, também, a expressão ao mesmo tempo de vida e morte na relação estabelecida pelo rompimento das leis, normas e pelas resistências na construção de alternativas de vida.

Seguindo esta análise, trabalharemos o conceito de emancipação e igualdade substantiva de Mészáros. Para o autor, a emancipação humana é definida pelas condições de liberação de todos os indivíduos das forças e determinações esmagadoras a que estão sujeitos. “A classe explorada tem de se emancipar da dominação da classe dominante, mas também os indivíduos têm de se emancipar da sujeição da sua própria classe e da correspondente divisão social do trabalho” (MÉSZÁROS, 2008, p. 167). Isso posto, a submissão dos indivíduos a uma classe impede a sua “individualidade verdadeira” (MÉSZÁROS, 2008), não realizando, desta forma, por completo, seu potencial enquanto indivíduo, pois isso só poderá ocorrer com a abolição da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, com a destruição do Estado. Além disso, a emancipação é um processo de dimensões globais, permeada de uma enorme complexidade no que se refere à relação que se estabelece entre o ser humano e a alienação capitalista.

Comparece também na luta empenhada pelo MST os propósitos da não submissão dos indivíduos à classe hegemônica, contestando essa lógica de organização e subordinação do trabalho aos desígnios do capital. O MST, no trabalho cooperado, não aboliu a divisão social do trabalho, contudo, em algumas experiências, não há uma apropriação individual do resultado do trabalho produzido pelo outro.

Segundo Mészáros (2006, p.124) “somente sobre a base da igualdade substantiva é que é possível vislumbrar as necessárias formas não antagônicas de mediação entre seres humanos em todos os níveis, de modo historicamente sustentável”. Assim, vivendo em uma sociedade capitalista, os indivíduos vinculados às organizações classistas buscam, na luta social, se reproduzirem não somente na sua individualidade, mas, também, na coletividade. Verificamos que, ainda que de forma embrionária e contraditória, as formas coletivas comparecem nas ações cotidianas do MST.

Desta forma, consideramos que o conhecimento e a formação dos camponeses se constituem como elementos fundamentais para a construção de uma análise crítica das relações de exploração existentes e para a possibilidade de uma intervenção dos trabalhadores contra as ações do capital. Mézáros analisa que:

As determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações gerais da sociedade como um todo (2005, p. 43).

O eixo central dessa reflexão é que as estruturas determinadas pelos interesses do capital influenciam de forma direta nos processos pedagógicos, na produção do conhecimento, da cultura e do modo de vida. Essas determinações estão integradas aos aspectos gerais da sociedade, no âmbito econômico, social, político e cultural, contudo, há um movimento nessa relação que possibilita mudanças, como as estruturas educacionais que representam um espaço de contradição e de luta contra-hegemônica, como podemos observar quando falamos da educação do campo e no campo.

3.1. Educação do Campo – a construção da consciência de mudanças

Para discutir o caráter educativo da luta social mobilizada pelos movimentos sociais como gerador de pedagogia, recorreremos aos conceitos de Educação do Campo na perspectiva dos movimentos sociais, o que dará fundamentação ao que chamamos de ocupação como um ato político e pedagógico, pois a mesma tem em sua gênese o processo das lutas sociais.

A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo apenas na disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis (CALDART, 2012, p. 162).

Dessa maneira, a Educação do Campo constitui uma forma de fortalecimento da luta pela terra e de ampliação da consciência dos sujeitos em luta para as questões da cidade, pois a cidade e o campo constituem territórios das lutas sociais por direitos e produção de conhecimentos e saberes.

Combinar luta pela educação com luta pela terra, pela reforma agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela (CALDART, 2012, p. 259-260).

A Educação do Campo parte da concepção de que a luta pela terra é a unidade central do envolvimento dos sujeitos nos processos de organização e da busca do exercício do direito ao conhecimento e à terra, e como a unidade entre os sujeitos e elo que unifica a luta para permanecerem no campo, para transformá-lo em um lugar bom de viver e educar os filhos. Desse modo, ela se realiza tendo a diversidade dos contextos regionais, os métodos, as técnicas, a sociabilidade, a cultura e os valores, como base para a construção de uma nova sociabilidade desses sujeitos em luta.

Neste sentido, a Educação do Campo se inscreve em um novo paradigma¹¹, porque sua concretude está na transversalidade dos eixos norteadores que orientam

¹¹Sua construção a partir dos anos 1990, nasce das lutas sociais do campo, tendo como referência o MST e a crítica da educação rural no Brasil e a reivindicação do acesso a uma educação *no sentido amplo de processo de formação humana*. São realizadas duas Conferências de Educação do Campo, respectivamente em 1998 e 2004, quando se discutem as bases e fundamentos dessa educação. Participam desses processos, educadores e educadoras do campo e militantes dos movimentos sociais, quilombolas, indígenas, escolas familiares rurais e intelectuais vinculados às lutas sociais. Para revisões mais aprofundadas, recorrer a Miguel Gonzalez Arroyo, Roseli Salete Caldart, Mônica Castagna Molina, Gaudêncio Frigotto e Edgar Jorge Kolling.

a prática educativa dos sujeitos envolvidos nos processos de luta e apropriação do conhecimento, tais como: terra, território, resistência, políticas públicas, poder, cultura, tecnologia e produção de alimentos.

A Educação do Campo nasce no processo da luta pela terra, comprometida com os trabalhadores e trabalhadoras do campo que lutam por direitos sociais negados. Propõe-se a construir e reorganizar o conhecimento sob outro paradigma técnico-científico, e está voltada para a qualificação e valorização do campo que historicamente foi colocado à margem, sem investimentos, considerado como o arcaico, o atraso, na sociedade brasileira em desenvolvimento. Portanto, a sua base é o pensamento crítico e propositivo como uma prática de reinvenção social, que combate as desigualdades e injustiças e intervém na realidade para transformá-la.

Na construção do projeto político-pedagógico da Educação do Campo, a identidade, a luta, a resistência e os saberes dos sujeitos se constituem em questões centrais, perpassando as práticas educativas da comunidade, do acampamento, do assentamento, do agricultor familiar, do camponês que, de forma individual ou coletiva, constrói, na luta política, um projeto de vida baseado em suas vivências educativas. Esse projeto por terra e por direitos é protagonizado pelos movimentos sociais nos quais estão inseridos. Por outro lado, o processo educativo desses sujeitos não se limita apenas à escola, mas alicerça-se na sociabilidade a partir da vida cotidiana, ou seja, do trabalho familiar, grupo coletivo de produção, da cultura.

A Educação do Campo tem como perspectiva a construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais sendo que a concepção que a orienta está calcada nos princípios das organizações das quais participam, ou seja, pensa os processos educacionais (político-pedagógicos) a partir dos interesses dos grupos sociais que vivem no campo e querem transformá-lo em espaço de luta e aprendizagem.

Essa construção se dá em meio às contradições que geram muitos conflitos, nas disputas de território com o agronegócio em torno da terra e também, dos financiamentos destinados ao campo, a exemplo do Pronera, Pronacampo,

programas criados para a formação e qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A Educação do Campo se gesta nas contradições existentes entre o modelo de desenvolvimento capitalista para agricultura e as formas de resistência da agricultura familiar e camponesa. A primeira tem como objetivo a exclusão e extinção do campesinato e a segunda objetiva a permanência dos camponeses no campo e sua reprodução social. Esse debate tornou-se ponto medular de oposição à educação rural que o Estado tem assumido historicamente como política educacional, política essa que visa escamotear a contradição acima citada. Sendo assim, a Educação do Campo caminha na perspectiva de contrapor essa concepção dominante e reconhecer o campo como lugar de construção político-social de um projeto de classe.

Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas (CALDART, 2012, p. 262).

A Educação do Campo vai, desta forma, tornar-se uma concretização das práticas da pedagogia do oprimido¹², quando os sujeitos do campo são os principais construtores desse projeto. A sua vinculação com a luta dos movimentos sociais atuantes no meio rural tem possibilitado a construção da pedagogia do Movimento, constituindo-se como elemento importante nos processos de construção de alternativas que tenham colocado como horizonte a emancipação humana e a transformação radical da sociedade.

Essa proposta político-pedagógica nasce contestando a estrutura educacional conservadora da concepção de educação, valorizando os sujeitos do campo, sua

12 Os fundamentos da pedagogia de Paulo Freire vão ser incorporados no conjunto do debate teórico e prático da construção da Educação do campo, considerando que os movimentos sociais do campo assumem em sua prática os princípios e fundamentos de sua pedagogia.

luta e sua cultura. É uma educação que questiona o modelo agrícola do agronegócio, as contradições geradas pelas classes em disputa no campo e que não aceita a concepção de educação rural, propondo-se a construir novos conceitos, um novo jeito de fazer educação.

Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas. [...] Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta (CALDART, 2012, p. 264).

Desse modo, na Educação do Campo, a luta será no sentido de garantir a produção do conhecimento sempre vinculada aos movimentos sociais, determinando o que pesquisar, como e para quê, e deverá estar pautada no fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora.

O direito na sociedade de classes é uma eterna relação de contradição entre interesses antagônicos. De um lado os movimentos sociais lutam pela garantia dos direitos e pela dignidade humana e, nesse sentido, há um enfrentamento com os princípios do direito à propriedade e, por outro lado, a resistência incansável dos representantes do capital para garantir a manutenção da propriedade e ampliar a acumulação da riqueza (GONÇALVES, 2008, p. 66).

Nesse sentido, em uma sociedade de classes, a educação é objeto de disputa. Educar aponta duas direções: primeiro, educar na perspectiva do capital para manter a ideologia dominante e manter a sociedade nas mesmas condições de exploração; segundo, construir alternativas que eduquem na perspectiva de superação das relações de exploração e das desigualdades sociais. Esses objetivos antagônicos intensificam a disputa referente ao tipo de conhecimento que será produzido e quem vai se beneficiar dele, utilizando todos os mecanismos da política

para garantir seus interesses econômicos e se apropriando do conhecimento científico e popular. Esse é o processo histórico em que a territorialização do capital está inserida, numa lógica violenta de exploração dos trabalhadores, vinculando o conhecimento científico aos interesses do capital, garantido pelo Estado. Montaño e Duriguetto entendem que:

O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, o Estado tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante (2011, p. 36-37).

Assim sendo, o Estado se apresenta como a expressão das relações sociais na sociedade capitalista, utilizando-se das formas de coerção e opressão para desempenhar suas funções e manter o domínio da classe dominante. No tocante ao papel do Estado, referente à produção do conhecimento na base material e intelectual da sociedade, essas formas de dominação se ampliam nas determinações do capital.

A centralidade da nossa reflexão está na produção do conhecimento como base produtiva da sociedade, que é o trabalho humano em toda sua dimensão, seja na cidade ou no campo, intelectual ou manual. A relação do camponês com a terra e com a natureza, sua produção cultural, a resistência e permanência, se constituem como luta constante contra o capital, pois no modo de produção capitalista, parte do conhecimento produzido está voltado para a produção que privilegia a propriedade privada e a acumulação da riqueza. Portanto, a Educação do Campo, como proposição dos movimentos sociais, torna-se um instrumento de tensão central dessa reprodução sistêmica.

O impacto da incorrigível lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema. Apenas as modalidades de imposição dos imperativos estruturais do capital no âmbito educacional são hoje diferentes, em relação aos primeiros e sangrentos dias de acumulação "primitiva", em sintonia com as circunstâncias históricas

alteradas, [...] É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode se não o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Partindo do pressuposto de que a educação pode ser tanto para alienação como libertária, a Educação do Campo e a pedagogia da luta pela terra visam uma educação libertária da dominação de classes. Nessa medida, apresenta sempre novos conhecimentos, produtos da ação da consciência dos indivíduos, se, dentro de um projeto coletivo, potencializam os processos de transformação da realidade dos grupos aos quais esses indivíduos pertencem, como analisaremos no subitem seguinte, a partir do caso dos sem-terra do acampamento Cipó Cortado, que percebem a luta como necessidade de uma organização política que fortalece o enfrentamento ao latifúndio. Este último se utiliza de todos os meios, entre eles a violência armada, contratando pistoleiros para ameaçar os trabalhadores, no intuito de fazê-los desistir da luta, seja pela violência direta, seja com ameaças aos trabalhadores, pelo medo ou coerção judicial. Conforme depoimento:

Desde o dia que chegamos aqui, nós somos perseguidos pelos fazendeiros, pela polícia, pelo Juiz de Senador La Rocque. O juiz Marcelo Baldock nos perseguiu muito e nós não nos intimidamos. Ele mandava, nós dizia, não vamos sair não. Ele sendo juiz se achou afrontado e ficava defendendo os fazendeiros e contra nós. Nós não ficamos com medo não, juntamos todo mundo, mulher, menino, velhos, todos acampados e fomos de carro, de moto, de caminhão, de ônibus e entramos no fórum da cidade e mostrar pro juiz que temos nosso direito também, que nós é gente e precisa ser ouvido e respeitado. Ele ficou assustado com tanto menino, era gente pra todo lado no fórum. Essas coisas são muito importantes pra nós, porque nós aprende a lutar pelo que nós queremos, não fica só esperando pelos políticos. Nós aprendemos que a luta da gente é forte e vale muito. Eu aprendi que é a união e a força da gente que faz nós vencer (ENTREVISTADO ED, fevereiro, 2013).

A inserção desses indivíduos em um processo coletivo irá criar novas determinações no seu modo de perceber a vida, na luta por direitos enquanto sujeitos coletivos, inseridos em uma realidade. Novas questões compõem nesse novo cotidiano, a exemplo do debate nos núcleos e nas equipes de trabalho, na

tomada de decisões, no que se refere aos aspectos organizativos do acampamento, bem como aos passos da luta política pela conquista da terra. Essas novas questões colocadas atravessam o processo político-pedagógico, o que poderá possibilitar uma percepção crítica da realidade em seus aspectos gerais e específicos.

Tratando das questões gerais, os trabalhadores construíram uma vida orgânica no acampamento durante anos, garantindo a participação efetiva da comunidade no conjunto de ações desenvolvidas pelo MST e por outras organizações sociais. Essa participação fortalece internamente os processos organizativos, na perspectiva da formação humana, no despertar para a luta política e na construção da resistência e ofensiva camponesas.

Essa ofensiva se verifica na construção cotidiana da vida orgânica do acampamento, nas relações da organização interna dos trabalhadores quando ocorre a divisão das tarefas, nas atribuições que cada sujeito assume na construção coletiva da comunidade. Essas responsabilidades, quando o indivíduo as assume como suas e ao mesmo tempo coletivamente, têm fortalecido as ações sociopolíticas e pedagógicas das mulheres, da escola, da saúde, das crianças, da juventude e da infraestrutura para comunidade. Também, a vida orgânica do acampamento lhes proporciona uma maior compreensão da totalidade da luta dos trabalhadores.

Nessa direção, Paulo Freire (1978) afirma que quando há participação do povo, dialogando as contradições referentes à sua situação existencial presente e real, quando a concretude da vida é o problema eixo da sua reflexão, neste momento há um desafio posto para buscar respostas na ação e na esfera intelectual, tornando-se, assim, um sujeito educativo, de acordo com Zibechi:

La particularidad de los sin tierra es que han ido mucho más allá: el movimiento como tal se ha convertido en un "sujeto educativo". El punto de partida, como en tantos otros movimientos sociales latinoamericanos, fue la educación popular, inspirada en la teoría y la práctica de Paulo Freire. Que el movimiento social se convierta en un sujeto educativo, y que por tanto todos sus espacios, acciones y reflexiones tengan una "intencionalidad pedagógica", me parece un cambio revolucionario respecto a cómo entender la educación, y también a la forma de entender el movimiento social (2005, p. 4).

Pensando a luta pela terra dentro de um amplo movimento que se propõe a transformar a realidade do campo, os sem-terra tornam-se uma ação coletiva de saberes que envolvem a terra na sua dimensão político-pedagógica, na sua intervenção na realidade quando rompe com a estrutura oficial, e territorializa-se através da ocupação da terra. Entendemos que é também na intencionalidade do fazer da luta, no acampamento, que se produzem conhecimentos e saberes, que se refletirão no contexto econômico, político e social do lugar onde são construídos.

Diante do exposto, o conhecimento reflete e é refletido no contexto socioeconômico e político da sociedade, seja na escola, na fábrica, no campo, na cidade. É resultado das representações do ser humano. Ninguém produz conhecimento sozinho, ele é construído coletivamente, interagindo com a natureza e a sociedade, mesmo que o processo de sistematização seja individual.

Desse modo, a Educação do Campo, na perspectiva dos movimentos sociais, se propõe a avançar na organização e na luta política dos trabalhadores, considerando a realidade camponesa. É preciso pensar a produção do conhecimento em perspectiva histórica, como instrumento de fortalecimento da luta pela terra, e na educação como formação humana na organização dos camponeses. Assim se constitui esse movimento do fazer-se em movimento, na construção de uma igualdade substantiva para um novo patamar de vida harmoniosa com os bens da natureza.

3.2. O caráter dialético da educação

Para Freire (1975) o trabalho é uma dimensão ontológica ao ser humano, bem como sua condição fundamental para o processo de humanização do “ser”. O trabalho, nesta perspectiva, é entendido como práxis humana, teórico e prático, não se reduzindo somente à produção de mercadorias.

Nessa perspectiva fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quando for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (MÉSZÁROS, 2005, p. 45).

O sistema educacional faz parte da forma global de funcionamento da sociedade, impõe valores orientados pelos princípios que regem a concepção dominante de reprodução da sociedade capitalista, induzindo as instituições de educação formal a adequar os indivíduos à ordem socioeconômica vigente. Mézáros discute que:

[...] a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como sua as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (2005, p. 44).

Pensar os processos educacionais na perspectiva de Mézáros é “romper com a lógica do capital na educação” e equivale também a pensar os processos econômicos, sociais e políticos. Portanto, para compreender o caráter político-pedagógico que está na essência do processo educacional, faz-se necessária uma análise da sociedade em sua totalidade, pois a mesma vai interferir de forma incisiva na educação institucional, expressando nas ações das secretarias de educação, das escolas, e de toda estrutura de Estado.

Podemos constatar que tanto Mészáros, em *A Educação para além do capital*, como Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, apresentam uma contribuição singular sobre o papel da educação e suas possibilidades de colaborar com os processos de mudanças sociais. Ao mesmo tempo em que nos alertam que a educação por si só não trará mudanças. Daí o seu sentido contraditório, próprio de uma sociedade de classes onde a primazia das relações é estabelecida pela lógica da apropriação das riquezas por um grupo social e a educação se pauta pela manutenção dessa lógica.

Por outro lado, Paulo Freire afirma em *Pedagogia do Oprimido* que a essência do ser humano não pode ser perdida, e que o caráter transformador dos oprimidos é uma ação pedagógica que possibilita um novo patamar de consciência que poderá gerar uma revolução na estrutura social.

Para Mészáros, a universalização da educação só ocorrerá quando for universalizado o trabalho, portanto os explorados e oprimidos, através de um processo educativo libertador, trazem elementos importantes para sua libertação, que necessariamente acontece na participação efetiva de sua educação, nos movimentos sociais, como sujeitos de diálogo e superando a luta contingente imediata pela luta necessária, quebrando assim os elos de sua opressão e construindo novas possibilidades de uma vida onde o ser humano é o elemento principal.

Em suma, tanto Mészáros como Paulo Freire, em diferentes momentos históricos, apontam a necessidade imperiosa de pensar a educação sob novas perspectivas, e de que a mesma possa ir além das relações de opressão e exploração do homem pelo homem, possibilitando assim a construção de uma nova humanidade plenamente livre. Desta forma, podemos indicar que há um caráter educativo nas lutas sociais.

Tornar o político mais pedagógico significa utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora [...] transformador é a necessidade de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico. Tornar o pedagógico mais político significa inserir a escolarização diretamente na esfera da política, argumentando-se que as

escolas representam tanto um esforço para definir-se o significado quanto uma luta em torno das relações de poder [...] (GIROUX, 1997, p. 163).

Em suma, os movimentos sociais, em sua diversidade, têm construído processos de educação sociopolítica a partir dos quais podemos verificar certo nível de modificações substanciais do ponto de vista cultural, social, econômico e político-pedagógico. Ressalta-se que isso ocorre quando os grupos envolvidos nesses processos têm a educação como um ato libertador construído em processos coletivos.

A pedagogia do Movimento se produz no diálogo com outros educadores, com outros educandos e outros movimentos pedagógicos. Foi exatamente na interlocução com pessoas e preocupadas com a formação humana, que conseguimos refletir sobre o MST como sujeito pedagógico (CALDART, 2003, p. 52).

Caldart afirma ainda que:

A partir dessa concepção de educação, há lições de pedagogia que temos conseguido extrair neste contraponto reflexivo entre o cotidiano do MST, as diversas teorias e práticas sobre formação humana, e as preocupações de como fazer a educação dos sem terra (2003, p. 52).

A ação pedagógica é também uma ação política e essa afirmação é parte da elaboração dos movimentos sociais do campo, tendo como fonte teórica principalmente os conceitos trabalhados na obra de Paulo Freire e permeada pelas contradições de classe. Neste contexto, desenvolver o exercício da participação como fundamento dessa ação se constitui em um desafio pelas contradições que são determinadas pela sociabilidade burguesa.

Nesse contexto é necessário compreender que as práticas político-pedagógicas dentro e fora das escolas são parte integrante de um processo socioeconômico que envolve uma prática sociopolítica constante, bem maior do que ocorre nos espaços escolares. Não constante apenas na esfera escola, mas em

todos os espaços sociais movidos pela dinâmica estabelecida pelas relações sociais e de produção, criará aprendizagens significativas. Estas aprendizagens geradas pelo movimento contraditório da luta de classes e entre classes constituem-se elementos “educativos” para e nos movimentos sociais que pensam a educação para além da escola,

[...] consideramos educador no sólo al que está en el aula, sino a todas las personas vinculadas al proceso de militancia en el MST. En cada asentamiento, en cada campamento, las personas se organizan por familias y voluntariamente forman núcleos de hasta 12 familias. Se discute todo: la salud, la escuela, la cooperativa, la producción, la forma de organizar la vida. Es un proceso de discusión colectivo que es un proceso de educación (Entrevista a MARIA GORETE SOUZA, em: www.ibase.br).

Os movimentos sociais produzem um movimento intenso para formação de sua base social que dá sustentação à luta política na garantia de direitos e na superação das relações estruturais de produção. O movimento da luta promove aprendizagens impulsionadoras de formação da consciência dos sujeitos envolvidos, construindo assim sua estratégia política.

La experiencia de los sin tierra constata que el movimiento no cabe en la escuela, que uno y otra son contradictorios y que “poner la escuela en movimiento” significa todo un desafío ya que se trata de un espacio que funciona con una lógica institucional. El desafío que nos plantea la educación en movimiento, supone que escuela y movimiento deben convivir más allá de sus diferencias. Para la escuela supone formar parte de un sujeto pedagógico “integral”, formando parte del clima y del proceso pedagógico que se registra en el movimiento social. Para este, el desafío es igualmente grande: convertir cada espacio, cada reunión, cada acción, en experiencias y espacios pedagógicos, de crecimiento y aprendizaje colectivo (ZIBECHI, 2005, p. 5).

Paulo Freire (1987), ao elaborar uma proposta de educação libertadora, voltada para pensar as transformações sociais que tivessem como centro a formação humana e as transformações sociais, considera que as aspirações do sujeito histórico devem estar pautadas na criticidade de perceber o mundo e suas relações sociais, buscando, desta forma, construir uma educação crítica voltada

para a formação de sujeitos críticos, capazes de apropriar-se e produzir sua própria educação voltada para a transformação de sua vida social.

A educação nas mãos da classe dominante é uma arma, um dos meios mais importantes para conservar o seu domínio e impedir o seu derrube, mantendo a psique humana livre de todas as influências que surgem pela transformação das forças produtivas. [...] a educação apresenta-se como influência destinada a defender os interesses da ordem decadente em franca contradição com a educação que se concebe como verdadeiro processo de formação de novos homens no desenvolvimento histórico das forças produtivas (SUCHODOLSKI, 1976, p. 95).

O autor pensa a educação como um instrumento de transformação. Entende que a educação controlada pela classe dominante é um dos meios mais importantes para conservar o seu domínio e manter-se no poder, assim, a educação aparece como alienação. Essa concepção de educar para dominar define as relações de poder, alienação e dominação na sociedade. Suchodolski, por outro lado, também afirma que a educação possibilita a superação de processos de alienação, sendo que pode vir a ser um instrumento transformador da realidade.

Ao mesmo tempo, o capital necessita subordinar as forças sociais para convertê-las em organismos impulsionadores de uma sociedade que tem como base a produção de mercadorias. Assim sendo, para o desenvolvimento do capitalismo, incumbe aos sistemas formais de educação produzir mão de obra, no intuito de oferecer ao mercado trabalhadores para a produção desejada.

De acordo com essa concepção, a educação burguesa é limitada e insuficiente para a formação do ser humano, visto que está subordinada aos empenhos de uma classe. Essa divisão de classes se coloca como uma muralha na efetiva realização de uma educação do ser social. De acordo com Santos:

A instabilidade na qual se move a economia globalizada reforça esses processos de incorporações da educação ampla e da educação formal na direção pretendida pelo capital. Daí decorre a mais forte ideologização pela qual tem passado as mais diversas esferas da vida social. Tornou-se praticamente impossível, no campo da cotidianidade, vivenciar um espaço da vida que fique imune aos esforços de socialização e, conseqüentemente,

de educação proposta pelo capital. Ele precisa ocupar todos os espaços para garantir seus mecanismos de produção e reprodução (2008, p. 46-47).

Para analisar o caráter emancipatório da educação precisamos valorizar a formação do ser social na sua multiplicidade e nas práticas de desalienação, contra as práticas alienantes do capital na cotidianidade; para tanto, torna-se necessária a defesa da emancipação social na construção de seres omnilaterais, baseada na formação que abranja todas as dimensões do humano, sejam elas, objetivas ou subjetivas para seu desenvolvimento histórico, envolvendo assim, todos os aspectos e sentidos da vida humana.

Educar constitui um ato político que pode ser transformador ou alienante. A educação na perspectiva da consciência de classe indica necessariamente o papel material da vida, da produção da existência humana como centro das relações, assim o ser humano se realiza socialmente na mediação que se estabelece com a natureza, alterando o meio físico, social e cultural por meio do trabalho.

É nessa relação, na qual o ser humano está em constante interação, que podemos perceber a realidade social e as modificações realizadas em um processo que reúne aspectos da vida material e subjetiva dos sujeitos, possibilitando a inserção crítica da realidade, propondo uma educação que propicia análise radical dos processos formal e não formal de educação, formulando assim processos educativos formadores de consciência crítica. Nesse sentido, podemos destacar as elaborações de Paulo Freire, que defende uma educação que forma consciência crítica, transformadora da realidade, capaz de superar a dominação e construir um processo de transformação social. Em suas várias publicações analisa como a educação pode libertar ou dominar, dependendo da intencionalidade político-pedagógica.

Para compreender os aspectos político-pedagógicos da formação humana como elemento central da nossa análise, é preciso ter como eixo central a convivência social da participação dos trabalhadores, de forma individual e coletiva, exercendo assim a liberdade e o direito de pensar diferente. Essa prática educativa é um exercício constante de aprendizagem, de aprender a se colocar no processo

pedagógico, na ação propositiva, do saber falar e do saber fazer, construção e desconstrução de processos pedagógicos. Nesse caso, o processo de formação/conhecimento é fator essencial para possibilitar a participação efetiva dos trabalhadores em seus organismos representativos. Gruppi (1978, p. 83) afirma que, segundo o pensamento de Gramsci:

[...] as classes subalternas têm uma filosofia real que é a de sua ação, do seu comportamento. E elas têm também uma filosofia declarada, que vive na consciência, a qual está em contradição com a filosofia real. É preciso juntar esses dois elementos através de um processo de educação crítica pelo qual a filosofia real de cada um, sua política, se torne também filosofia consciente, a filosofia declarada revolucionária.

Diante do exposto, a prática político-pedagógica desenvolvida pelos trabalhadores está pautada de acordo com o seu projeto de classe e nos processos de disputa entre classes, os quais, por sua vez, são influenciados pelas determinações históricas. Analisando a sociedade brasileira, constatamos que a mesma é marcada pelas desigualdades sociais, concentração da terra, da renda, relações de poder, pelas políticas de dependência externa.

A presença de um grande contingente populacional vivendo no campo em condições de grande precariedade revela a persistência e gravidade da questão agrária na sociedade brasileira. A dimensão do problema fica caracterizada quando se leva em consideração que, no final da primeira década do segundo milênio, cerca de 30 milhões habitam a zona rural – mais do que a população da Venezuela – sendo que aproximadamente 55% – quase 17 milhões de pessoas - encontram-se em situação de pobreza – população superior à chilena. A persistência de homens pobres no campo está diretamente relacionada à forma de exploração da terra. O predomínio de grandes empresas agrícolas, que organizam sua atividade produtiva tendo como base o controle de vastas extensões de terra e a mobilização de grandes contingentes de mão de obra barata para produzir mercadorias em grande escala no regime de monocultura, cristaliza o latifúndio e a superexploração do trabalho como pilares fundamentais da vida econômica e social no campo (SAMPAIO, 2012, p. 1).

O sistema capitalista é incapaz de operar de outro modo que não seja por meio da imposição: quando necessário, utiliza os meios mais violentos para garantir seus interesses, recorre a instrumentos de exercício do poder mais agressivo como

as guerras, sempre com a mediação e recorrendo às estruturas do Estado capitalista. Nesse sentido, (MÉSZÁROS, 2006, p. 124) assinala que “somente sobre a base da igualdade substantiva é possível vislumbrar as necessárias formas não antagônicas de mediação entre seres humanos em todos os níveis, de modo historicamente sustentável”.

Portanto, nessa relação ocorre a apropriação da produção dos trabalhadores de forma alienada pelos capitalistas, representando a propriedade do capital. Desse modo, cada vez mais o capital se apresenta enquanto força social. Mézáros analisa que para os capitalistas:

[...] todos os métodos para aumentar a produtividade social do trabalho são produzidos às custas do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e exploração deles: eles transformam o trabalhador em um homem fragmentado, degradam-no ao nível de apêndice de uma máquina, destroem todo resto de interesse do seu trabalho e o transformam num sacrifício odiado; alienam-no do potencial intelectual do processo de trabalho, na mesma proporção em que a ciência é incorporada nele como um poder independente. (2006, p. 206).

Assim sendo, a alienação econômica se constitui como o elo central que articula as principais formas de alienação e desumanização. Mézáros (2006) reconhece que a chave da alienação está contida inicialmente no trabalho alienado. Essas questões nos remetem a analisar o processo de alienação também como domesticação, exploração, opressão, dominação dos trabalhadores, seja na cidade ou no campo, e a principal forma de enfrentamento pode ser o trabalho educativo em todos os aspectos da vida humana, na escola e fora dela.

Entendendo todas as formas de alienação como a perda da condição de ser sujeito na sociedade, de ser dono do seu destino, ela significa a perda das populações de sua condição humana, sendo reduzidas à desumanização, à subserviência, às diversas formas de exploração e diminuindo, assim, a capacidade dos seres humanos de serem sujeitos de sua própria história. O que ocorre nos processos da luta pela não desumanização é que os trabalhadores vão criando

possibilidades através das suas organizações de classe de serem sujeitos, de serem mais gente, mais humanos.

O fazer político-pedagógico experimentado pelos movimentos sociais produz uma cultura sociopolítica participativa, entendida como presença e proposição individual num espaço coletivo e também como proposição coletiva. Nesse movimento se coloca como possibilidade pensar o ato pedagógico como ato político que se propõe à construção de iniciativas emancipatórias. É nesse contexto que as famílias do acampamento Cipó Cortado se inscrevem, lutando pela terra e por sua emancipação humana, criando espaços de trabalho educativo, nos aspectos produtivo e político-social.

Em suma, a prática político-pedagógica exercida pelos movimentos sociais tem ainda de pensar a totalidade em perspectiva dos processos econômicos e sociais, refletidos nas relações humanas de produção que irão interferir na prática pedagógica. Mészáros, argumenta que:

Apenas a mais ampla concepção de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito. Em contraste, cair na tentação dos reparos institucionais formais – “passo a passo”, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais – significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica auto centrada do capital (2005, p. 48).

Ao analisar as ações de luta pela terra desenvolvida pelo MST, percebemos seu papel pedagógico no aprendizado dos trabalhadores e, por conseguinte, na sua formação política, na conscientização da luta por direitos. O pedagógico está vinculado aos processos de formação da consciência, entendendo que a formação humana é inseparável da existência, do trabalho, das lutas sociais pela terra, moradia, educação.

As lutas populares geram processos educativos que, no contexto da luta pela terra, se manifestam nas ações realizadas pelos sujeitos em movimento e pela garantia de seus direitos. No que se refere ao MST, no contexto atual da luta pela

terra no Brasil, o mesmo tem se forjado como sujeito político-pedagógico na medida em que desenvolve a luta pela desconcentração da terra por meio das ocupações, acampamentos e da organização dos assentamentos, construindo assim, novas relações políticas, econômicas, sociais, culturais e que, ao mesmo tempo, também são educativas.

Desta forma, a luta por reforma agrária representa para os trabalhadores sem-terra uma possibilidade de continuar no campo, ou fazer o retorno ao campo, uma alternativa de reprodução camponesa, de produção, de resistência na terra, de construir novas relações sociais com participação efetiva no seu processo histórico e de se realizar como sujeitos construtores de uma história. Assim se constitui a dimensão emancipatória da luta pela terra. “Numa sociedade desigual como a nossa e com tantas diferenças sociais, os pobres e oprimidos somente têm um caminho para resolver os seus problemas: se organizarem coletivamente e lutarem por seus direitos” (STEDILE, carta de 16 de março de 2001).

A ocupação do latifúndio representa a possibilidade dos sem-terra saírem dessa sua condição de sem-terra, de sem trabalho, para uma nova situação no processo produtivo. Esse indivíduo, através da organização social, vai agregar novos valores e direitos em sua prática cotidiana, o que poderá possibilitar um novo patamar de consciência coletiva. Contudo, para chegar a essa nova condição, passará por dois momentos determinantes: a ocupação da terra e o acampamento.

Nesse processo, a ocupação da terra contesta a ordem social, política, econômica e jurídica estabelecida, pois ao ocuparem a terra, os sem-terra constroem sua forma de organização, o seu próprio espaço político-pedagógico. Neste contexto, a ocupação se constitui em um processo coletivo, que é educativo na medida em que possibilita a organização no acampamento, sob uma nova forma de organização, onde o indivíduo não é mais somente um número, mas faz parte de uma coletividade.

Na luta pela terra, o acampamento se constitui em uma escola de vida. Retornar à terra, ocupar o latifúndio e enfrentar as dificuldades de infraestrutura do acampamento, da vida debaixo do barraco de palha ou lona, da escassez de alimentos, da falta de remédios, do sol castigante e da noite fria são experiências

vividas que permitem aos trabalhadores o aprendizado prático de como se organizar, participar, lutar e construir uma identidade social, uma consciência crítica e de classe.

Estas contradições são resultantes da lógica do sistema político-social, econômico e educacional que o modo de produção capitalista orienta em suas múltiplas faces e fases de desenvolvimento. A educação pode proporcionar uma formação do ser humano dentro de uma nova lógica, que promova a participação ativa dos sujeitos na luta por direitos, seja pela terra, educação, trabalho ou moradia, enfim, contribuir para a formação humana com perspectivas emancipatórias.

É no processo de luta que os camponeses identificam seu lugar de classe, e no movimento da luta percebem as contradições, o conflito antagônico das classes que disputam concepções de projetos de desenvolvimento para o campo. Nesse contexto há uma disputa pela hegemonia na implementação de projetos: de um lado o modelo do agronegócio disputando território, mercado, ideologia e do outro, a agricultura camponesa, resistindo a esse modelo de monocultivo/agroexportador e construindo alternativas agroecológicas e sustentáveis que neguem a sua destruição como camponês.

Nas circunstâncias em que ocorrem essas relações humanas, a apropriação de uma concepção diferente de sociedade é possível, pautada em novos valores, nova moral, outra concepção de sociedade que não seja a dominante; neste espaço de luta se dá o cotidiano dos camponeses, este é o lugar da luta de classes na disputa do território.

Em suma, na ação coletiva dos seus sujeitos sociais se dá o enfrentamento com a ideologia da classe dominante, pelo ato de intervir na construção da história do país, e principalmente pela reflexão de suas práticas cotidianas, repensando-as, criando novos espaços de vivências coletivas. Freire (1970, p. 51) entende que “até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões do seu estado de opressão aceitam fatalisticamente a sua opressão”.

Freire (1970) afirma que os oprimidos são submetidos a todas as formas de opressão e que a classe dominante mantém os trabalhadores controlados pela ideologia dominante que desvaloriza a vida, o saber popular, a cultura, a natureza, o

território camponês, as relações humanas. Para os capitalistas tudo é mercadoria e deve gerar lucros. Para os camponeses organizados no MST, o seu produto deve ser para a soberania alimentar, para alimentar o campo e a cidade com alimentos saudáveis e a preços que a população possa consumir. Contudo, isto se constitui numa contradição, pois quase sempre as comunidades não têm recursos e apoios governamentais para produzir e comercializar conforme seus princípios. Essa contradição gera um novo momento educativo expressado nas lutas sociais por terra, crédito, comercialização, e pela percepção de como se dá a distribuição dos recursos do Estado para a pequena agricultura e para o agronegócio.

3.3. A ocupação como elemento pedagógico da luta pela terra

Figura 9: Acampamento Cipó Cortado



Fonte: Arquivo da autora (2011).

Os conceitos de ocupação e acampamento são construções dos movimentos sociais e, em especial da experiência do MST, portanto, só podem ser compreendidos na perspectiva de uma nova territorialidade que vai determinar, no

cotidiano das relações sociais, novos processos de resistências explicitados nos conflitos, enfrentamentos com latifundiários, policiais e jagunços.

As ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma reforma agrária no Brasil. Para entender melhor suas principais características, é importante conhecer também o contexto histórico que contribuiu para a adoção dessa forma consagrada de reivindicar terra. De forma mais específica, daremos atenção ao fato de, no último quartel do século XX, as ocupações terem se transformado, por meio da ação de movimentos sociais, em um instrumento fundamental para a reivindicação da transformação, no país, da estrutura da propriedade rural em seus diversos aspectos (ROSA, 2012, p. 509).

Neste sentido, quando nos referimos à ocupação de terra, a sua base está fundada no direito constitucional dos camponeses terem acesso à terra, de acordo com o Estatuto da Terra de 1964. A lei n. 4.504, bem como os artigos 184 e 186 da Constituição Brasileira, assegura no seu artigo 2º, a garantia à propriedade da terra, condicionada por sua função social. Por outro lado, os movimentos sociais para efetivar esse direito, pressionam o Estado para a realização de uma reforma agrária popular, tendo com questão central a participação efetiva dos sujeitos do campo.

A ocupação de terra é um dos principais instrumentos para a redistribuição da terra no Brasil. A luta pela terra se transformou em uma luta política contra o modelo econômico vigente e a ocupação ganha uma dimensão de ocupação do espaço social e político que foi historicamente negado aos camponeses e trabalhadores rurais sem-terra.

A ocupação de terra não é uma forma de luta criada pelo MST. Ela é tão antiga quanto a existência de camponeses sem terra na história. Em todas as épocas e em diversos lugares, ela foi escolhida como símbolo da rebelião e de luta, e o jeito como ela é feita, certamente é característico e constitui uma parte rica da história de cada grupo que dela fez uso (CALDART, 2001, p. 81).

O MST tem na ocupação de terra sua principal ação de enfrentamento à questão fundiária no país. É necessário, então, que ela seja compreendida e

analisada enquanto espaço de práticas educativas, que possibilita a vivência de novas sociabilidades, que busca a construção de sujeitos que se percebam como históricos, portanto, com autonomia crítica, constituindo, assim, o processo de se fazer sujeito histórico, político e social que busca sua emancipação humana. Tal dimensão pode ser percebida a partir dos movimentos sociais, considerando que:

Os movimentos sociais populares estão presentes enquanto sujeitos políticos coletivos bem concretos no que vemos e interpretamos como educação contemporânea, principalmente aqueles que são protagonizados pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra, cuja diversidade de manifestações e organizações pode ser sintetizada na unidade do movimento camponês de luta pela terra e pela educação (RIBEIRO, 2010, p. 24).

Compreendemos que as lutas no campo não são somente pela terra e pela legitimação de suas posses; além de lutar pela terra, alguns movimentos, como o MST, buscam também a garantia de direitos negados às populações que vivem no campo, como: educação, crédito, moradia, saúde, enfim, garantia do acesso às políticas públicas para o campo e no campo. Não podemos afirmar que há um desenvolvimento no campo brasileiro se não levarmos em consideração esses aspectos fundamentais, como argumenta Sauer:

A redistribuição da propriedade da terra possibilita a interiorização do desenvolvimento porque, repovoando o campo, cria demandas e necessidades de investimentos com infraestrutura básica (estrada, redes de energia elétrica, saneamento básico, serviços de saúde) que resultam na melhoria das condições de vida de toda a população (1998, p. 80).

Na ocupação ocorre a cisão não só entre latifúndio e acampamento, entre passado e futuro, no sentido estrito do tempo, mas também há um rompimento do limite entre o não reconhecimento do direito do sem-terra de ter a terra e a consciência e permissão que este dá a si mesmo de lutar por este direito, rompendo as cercas do latifúndio. Nesta perspectiva, Martins analisa que:

É nesse sentido que a cerca não fecha, abre: abre a consciência para o direito lesado, abre a luta pelos direitos, abre a luta contra o direito edificado sobre a injustiça. E mostra não só a injustiça do cercamento, da usurpação, da má distribuição da riqueza construída sobre a fome do pobre; mas também a injustiça da justiça, das instituições do Estado, das leis (1988, p. 11).

O autor apresenta as contradições das relações estabelecidas entre latifundiários e famílias sem-terra. Afinal, quando o latifundiário adquire a terra ilegalmente, através de mecanismos de expropriação, como a grilagem, a usurpação e a violência contra as famílias camponesas, gera conflitos pela posse e pelo uso da terra e, dessa forma, os sem-terra, desprovidos de direitos, reinventam na luta sua própria vida, nas condições que lhes são possíveis, buscando a superação do conflito por meio da efetivação do seu direito, agora por eles mesmos reconhecidos. Então, determinados, conscientes, realizam a ocupação, demarcando-a com a instalação do acampamento. Nesse sentido,

Acampar é determinar um lugar, é um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem terra tomam a decisão de ocupar estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadão. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver os acampados dependem da sua organização do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária (FERNANDES, 1996, p. 55).

Levando em consideração as condições objetivas de um acampamento, as quais podem ser caracterizadas como de tensão, de pressão e de medo, assim como de dúvidas, de angústias e de inseguranças, pode-se imaginá-lo, num primeiro momento, como um espaço confuso, indefinido, de relações extremadas, no sentido de cada um buscar por si a solução de seus problemas. Entretanto, essa experiência no acampamento está cheia de possibilidades de construção de relações sociais de cunho pedagógico e emancipatório, embora não se possa negar que as contradições dos valores da sociedade capitalista permanecem, constituindo um polo de tensão permanente.

A experiência histórica brasileira revela uma nação de base escravocrata, conservadora, patrimonialista, de pensamento colonialista, subserviente ao comando

político dos centros econômicos avançados. Considerando então, que a base social e econômica brasileira tem suas raízes no comando da elite ruralista, a reforma agrária¹³ só entra em pauta na política nacional na segunda metade do século XX. Fato este que ocorre pela pressão dos movimentos camponeses, cujas maiores expressões na época foram Trombas e Formoso¹⁴ e Ligas Camponesas, mas foi somente na década de 1960 que a reforma agrária tomou uma dimensão nacional, pautada na radicalidade da palavra de ordem “Reforma agrária na lei ou na marra!”.

Para compreender como o MST se inscreve na luta pela reforma agrária no Brasil é necessário inscrevê-lo nas contradições da história deste país. Em tempos recentes, no período histórico de 1960 a 1980, com o modelo de desenvolvimento do capitalismo instalado pelo regime militar, do monocultivo, da mecanização, tendo a revolução verde como sinônimo de desenvolvimento para o campo, ocorre a intensificação da expulsão e expropriação dos camponeses de suas terras, restando para esses trabalhadores se tornarem assalariados rurais, migrarem para as cidades ou resistirem e lutarem por suas terras. Nesse sentido é que nascem a resistência e a formação da categoria sem-terra.

A forma de apropriação privada da terra, ao longo de nossa história, determina o alto grau de concentração da terra no país, fato explicado pelo modo capitalista de desenvolvimento desigual e combinado, processo este imposto pelos países colonizadores desde as formas de organização da sociedade mercantil escravista até os dias de hoje, sem, no entanto, resolver a questão agrária, que se perpetua na história, como bem explica Sampaio:

O Brasil desperdiçou todas as oportunidades históricas de encaminhar uma solução construtiva para questão agrária. No momento da independência, a liderança da aristocracia agrária acarretou na revitalização dos dois pilares fundamentais da economia colonial: o monopólio da terra pelos grandes latifundiários e a continuidade do trabalho escravo. Na abolição, as classes dominantes tiveram a preocupação explícita de preservar a assimetria da sociedade colonial, evitando, com a Lei de Terras de 1850, que os recém-libertos e que os imigrantes pobres tivessem livre acesso à propriedade da

¹³ Na Constituinte de 1945, o então deputado federal Carlos Prestes propõe que seja incorporado como lei o direito à reforma agrária, contudo isso não foi aprovado.

¹⁴ Movimento de luta pela terra no estado de Goiás na década de 1950.

terra. Por fim, na fase decisiva de consolidação do poder burguês, a mobilização social a favor da reforma agrária – uma das principais bandeiras das reformas de base dos anos sessenta – foi abortada violentamente pelo golpe militar de 1964. A vitória definitiva da ala pragmática da burguesia brasileira sepultou de uma vez por todas a possibilidade de uma solução positiva para o problema da terra nos marcos do regime burguês (SAMPAIO, 2012, p. 15).

A violência, a exploração e a opressão, em suas formas mais brutais e reacionárias do período colonial praticadas pelos senhores de engenho, fazendeiros, são, hoje, praticadas pelo agronegócio. Essa herança impõe um modelo destrutivo da natureza e da vida organizado pelo capital. Por isso mesmo, o MST, em sua gênese, já se colocava com um projeto de reforma agrária não compatível com o sistema capitalista. Neste sentido, sugere que para construir um modelo de desenvolvimento mais equitativo e justo no campo é necessária a reação dos trabalhadores rurais e camponeses contra o processo de exploração e segregação.

No ano 1964, com a perspectiva de alterar a estrutura fundiária, é criado o Estatuto da Terra visando, ao mesmo tempo, acomodar as lutas radicais do período e a preparação do que iria ocorrer com a implantação do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, pois, paralelamente a esta lei, vai ocorrer o processo de modernização do campo que reforça a grande propriedade, o monocultivo, a intensiva mecanização, o assalariamento rural e o uso abusivo de agrotóxicos. Assim, estavam preparadas as condições para a modernização do campo sem os camponeses.

Desta forma, a natureza dos conflitos se revela na medida em que vai ocorrendo o processo de territorialização do capital, de desterritorialização das comunidades e de reterritorialização dos camponeses e trabalhadores rurais. Esse processo determina o grau e a intensidade dos conflitos por território, entendido aqui, como produto das relações sociais e de classes.

Entretanto, o cenário que se estabelece no campo por parte das classes hegemônicas é de intolerância e ambição, o que resulta em violência contra todos os grupos que se manifestem contrários aos interesses da expansão do capital. Assim, índios, camponeses, quilombolas e todas as populações do campo, além da perda de seus territórios, tiveram parte de sua população e cultura exterminadas para

imposição e consolidação de uma “sociedade civilizada”. Em grande medida, essas populações foram usadas e manipuladas conforme os interesses econômicos das elites do poder, tudo em nome do progresso e do desenvolvimento. Assim, a expansão da fronteira agropecuária no Brasil tinha o objetivo de levar a modernização para o campo brasileiro com a mediação do capital. O discurso utilizado era o da igualdade e de uma vida melhor para todos. Contudo, a realidade para esses grupos é a situação de exclusão e o sacrifício em nome do progresso, do desenvolvimento e da civilização.

Para compreender a conflitualidade dos processos de consolidação do Brasil camponês, torna-se pertinente a compreensão do passado e do presente, não como uma sucessão de fatos, mas como um movimento que é construído socialmente. Os escravos libertos e camponeses pobres sempre estiveram no limiar de uma fronteira que se expressava a cada momento histórico nos conflitos pela posse da terra. Cada conflito encontrava-se mediado pelas contingências desse modelo de desenvolvimento que vai estar presente em toda a história da luta pela posse da terra brasileira.

Em síntese, a dinâmica territorial é constituída historicamente por forças econômicas, políticas e culturais, pela exclusão de pessoas, pela concentração de terra e de riqueza, enfim, pela dominação social, que produz um movimento de luta e resistência.

Percebemos desta forma que as causas da desterritorialização camponesa têm base na política do capital internacional, mas as lutas de resistência se dão no território local. Desta forma, pretendemos compreender a dinâmica de territorialização e desterritorialização no cotidiano da comunidade, em seu processo de luta no ato da ocupação da terra e constituição do acampamento. Ressaltamos que esse processo é determinado pelo padrão de acumulação estabelecido pelo capitalismo brasileiro, como afirma Sampaio:

Ao revitalizar o agronegócio como força motriz do padrão de acumulação, o ajuste do campo aos imperativos da ordem global reforçou o papel estratégico do latifúndio como base material do capitalismo brasileiro. A aposta na competitividade espúria, baseada na exploração predatória das

vantagens comparativas naturais do território, como forma de conquista de mercados externos supõe a intensificação da agricultura itinerante e, em consequência, a abertura de novas frentes de expansão para o latifúndio. A liberalização do comércio externo sem nenhum cuidado com a preservação da autonomia alimentar do país expõe os agricultores familiares à concorrência desigual de produtos importados, comprometendo a sobrevivência de pequenos e médios produtores. Por fim, a modernização indiscriminada, sob os auspícios das grandes multinacionais que controlam os pacotes tecnológicos e biotecnológicos da exploração do campo pelo capital, implica na eliminação de grandes quantidades de emprego no campo (SAMPAIO, 2012, p. 22).

A luta pela democratização do acesso à terra permeia a história do país. São reconhecidas as lutas dos Quilombos, a Guerra de Canudos, do Contestado, de Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas, a Sabinada, a Balaiada, assim como a Cabanagem e, na atualidade, do MST que tem se constituído como uma das expressões mais criativas da luta pela terra no Brasil, depois da segunda metade do século XX.

No diálogo com a teoria pedagógica e social, trata-se de tomar posição diante do embate de tradições distintas de pensar e fazer a formação humana. A pedagogia do Movimento recupera, reafirma e, ao mesmo tempo, continua, desde uma realidade específica, com seus sujeitos particulares e em um tempo histórico determinado, a construção teórico-prática de uma concepção de educação de base material, histórico-dialética. É herdeira da filosofia da práxis como concepção que radicaliza a ideia de ser humano (ser social e histórico) como produto de si mesmo; ao mesmo tempo produto e sujeito da história, formado pela sociedade, construtor da sociedade – sujeito de práxis (CALDART, 2012, p. 551).

Desse modo, as relações capitalistas hegemônicas reproduzem continuamente uma visão de mundo unitária, a qual lhe corresponde, buscando inviabilizar outro projeto que vise a reprodução da vida em outra perspectiva que não seja a do individualismo, da propriedade e do lucro. Portanto, para os movimentos sociais há uma necessidade de construção de um projeto que tenha a centralidade na vida, na participação política, na cultura, na educação, no projeto coletivo, na análise da realidade, formando sujeitos capazes de transformar essa realidade.

A materialidade da atuação dos movimentos sociais com projeto histórico parece fundamental para reproduzir a práxis de formação humana que realizam ou podem realizar pelo que objetivamente são. À medida que desencadeiam este movimento pedagógico capaz de interrogar o conjunto da sociedade sobre seu destino, têm o grande compromisso de consolidar este movimento dentro de sua própria dinâmica. E isto não é algo dado, mas sim construído, posto que seus integrantes também estejam expostos às investidas cada vez mais refinadas da pedagogia do capital (CALDART, 2012, p. 552).

Assumindo o compromisso pedagógico na luta da classe trabalhadora, o MST na sua práxis transformadora se contrapõe às estratégias de coerção e consenso implementadas pela classe dominante que objetiva a conformação intelectual e moral ao padrão de vida que corresponda aos interesses econômicos do capital. Entretanto, como forma de enfrentamento a essa política, o MST resiste e faz a crítica ao modelo agrário concentrador da terra.

Desse modo, os trabalhadores do acampamento Cipó Cortado realizam um enfrentamento ao projeto de apropriação da terra pelo capital e resistem na perspectiva da construção de outras possibilidades que não sejam a expulsão e o assalariamento, como relata um dos acampados:

Nós não quer viver sem a terra, nós não quer viver nas fazendas. Nós também não quer ir pra cidade. Nós queremos a terra e condições de produzir e viver bem com a família. Não podemos ficar acomodados, vamos lutar. Estão querendo vender esse mundão de terras aqui para as empresas de eucalipto. Nós não come isso não. Já pensou isso tudo aqui cheio de eucalipto. Não quero nem pensar. Tem um monte de assentamento que de todo lado é só eucalipto (ENTREVISTADO AB, fevereiro, 2013).

Nesse sentido, as contradições geradas pela ação do projeto capitalista de apropriação de mais terra e o enfrentamento realizado pelos camponeses aos grileiros da região tocantina, no Maranhão, provocou espaços de lutas e aprendizados, constituindo-se como um processo pedagógico. Esse processo educativo movido pela luta e resistência dos camponeses, em sua maioria, migrantes nordestinos, fugindo da seca em busca de terra livre para garantir sua sobrevivência, propiciou a organização coletiva. Nesta correlação de forças, os camponeses enfrentaram a repressão, prisões, torturas, ameaças, pois “o grileiro

passou a contar mais com a proteção do Estado e o camponês com a sua repressão” (RAPOSO, 1999, p. 31).

Portanto, a demarcação do caráter educativo da ocupação deve ocorrer em vários momentos e sob vários aspectos. Assim, no período anterior à ocupação pelas famílias da fazenda Cipó Cortado, hoje acampadas na área, ocorreu um longo e intenso processo político-pedagógico, evidenciado inicialmente pela preparação dessas famílias para a ocupação. Fernandes (2000, p. 290) argumenta que “a experiência da ocupação no processo de territorialização é um aprendizado”, pois esta fase caracteriza-se por um movimento de articulação, organização, estudo, debate e mobilização no qual as famílias envolvidas vivenciam experiências que lhes possibilitam de forma efetiva o repensar de sua própria história, construindo novas ideias, novos pensamentos e criando novas perspectivas com o “sonhar novos sonhos”. Constitui importante momento de rompimento de concepções que ideologicamente lhes foram enraizadas pela ideologia dominante.

A vida no acampamento é muito importante, a gente passa a sonhar aqui, antes nas fazendas onde nós trabalhava não tinha como ter o sonho de ter a terra, de ter uma casa só nossa, quando nós está na terra alheia nada é da gente. Quando eu vim pro acampamento e enfrentar todas essas dificuldades, nós sabia que um dia as coisas ia melhorar. Nós começa no acampamento a imaginar, a sonhar e conhecer a força da gente quando nós fica junto. Eu sonho com uma vida melhor aqui, pra mim pros meus companheiros, pra minha família (ENTREVISTADO EB, fevereiro, 2013).

Outro momento que caracteriza a ocupação e que resulta no rompimento das famílias sem-terra, expropriadas historicamente de suas condições de trabalho com as amarras do latifúndio, é o ato da ocupação da terra em si. Esta, considerada para Fernandes como:

Uma realidade determinadora é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem terra, a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é constituída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (2001, p. 19).

Figura 10: Trabalhadores pela reforma agrária



Fonte: Acervo da autora

Desta forma, o processo educativo encontra-se no bojo da construção de uma nova sociabilidade entre homens e mulheres, o que possibilita a construção de novos valores humanos e uma vida sustentável e com equidade social. Portanto, o educativo na vida concreta dos sujeitos pertencentes aos movimentos sociais está ligado a ações concretas da vida cotidiana. “São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontram quanto as que produziram pela sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2009, p. 25).

A perspectiva do processo educativo discutida desde a prática social dos movimentos sociais pode ser compreendida quando se afirma que o sentido desses movimentos é para a emancipação humana, entendido como a busca de um novo padrão de vida que seja a expressão da conquista dos direitos sociais básicos que garanta a sua sobrevivência. Esse processo se dá na ruptura de modos de vida estruturados na sociedade capitalista. A luta de classes possibilita a consciência desses indivíduos em se juntarem a outros pares para garantir suas necessidades básicas. Porém, é importante considerar que muitos são os desafios de tal processo e neste sentido,

O desafio será acompanhar o cotidiano desses indivíduos a partir dos seus espaços de produção e de reprodução e analisar os saltos qualitativamente ontológicos que estejam efetivamente dando no sentido de construir relações substantivas novas, relações que contribuam para a formação de sujeitos históricos conscientes e no comando efetivo de suas ações (PINASSI, 2009, p. 5).

Para se realizar nesse sentido, o acampamento precisa constituir-se num espaço de práticas que expressem seu processo emancipatório. São práticas pedagógicas porque permitem aos sujeitos educarem-se mutuamente, através de vários aspectos do cotidiano. Constroem relações de solidariedade, de igualdade, de estudo, de criticidade e de proposição. Além de exercitar a organização da produção cooperada e do espaço físico, feita, por exemplo, através da limpeza e embelezamento do acampamento, também, podem ser consideradas como práticas pedagógicas importantes a socialização do conhecimento e das informações e a participação política, através das instâncias deliberativas ali constituídas.

Figura 11: Reunião de trabalhadores sem-terra



Fonte: acervo de Vanusa Babaçu.

Essa participação efetiva dos sem-terra no seu processo político organizativo os coloca na condição de sujeitos políticos, forjados na luta social a partir do conflito agrário, visando a conquista da terra e potencializando sua ação política em um processo educativo. Essa ruptura ocorre no ato de ocupar a terra, que acontece de forma incisiva na consciência dos indivíduos. Esse momento irá incidir nas novas formas organizativas do trabalho e da vida social, demonstrando uma capacidade extraordinária de construir uma positividade de uma alternativa societária. O MST em suas experiências realiza uma práxis radical que é potencialmente transformadora da realidade de indivíduos que se transformam em sujeitos com participação substantiva.

A organização dos camponeses do acampamento Cipó Cortado tem superado o estágio das negociações realizadas pelas suas lideranças. Os camponeses querem participar das decisões, dos debates, das negociações, em todos os momentos de audiências, de tomada de decisões; participam de forma ativa na perspectiva de entender e intervir no destino da luta e da vida do acampamento. Esse comportamento reflete na organização interna da comunidade.

Aqui nós participa das decisões, nos grupos de famílias, nas equipes de trabalho, no setor que nós têm aqui. Aqui nós decide nosso rumo, o que nós vamos fazer. Quando nós vamos pro Incra ocupar, para participar das audiência, nós participa firme pra eles não enrola e nós não vamos sozinho, nós vai sempre em grupo, muita gente. Muita gente nós fica forte. Quando chega um representante do governo aqui, da prefeitura, do Incra, do Terra Legal, as vezes eles querem passar um ponto do jeito deles nós não deixa não. Nós age logo. Começamos a chamar todo mundo para a assembleia, que é o lugar das reuniões e é lá que nós decidi tudo. Nós da coordenação não podemos decidir por todo mundo não. É o povo que tem que decidir por ele mesmo. Nós da coordenação somos só mesmo um a mais, mais um na luta. A decisão é do povo, dos acampados. (ENTREVISTADO AC, fevereiro, 2013).

Esse jeito de nós se organizar é muito importante pra nós, todos se ajudam, nós discute as coisas todas no grupo, quando vamos participar das atividades em Imperatriz. Eu gosto de participar, de ouvir tudo para entender o que tá acontecendo, desde o instante que nós entremos aqui, nós discute nossos direitos e como nós vamos ficar forte e firme aqui na luta. (ENTREVISTADO TE, fevereiro, 2013).

É por intermédio da ocupação da terra que os camponeses discutem o direito à terra. O discurso do direito passa a ter uma dimensão essencial na vida dos sem-terra, o direito à terra, ao trabalho, à moradia, à saúde, à educação que historicamente e juridicamente foram negados aos camponeses.

Figura 12: Sala de aula no acampamento



Fonte: Acervo da autora.

“O acampamento é lugar de mobilização constante, espaço de luta e resistência, também espaço interativo e comunicativo” (FERNANDES, 2012). A ocupação da terra questiona a estrutura fundiária como resultante da disputa entre latifúndio e camponeses pela posse da terra, e o acampamento Cipó Cortado está inserido nesse contexto de luta, articulado no MST. Este se impõe diante dos anseios monopolistas do latifúndio, em um processo desigual da distribuição da terra e contesta a ordem político-social estabelecida no campo. A ocupação do latifúndio se constitui como processo coletivo educativo, possibilitando a formação de consciência crítico-organizativa através da convivência social, da sociabilidade, das ações coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de luta pela terra nasce de um processo de expropriação e exclusão dos trabalhadores, resultado da desigualdade gerada pelo capitalismo. Portanto, a luta pela terra é também uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração dos trabalhadores do campo. Nesta perspectiva, reafirmamos os eixos orientadores desta pesquisa.

Entendemos que as aprendizagens que foram sendo assimiladas no fazer/refletir da pesquisa são sempre na perspectiva do inacabamento de qualquer ato que tenha o propósito de ser transformador. Desse modo, chega-se ao fim de um recomeço, pois o movimento da luta é constante e se constrói ao se mover, no fazer da luta pela terra.

Reafirmamos na pesquisa que o ato de ocupar a terra promove aprendizagens individuais e coletivas quando as pessoas vão assimilando, no processo da luta que se segue, as possibilidades de serem sujeitos de sua história e de que as práticas educativas desenvolvidas pelo MST interfiram significativamente na formação política dos camponeses. A partir das experiências vividas nas ocupações e na luta sociopolítica refletem sobre suas práticas na perspectiva de que podem intervir na realidade e transformá-la.

Ficou comprovado com o estudo, que o momento da ocupação da terra se constitui em rompimento com o medo, e é também o momento em que os camponeses protagonizam a luta, se reconstruindo enquanto sujeitos históricos. É no enfrentamento com a polícia e com os pistoleiros que se rompe com conceitos anteriormente estabelecidos e formulam novas concepções de ocupação do espaço. “Eu perdi o medo e voltei a acreditar que é na luta e com organização que a gente consegue a terra para nós trabalhar e viver bem; só desse jeito que nós garante a nossa vitória” (ENTREVISTADA MO, fevereiro, 2013).

Este novo jeito de organizar o espaço refaz as formas de organização do trabalho, restabelecendo novos laços de defesa coletiva, solidariedade, formação política, socialização das experiências e essencialmente a formulação de novos valores. Estes princípios possibilitam um processo de aprendizagem com base na

experiência histórica da formação camponesa e da construção de um espaço político-social de autonomia e emancipação humanas.

A partir desse processo, constata-se que o MST tem sido um aglutinador de um novo jeito de organizar a vida no campo, buscando a autonomia, e no fazer das lutas pela democratização do acesso a terra, se constitui no principal movimento de luta pela reforma agrária. Estas lutas se expressam nas ações de enfrentamento ao latifúndio, na resistência a todas as formas de expropriação dos trabalhadores pelo capital.

Assim, a reação dos camponeses a todo esse processo explorador expressa-se na sua trajetória histórica de oprimido e nela ele descobre que pode se libertar da opressão. Isso se evidencia nas ocupações de terra, dos órgãos de Estado e principalmente quando contesta as políticas agrárias e agrícolas impostas pelos governos.

A luta pela reforma agrária é justa e histórica, pois a concentração da terra no Brasil é um dos pilares das desigualdades sociais, da fome e da violência no campo, e tem sua origem na formação do latifúndio e na lógica colonizadora. Desse modo, a luta pela terra, que ultrapassa cinco séculos, não é uma luta só pela terra, é também uma luta por transformações políticas e estruturais.

Constatamos que as políticas governamentais no Maranhão em relação à questão agrária expõem as determinações da oligarquia dominante para manter as formas desiguais de distribuição da terra, sustentando, assim, o modelo vigente concentrador da terra. Essa questão é evidenciada na não realização da reforma agrária.

A pesquisa revelou, ainda, que na disputa pela terra, fica bem claro que existem dois lados disputando o território: de um lado os latifundiários, os grileiros, a UDR, os donos de cartórios, o judiciário, a mídia, e do outro lado, os sem-terra, os quilombolas, os ribeirinhos, os extrativistas, as quebradeiras de coco, os povos indígenas, constituindo assim uma questão de luta de classes e indicando que os interesses dos latifundiários e suas instituições são contraditórios e antagônicos aos interesses dos camponeses e povos do campo.

Destacamos que a participação política dos camponeses para a construção do seu projeto transformador no campo passa, sobretudo, pelos mecanismos que realizam o enfrentamento ao modelo agrário vigente no país. Essa questão está colocada pela luta desenvolvida pelas organizações dos camponeses para acabar com o monopólio da terra e as transformações operadas pela modernidade capitalista no campo, que expulsa o campesinato do seu território, do seu lugar de recriação humana, transformando-os em assalariados rurais e sem-terras.

Neste sentido, a luta pela terra tornou-se uma luta política, contra o modelo econômico, tomando dimensões mais amplas do que a luta pela posse da terra e se passa por um processo de desobediência civil, subvertendo a “ordem” estabelecida pelos interesses capitalistas. Portanto, o MST propõe uma luta de construção coletiva, formando uma nova consciência de classe, que ultrapasse as fronteiras do individualismo e construa espaços de formulação de novos projetos de vida, em territórios de esperança, em luta para a emancipação humana.

No processo de pesquisa confirmamos que a luta realizada pelos camponeses no acampamento Cipó Cortado tem buscado instrumentalizar o processo contínuo de formação no fazer da luta e no refletir sobre ela, fazendo rupturas com o latifúndio e com as políticas do Estado que submetem os camponeses a condições de exploração e exclusão. Assim, os trabalhadores resistem às medidas repressivas do Estado na tentativa de fortalecer a organização interna dos acampamentos, construindo comunidades de resistência, resistindo à política do governo aliado aos interesses latifundistas de destruição dos acampamentos, especificamente os ligados ao MST.

Os sem-terra lutam e protestam contra a ordem social e política colocada pelo governo em conivência com o latifúndio. No entanto, para olhar a prática educativa da ocupação faz-se necessário olhar o MST como sujeito pedagógico, como processo contínuo na formação dos camponeses. O desafio é o de tornar cada espaço, cada instância, cada ação experiência pedagógica de crescimento e aprendizagem coletiva.

O ato pedagógico de ocupar a terra é uma asseveração dialética que o MST construiu e constrói cotidianamente, através da ação transformadora de sua

militância e de todos os camponeses que decidem romper com a lógica dominante de submissão dos trabalhadores e formular um novo conteúdo que represente a construção de um novo projeto de vida, com autonomia e dignidade.

Assim, reafirmamos que o ato de ocupar a terra se constitui num ato político-pedagógico dos camponeses na luta pela conquista da terra, e, com a pesquisa realizada, podemos afirmar que essa ação representa para o camponês e para o movimento:

- a) o momento de rompimento com uma trajetória de subordinação ao latifúndio e a contestação da concentração da terra e de uma vida de subserviência e exploração do trabalho, rompendo com a cerca de arame farpado que o separa da sua terra de recriação da vida;
- b) a construção de novos conceitos referentes à organização do trabalho, educação, saúde e do reaprender a construir a vida no campo, se constituindo enquanto sujeito;
- c) um processo de aprendizagem da experiência histórica da luta camponesa e do MST, formando novas lideranças para a organização política dos trabalhadores no acampamento;
- d) a ocupação do espaço social, geográfico, político, econômico denegando a expropriação da terra camponesa. É a reterritorização do campesinato contrapondo a territorialização do capital;
- e) um processo de conquista da participação coletiva, da libertação da terra e do trabalho e da subjetividade camponesa, e de inserção nas instâncias de decisão do MST e na organização interna do acampamento;
- f) o ato revolucionário, movido pelas ações de enfrentamento à violência provocada pela concentração da terra, ações que interferem significativamente na formação político-ideológica, possibilitando a reflexão de suas práticas e a intervenção na realidade numa perspectiva transformadora e de classe.

A educação do campo se constitui num instrumento fundamental para a formação dos camponeses, para a apropriação teórico-científica, construindo

conhecimento e possibilitando, assim, a transformação da realidade. No entanto, essa formação deve estar vinculada ao projeto político dos sujeitos em luta, suas experiências e não somente na dimensão acadêmica sem reflexão da prática.

Percebemos a partir das ações de luta pela terra desenvolvidas pelo MST, o papel político-pedagógico no aprendizado dos trabalhadores e, por conseguinte, na sua formação política, na conscientização da luta por direitos. O caráter pedagógico está vinculado aos processos de formação da consciência, pois a formação humana é inseparável da existência, do trabalho, das lutas sociais pela terra, moradia, educação.

Entretanto, só a experiência de luta é insuficiente para a formação da consciência de classe, se faz necessária a articulação com os aspectos teórico-científicos, tendo como questão central o projeto político enquanto classe. No processo de formação é fundamental que os camponeses compreendam o projeto ideológico, o qual estão construindo, e saibam distinguir essa oposição de classe.

A experiência de luta é primordial na formação política, mas ela por si só não forma consciência de classe, pois, para desenvolvê-la, é preciso acrescentar a produção do conhecimento, a elaboração teórica e a luta de enfrentamento para ruptura das estruturas e das relações de dominação.

O estágio da luta corporativa para garantia de interesses econômicos, no intuito de conquistas imediatas, a exemplo da terra e melhores condições de vida no campo, caso não estejam articuladas ao projeto de luta por mudanças estruturais, formam a consciência de classe até um certo limite, não atingindo sua plenitude.

É inevitável compreender que a dimensão político-pedagógica da luta pela terra extrapola a dimensão deste trabalho. Este é apenas um olhar possível para interpretar as aprendizagens no ato de ocupar o latifúndio. Buscamos compreender o processo de ocupação da terra e interpretá-la como um lugar promotor de práticas educativas e de formação humana, resgatando o sentido do fazer-se sujeito de um processo histórico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ASSELIM, Vitor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.

AZAR, Zaira Sabry. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão**. Tese de doutorado. UFMA, 2013.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**. Texto produzido para a 23ª Reunião Anual da Anped. Porto Alegre, 2000.

_____. **Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia**, texto publicado na *Revista Currículo Sem Fronteira*, v. 3, n.1, p. 50-59, jan./jun. 2003.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais que escola**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo: Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2010.

_____. **Conflitos no campo: Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2011.

_____. **Conflitos no campo: Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2012.

_____. **Conflitos no campo: Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2013.

DURÃO, Jorge Eduardo S. **Amazônia em disputa: Projeto do capital X projeto popular**. Projetos em disputas na Amazônia. *Cartilha*, 1ª ed., janeiro de 2009.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e questão na contemporaneidade: inserção e prática dos assistentes sociais no MST e na Fetaema no Maranhão**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – PPGPP. São Luis: UFMA, 2010.

MST. Documento do Setor de Formação. **Cartilha n. 5 da Educação do Campo**, 2006.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz: Ed. Ética, 2000.

FERNANDES, M. Bernardo. **Questão Agrária: conflitualidades e desenvolvimento territorial**. Unesp. Disponível em: <www.fct.unesp/nera/2005>.

_____. **Entrando nos territórios dos Territórios**. Unesp. Disponível em: <www.fct.unesp/nera/2008>.

_____. **MST Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Direitos Humanos no Brasil 2006: Relatório da Rede Social de direitos humanos - A escravidão por dívida: novidades e persistências**, p. 61-77, 2006.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 37ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Educação como prática da liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONCALVES, Sebastião Rodrigues. Educação e lutas de classes. *In*: ORSO, José Paulino; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. (org.). **Classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: História social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 2001

IMESC. **Anuário Estatístico do Maranhão 2010**. V. 1. São Luis, 2010.

_____. **Anuário Estatístico do Maranhão 2009**. V. 1. São Luis, 2009.

_____. **Anuário Estatístico do Maranhão 2009**. V. 1. São Luis, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LEITE, Sérgio Pereira e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In*: CALDART, Roseli Salete. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LORIS, Antônio. **Amazônia em disputa: Projeto do capital X Projeto popular. Amazônia água e vida. Cartilha**. 1ª ed., janeiro de 2009.

MESQUITA, B. A. **Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/2000**. Tese de doutorado. Co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris 3 /UFMA. São Luis, 2006.

MESQUITA, B. A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luis: Edufma, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no Mundo e no Brasil. Um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi, Fabrini, João Edmilson (org.). **Campesinato e território em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. O trabalho alienado. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **A ideologia alemã**, 1º capítulo: seguido das teses de Feuerbach/Karl Marx, Friedrich Engels: [tradução Silvio Donizete Chagas]. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Ed. Estampa, 1971.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. *In*: CALDART, Roseli Salete. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Aurora Amélia. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no Estado do Maranhão: o caso do MST**. Dissertação de Mestrado. São Luis: UFMA, 2003.

NOVOA, Luis Fernando. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. O Brasil e seu “desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**, 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Graciele Fabricio. **Vozes que rondam: com a palavra as mulheres sem terra**. Dissertação de Mestrado. Ijuí: Unijui, 1999.

PANINI, Carmela. **A reforma agrária dentro e fora da lei**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

PINASSI, Maria Orlanda. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. **33º. Encontro Anual da Anpocs**. GT 24 - Marxismo e Ciências Sociais, 2009.

PEDROSA, Luis Antonio Camara. **A questão agrária do Maranhão**. Disponível em: <http://www.aldoasevedo.adv.br/docs/Luis_ACPedrosa.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2008.

PPDR - Plano Popular de Desenvolvimento Regional do Estado do Maranhão/ José Oliveira Filho (Coord.), Tetsuo Tsuji. São Luís: Seplan/Imesc, 2008. (Estudos de Regionalização, n. 7).

RAPOSO, Conceição. **A dimensão pedagógica dos movimentos sociais no campo**. São Luis: Ed. UFMA, 1999.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terras. *In*: CALDART, Roseli Salete. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O projeto grande Carajás e seus reflexos a cultura extrativista no Maranhão**. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG. Faculdade de História. 237p. 2009.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria marxista da educação**. V. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

STEDILLE, Joao Pedro. **Carta ao povo brasileiro**, 16 de Março de 2001.

SILVA, Lindomar. **Direitos Humanos no Brasil 2006**: Relatório da Rede Social de Direitos Humanos - Dilemas amazônicos e o Governo Lula, p. 177-184, 2006.

SAUER, Sérgio. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. Organização de Cláudio Salvadori Dedecca. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), 1998.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade**: A reinvenção do campo brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUSA, Maria Gorete. **Um estudo sobre a resistência e ofensiva dos atingidos pela Vale: nos caminhos dos trilhos no maranhão**. Dissertação de Mestrado: UFSP, 2013.

SAMPAIO Jr., P. S. A. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária**. MIMO, 2012.

ZIBECHI, Raul. Disponível em: <<http://www.americaspolicy.org/citizen-action/focus/2005/sp-0506educacion.html>>. Site pessoal: <<http://esthervivas.com/Ehttp://blogs.publico.es/esther-vivas/>>.